

**A produção digital feminista: uma análise dos conteúdos e  
das estratégias de divulgação da revista AzMina nos seus  
canais de comunicação online**

**Camila Barros de Albuquerque**

**Dissertação de Mestrado em Novos Media e Práticas Web**

**Agosto, 2021**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Novos Media e Práticas Web, realizada sob a orientação científica da Professora Carla Maria Baptista e coorientação da Professora Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral.

## **Agradecimentos**

Ao completar mais essa etapa da vida acadêmica, tão desafiadora, primeiro preciso agradecer aos meus pais Sandra e José pelo apoio incondicional em todos os aspectos da minha vida, mas, em particular, por me incentivarem a estudar desde cedo, por estimularem o meu aprendizado e por despertarem o meu gosto pelo saber.

À minha irmã, Renata, por estar, por ser, por existir.

Agradeço aos meus professores do Mestrado, por todos os ensinamentos. Em especial às minhas orientadoras, Carla Baptista e Inês Amaral, que me ajudaram na construção dessa dissertação em meio a tempos adversos.

Aos meus colegas do Mestrado pelo acolhimento, pelo suporte inicial, por toda ajuda ao longo do curso e pela troca tão rica e memorável.

Aos meus amigos do Brasil que estão sempre presentes, não importa a distância, em mais um capítulo dessa trajetória. À Marisa Dantas pela ajuda essencial e no momento certo para continuar a desenvolver esse trabalho, pela conversa, pelos conselhos e pelos olhares.

Aos meus amigos de Lisboa, por todas as lembranças boas que vão ficar deste período. Por todo apoio, troca de experiência, pela companhia, por fazerem parte de momentos inesquecíveis. Em especial a Bruno Rocha, que acompanhou todo esse desafio de perto, me incentivando e amparando nos momentos de desespero.

A produção digital feminista: uma análise dos conteúdos e das estratégias de divulgação da revista AzMina nos seus canais de comunicação online

Camila Albuquerque

## RESUMO

Este trabalho estuda a produção de conteúdo feminista na internet, centrado na Revista *online* AzMina e seus demais perfis nas redes sociais como objeto de estudo. Através da análise de conteúdo e das estratégias de divulgação *crossmedia* das publicações, são identificadas e discutidas as representações das mulheres. O conceito de interseccionalidade é utilizado como ferramenta analítica e aplicado aos conteúdos produzidos pela revista. Conclui-se que as mulheres não são representadas através de um sujeito único e universal nos textos. Também deduz-se que, apesar das publicações apresentarem algumas características da estratégia *crossmedia*, a Revista AzMina não faz um uso planejado dessa técnica.

**Palavras-chave:** Feminismos; Digital; Interseccionalidade; Revista AzMina

Feminist digital publications: a content and strategies analysis of online Brazilian magazine AzMina and its respective profiles on social network sites

Camila Albuquerque

**ABSTRACT**

This study aims to analyze the digital feminist content on internet, focused on Brazilian digital magazine AzMina and its respective profiles on social network sites. Through a content analysis and the crossmedia strategy, women's stereotypes are identified and discussed. The intersectionality concept is used as analytical tool and applied to the publications written by the magazine. As result, it is implied that women are not represented by a single universal stereotype. It is also concluded that, although the publications show some characteristics of the crossmedia strategy, the magazine does not use this technique intentionally.

**Keywords:** Feminism; Digital; Intersectionality; AzMina Magazine

## Índice

1. Introdução .....	8
2. O movimento feminista e seus desdobramentos na atualidade .....	13
2.1 O potencial democrático e participativo da internet e o ativismo feminista <i>online</i> : o começo de uma nova onda? .....	22
3. Os sites de rede social: um espaço de articulação para as causas dos feminismos .....	32
3.1 O conceito de interseccionalidade como pauta no ambiente digital .....	45
3.2 A estratégia <i>crossmedia</i> no contexto digital .....	49
4. Abordagem metodológica .....	52
4.1 Análise de conteúdo como método de pesquisa .....	54
4.2 Procedimentos e definições .....	56
4.3 Apresentação dos textos escolhidos .....	61
4.4 Método de codificação e categorias-temáticas .....	66
5. A produção digital feminista: o conteúdo e a divulgação da revista <i>online</i> AzMina .....	69
5.1 As questões sexuais .....	70
5.2 A violência de género .....	77
5.3 Raça e classe .....	85
5.4 A divulgação do conteúdo da Revista AzMina: podemos falar em estratégia <i>crossmedia</i> ? .....	93
6. Conclusão .....	103
7. Referências bibliográficas .....	107



## 1 Introdução

Durante a primeira década do século XXI, o movimento feminista ganha uma nova força que ajuda a reviver lutas que tinham perdido potência nos últimos anos. Essa energia nasce dentro do crescente aumento do uso dos sites de redes sociais pelas pessoas – e, principalmente, pelas mulheres – e passa a ser tão expressiva que uma possível nova onda feminista surge no debate sobre a trajetória do movimento.

Por conta deste intenso protagonismo das mulheres nas pautas sociais e políticas, o ano de 2015 foi considerado o ano das mulheres<sup>1</sup>. Com protestos que ecoaram nas ruas de diversas cidades brasileiras, reivindicando direitos, reafirmando conquistas e unindo as mulheres em prol das causas de gênero, essa rearticulação feminina tomou força ao longo dos anos anteriores devido ao aprimoramento dos meios de comunicação digital. O discurso feminista, suas ideias, suas defesas, suas conquistas e toda a trajetória do movimento até à contemporaneidade tornou-se mais acessível e compreensível às mulheres. Já não era preciso estudar seus conceitos e teorias, mergulhar em artigos ou livros, para conhecer as principais demandas e lutas do movimento feminista. Com o advento da internet, a informação estava ali, a um clique, a uma busca. Mas ainda assim era preciso haver o interesse em procurar, em entender, em informar-se.

Dentro da esfera digital, os sites de redes sociais rapidamente atingiram a popularidade após o seu surgimento. Esses serviços de comunicação e entretenimento foram aparecendo à medida em que a internet aprimorava-se e os dispositivos modernizavam-se. Em 2015, as principais redes sociais, em número de usuários, já estavam completamente consolidadas e era difícil lembrar de como era a vida sem elas. Em paralelo, a evolução dos telemóveis para *smartphones* levava à conexão da internet para a palma da mão. Essa combinação promoveu o universo digital, que cada vez mais passava a fazer parte da rotina da sociedade, incorporando-se ao cotidiano de forma natural.

Nas redes sociais digitais, assim como na internet de uma forma geral, o conteúdo é publicado pelo utilizador. A informação é enviada a cada milésimo de segundo, preenchendo a *timeline* das pessoas que estão conectadas àquele perfil. É assim que todo tipo de assunto viaja pelo ambiente digital e alcança milhares de pessoas em questão de minutos. Dessa forma, a produção de conteúdo feminista ampliou o debate sobre o

---

<sup>1</sup><https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/2015-o-ano-das-mulheres>



movimento, sua história, seus objetivos. Os movimentos sociais perceberam que ali estava um grande aliado que transformaria a forma de reivindicar direitos, de mobilizar as pessoas e de organizar protestos.

Esse era o contexto quando terminei a minha graduação. Meu ingresso na faculdade coincidiu com o *boom* dos sites de redes sociais, levando-me a criar um perfil em praticamente todas as redes mais populares. Foi nesse ambiente que comecei a entender mais sobre o movimento feminista. A informação chegava até mim, através da minha rede de contactos, e despertava o interesse em saber mais, buscar conhecimento sobre o tema. Fui então desfazendo diversos preconceitos em relação ao movimento, em um processo de autoconhecimento, empoderamento e desconstrução pessoal. O conteúdo publicado por outras mulheres, em grupos ou sozinhas, me abriu portas à temas nunca antes escutados. Descobri sobre empoderamento, sororidade, lugar de fala, teoria interseccional, feminismos dentre tantas outras aprendizagens desde o momento em que ingressei nestas redes sociais. Daí nasceu a vontade de dedicar-me a essas temáticas também na academia, porém, minha graduação chegava ao fim e esse desejo passou a fazer parte de um plano futuro: o mestrado.

Essa facilidade de estar *online* incentivou várias mulheres a criarem seu conteúdo. Foi também em 2015 que a Revista digital AzMina surgiu, com seu portal em estilo jornalístico e contas no Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, para romper com a forma tradicional de se fazer jornalismo, muitas vezes machista e repressor. No embalo da expansão da luta pelos direitos das mulheres com ajuda da internet e suas ferramentas, a revista é um projeto totalmente *online*, declaradamente feminista e caracteriza-se como “tecnologia e informação contra o machismo. AzMina combate os diversos tipos de violência que atingem as mulheres”. Suas produções são viabilizadas por campanhas de financiamento coletivo, bem como as demais realizações da AzMina como a aplicação PenhaS e o projeto de monitoramento Elas no Congresso. Com uma equipa composta só por mulheres, entre redatoras e colunistas, elas orgulham-se de fazerem parte da ampliação e do crescimento do feminismo no Brasil, assim como de mudanças que aconteceram na mídia brasileira desde o surgimento da revista<sup>2</sup>.

A Revista AzMina foi um dos canais que comecei a acompanhar no meu crescente interesse sobre os feminismos, por isso, o escolhi como objeto de estudo desta dissertação.

---

<sup>2</sup><https://azmina.com.br/reportagens/que-feminismo-queremos/>

Observei que ao longo do tempo houve uma adaptação na postura da AzMina, ao tentar tornar-se cada vez mais inclusiva e crítica, trazendo pautas que apresentavam realidades de mulheres desconsideradas pela mídia tradicional. De forma que passei a questionar-me quem eram essas mulheres feministas que acompanham a Revista AzMina e para quais mulheres elas escrevem. Enquanto mulher, branca, cis, heterossexual nunca tive problemas em me ver representada pelos conteúdos, temas, debates e pautas da revista. Mas alguns desses privilégios me colocam em uma situação relativamente confortável dentro da maioria dos debates.

Nas minhas pesquisas e leituras para decidir meu tema e abordagem, a questão da interseccionalidade era um ponto que permanecia recorrente. Esse território, ainda em disputa dentro do próprio movimento feminista, configura-se cada vez mais pertinente e atual. Decidi, então, utilizá-la como ferramenta analítica para guiar o meu olhar na análise das publicações do site da revista que serão feitas através da análise de conteúdo, baseada em Bardin (1977). A teoria interseccional serve, então, para destacar a presença e/ou ausência de marcadores sociais nos textos e nortear a minha crítica na busca por identificar as especificidades da(s) identidade(s) das mulheres que são abordadas no conteúdo. O objetivo é entender se as mulheres são representadas através de um sujeito universal, para tentar reconhecer quem são essas mulheres para as quais a revista escreve.

Entender para quem é feito o conteúdo é também compreender a forma como ele é divulgado, de que maneira ele é apresentado para o mundo, para o público-alvo consumidor. Por isso, a pesquisa também abre um segundo caminho analítico para investigar o método de divulgação da Revista AzMina, visando descobrir se há a presença da estratégia *crossmedia* como maneira de alcançar diferentes públicos-alvo. Levo em consideração o fato de que a revista é feita por mulheres e para mulheres, porém, que a identidade “mulher” não é única, nem universal.

Em um ano como 2020, onde uma pandemia remodelou o estilo de vida contemporâneo, obrigando ao distanciamento e isolamento sociais, confinando as famílias em suas respectivas casas, o meio digital tornou-se o principal canal para manter as relações. A ruptura provocada pela pandemia alterou as estruturas, acelerou mudanças e transformou a forma como socializamos, trabalhamos, produzimos e consumimos. Impulsionado pelo uso intensivo da tecnologia, que já estava disponível, o impacto da digitalização no cotidiano passou a ser total. O trabalho, a escola, as compras, a rotina diária migrou para o *online*,

acelerando a incorporação da tecnologia em lugares onde sua presença ainda era facultativa. Com essa mudança inesperada, a relevância do meio digital tornou-se ainda maior. E os estudos relacionados a esse tema, cada vez mais necessários. Por isso essa dissertação faz-se atual e significativa.

Além disso, durante a pesquisa, pude observar que a quantidade de trabalhos que versam sobre o tema da interseccionalidade e redes sociais digitais ainda é muito pouca, como pude confirmar rapidamente através do Google Académico ao pesquisar essas palavras-chaves e obter um resultado de apenas 3.700 trabalhos. No entanto, meu objeto de estudo, a Revista AzMina, aparenta ser a escolha de vários autores e autoras também, pois o mesmo mecanismo de busca trouxe-me cerca de 500 resultados de pesquisas sobre a revista.

Início esta pesquisa apresentando o movimento feminista e seu percurso histórico até os dias atuais, já no segundo capítulo. Pontuo os principais acontecimentos que marcam a luta das mulheres ao longo das décadas até chegar aos eventos atuais. Também apresento a questão da interseccionalidade, especifico o feminismo negro dentro dos feminismos, trago alguns questionamentos relevantes para o meu trabalho e traço um paralelo entre o movimento feminista e o ativismo digital, passando pelo ciberfeminismo.

No capítulo 3, dedico-me aos meios em que o objeto de estudo está inserido: o site que abriga a revista e as redes sociais digitais. Confirmando a relevância desses canais no cotidiano contemporâneo, explico as particularidades de cada um e apresento os perfis da Revista AzMina em cada plataforma. Indico como esses espaços contribuíram para o desenvolvimento e ampliação do debate sobre causas sociais, em específico, para a divulgação das pautas dos feminismos. Também nesse capítulo mapeio algumas pesquisas recentes que utilizam a perspectiva interseccional para analisar campanhas divulgadas nas plataformas digitais. Por fim, explico sobre o conceito de *crossmedia* e como ele pode ser aplicado ao meio digital.

No quarto capítulo discorro sobre a metodologia utilizada para analisar a amostra escolhida. Explico como foi o processo de recolha, armazenagem e organização dos dados e como eles serão utilizados em cada abordagem da dissertação. Também apresento os textos, resumidamente, e explico todo o processo até chegar nas três categorias analíticas que compõem a análise de conteúdo, baseado no método de Bardin (1977).

Por fim, no capítulo 5 trago a análise de conteúdo das categorias definidas no capítulo anterior, utilizando a teoria interseccional como ferramenta para guiar a minha leitura sobre

as publicações, de forma a potencializar a minha sensibilidade crítica. Além disso, analiso a estratégia de divulgação da Revista AzMina, ao buscar identificar a presença da técnica de cruzamento de mídias, onde o perfil da revista em cada site de rede social configura-se como um canal diferente e independente de comunicação.

Na conclusão, apresento os principais pontos identificados na investigação, discorro sobre o que foi observado e avaliado, e trago as respostas às perguntas que originaram o interesse em pesquisar como está a produção digital feminista, utilizando a Revista AzMina como objeto de estudo.

## 2 O Movimento Feminista e Seus Desdobramentos Na Atualidade

A história registada do movimento feminista começa quando as mulheres da Europa Ocidental, ainda no século XVIII, começam a desenvolver uma consciência sobre o fator género. Contudo, esse despertar só se organiza enquanto movimento ao longo das décadas seguintes. Alguns historiadores, para narrar temporalmente a história do movimento feminista, escolheram dividir a luta das mulheres em “ondas”, como é o caso da historiadora Maggie Humm (1992) e da escritora Rebecca Walker (1992), versão esta que é seguida até os anos atuais. Apesar de não ser uma forma unânime entre as autoras feministas de explicar a luta das mulheres, pois centraliza-se apenas nos acontecimentos da Europa Ocidental, escolho essa maneira como forma de situar os eventos mais marcantes da jornada das mulheres. Krolokke e Sorensen (2005) estabelecem que a primeira onda surge no contexto da sociedade industrial, no fim do século XIV e início do século XX. Já a segunda ocorreu entre os anos 1960 e 1990, e desde a metade dos anos 90 estaríamos, então, na terceira onda.

Deixo aqui como observação que essa corrente que divide a história do movimento feminista em “ondas” não é uniforme e gera debates e divergências entre as feministas. Para isso utilizo o artigo de Evans e Chamberlain (2015) que traçam críticas a essa abordagem, sugerindo uma forma mais reflexiva e fluída para o uso do termo. Elas destacam que a literatura existente ressalta as várias falhas que a narrativa das ondas possui. Sendo algumas, a criação de barreiras entre gerações de feministas (Gillis & Munfford, 2004); exclusão das feministas negras (Springer, 2002); privilégio do feminismo ocidental (Hemmings, 2005) e criação de crises entre feministas que não se identificam claramente com uma onda específica (Kinser, 2004). Porém, as autoras consideram que a narrativa das ondas pode ser bem-vinda como uma solução possível para os problemas do feminismo geracional e da diferença de identidade.

*The wave narrative does not conform to a neat progressive notion of history; indeed, it is possible to speak of the second, third and fourth waves of feminism as being coterminous. The emergence of a new wave does not require the automatic consignment of the previous wave to the history books. Indeed, the intersection between the waves is an important site for rigorous and healthy debate; debates that are both conceptual and chronological.* (Evans & Chamberlain, 2015, p.3)

Em suma, as autoras revelam uma posição otimista em relação à narrativa das ‘ondas’, apesar das críticas pertinentes no texto. Elas concluem que, embora esta vertente gere problemas, a metáfora da onda tem um bom potencial para enfatizar a continuidade, inclusão e multiplicidade dentro da identidade, discurso e prática feministas. Além do mais, elas ressaltam

que a importância de reforçar a continuidade do movimento feminista é uma de suas maiores forças. Por fim, a existência adjacente de múltiplas ondas é central nas análises feministas ideológicas, políticas e cronológicas. Por isso, essa é a maneira escolhida para contextualizar a história do movimento feminista neste trabalho, afinal, o poder do discurso que molda a nossa compreensão de mundo é ilustrado pelo uso da narrativa das ondas (Evans & Chamberlain, 2015).

Dito isso, estudos revelam que o feminismo da primeira onda surge em muitos países de maneiras semelhantes, com os movimentos nacionalistas. Como afirma Maggie Humm (1992) em seu livro *Feminisms: a reader*:

*Internationally the 'question of woman' and the growth of feminism is woven together with the history of nationalist movements which are demanding equality and free government. For example feminist literature and writing, internationally, drew attention to issues of education and emancipation and women's associations emerged from nationalist parties.* (Humm, 1992, p.6).

A demanda por equidade colocou a questão da divisão sexual do trabalho como o principal pilar da primeira onda do movimento feminista. Com advento das indústrias, introduzida durante a Revolução Industrial, a família “perde seu caráter de unidade produtiva, na medida em que deixa de produzir a maior parte dos meios de vida necessários ao consumo. Meios esses que serão produzidos nas fábricas” (Brandão, 1994, p.87). Esse novo modelo de vida separa o mundo do trabalho (público) e o da família (privado), gerando uma divisão sexual do trabalho, até hoje, caracterizada como “natural” e “biológica” (Brandão, 1994). Nessa separação, coube às mulheres o ambiente familiar, aquele trabalho não-remunerado de cuidar dos filhos e do lar, “[...] a essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração” (Brandão, 1994, p.87).

Porém, eventualmente, esse modelo tornou-se insustentável economicamente e as mulheres passam a trabalhar nas fábricas para contribuir com o sustento da casa e dos filhos, contudo, são submetidas à condições inferiores as dos homens. Essas desigualdades geraram revolta entre as mulheres que já tinham seus direitos bastante tolhidos. Apelidadas de *suffragettes*, por, principalmente, reivindicarem o direito civil básico ao voto – que transformaria o processo de criação e aprovação das leis -, elas se uniram e lutaram por mais dignidade. A conquista do sufrágio feminino marca, então, o início do movimento feminista enquanto

organização política e social.

Para além das questões civis, ainda nessa época, a consciência do sexo feminino enquanto questão de género também entra em discussão. A escritora Susan Margarey em seu livro *“Passions of the first wave feminists”*, destaca que *“when feminists sought change - to conditions of marriage, to conditions of work, to rights to citizenship - they were also, and simultaneously, seeking new definitions of womanhood, definitions of women as ‘human beings’ rather than as ‘the sex’.”* (Margarey, 2001, p.3). A compreensão do sexo como fator social determinante na vida das mulheres começa a tomar forma ainda no início século XX, como compreende a sufragista australiana, Vida Goldstein, que escreveu, em 1914:

*Women were regarded primarily as sex creatures, to be chosen by men as sex mates, as outlets for the impulses and alleged “needs of men”. But women had rebelled against ‘exploitation of her body in and out of marriage’, and their rebellion had brought into being a “new and sweeter order” in which “women would attain a greater degree of independence”.* (Margarey, 2001, pp.3-4).

Passado esse primeiro momento e as conquistas iniciais, os movimentos sociais da década de 1960-1970 inspiraram novas lutas em busca da igualdade de género. Algumas autoras, então, começam a dividir o movimento feminista em “escolas”, como explica Judith Evans em seu livro *“Feminist Theory Today: an introduction to second-wave feminism”*: *“I have divided this book into the following ‘schools’ of feminist thought: liberal, ‘early radical’, ‘strong cultural’ (or ‘cultural radical’), ‘weak cultural’, socialist and postmodernist.”* (Evans, 1995). Essa divisão amplia e reparte o debate linha ideológica, revelando também que as questões dentro da luta feminista se tornaram maiores e mais complexas. Para Whelehan (1995):

*It is important to re-remember its (women’s movement) origins in diversity, which in many ways explain its conceptual difficulties as well as its strengths.... Much of this diversity has been essential to the development of a feminist position which can take account of the heterogeneous subject identities women achieve in their specific ethnic/cultural and historical locations. Perhaps we might establish some common ground with postmodernist thought in arguing that feminism’s chief successful have been when they have devoted their attention to the constellation of power relations that are perpetuates at local and immanent levels.* (Whelehan, 1995, p.244)

De acordo com Humm (1992) foi nos anos 60 que o feminismo militante ou a Libertação das Mulheres criou uma nova política a partir dos feminismos marxista e socialista, do feminismo radical e de outras respostas multifacetadas à questão do porquê que as mulheres continuavam a sofrer desigualdade social, exploração e opressão. Questões como liberdade



sexual, mercado de trabalho, direitos reprodutivos, violência doméstica, agressão sexual, divisão social do trabalho doméstico e divórcio passaram a fazer parte da pauta do movimento feminista que começou a demandar igualdade jurídica, econômica e social. Rampton (2008, como citado em Pasque & Nicholson, 2011) acrescenta:

*[...] the second phase drew in women of color and developing nations, seeking sisterhood and solidarity and claiming “Women’s struggle is class struggle”. Feminists spoke of women as a social class and coined phrases such as “the personal is political” and “Identity politics” is an effort to demonstrate that race, class, and gender oppression are all related. They initiated a concentrated effort to rid society top-to-bottom of sexism, from children’s cartoons to the highest levels of government. (Pasque & Nicholson, p.5)*

É também nesta fase que surge o slogan “o pessoal é político”, ao jogar a vida privada no centro do debate rompe-se a barreira entre público/privado e implica-se que a vida privada era frequentemente o local, quando não a causa, da opressão das mulheres (Pope, 1999). Para Marion Young, dois princípios regem esse slogan: (a) o de que nenhuma instituição ou prática social deve ser excluída como assunto adequado para discussão e expressão pública e (b) nenhuma pessoa, ação ou aspecto da vida de uma pessoa deve ser forçada à privacidade (Young, 1985). O pensamento de Landes (1998, p.77) também corresponde ao de Young (1985), como fica explicitado no trecho onde ela afirma que “*all struggles against oppression in the modern world begin by re-defining what had previously been considered ‘private,’ non-public, and non-political issues as matters of public concern, as issues of justice, as sites of power which need discursive legitimation*”. As discussões sobre opressões públicas e a associação com as privadas conduzem o movimento feminista para uma nova etapa a partir do momento em que as mulheres transformaram em questões públicas, práticas consideradas privadas ou muito triviais para virarem debate público. E ainda, para finalizar, a construção do conceito de cidadania dentro da esfera pública da sociedade contemporânea excluía da atenção pública os aspectos mais particulares de uma pessoa (Young, 1985). Como foi destacado por Young no trecho:

*Public life is supposed to be “blind” to sex, race, age, and so on, and all are supposed to enter the public and its discussion on identical terms. Such a conception of a public has resulted in the exclusion of persons and aspects of persons from public life. (Young, 1985, p.397)*

Entretanto, apenas na chamada “terceira onda” do movimento feminista é que os problemas enfrentados por mulheres dentro da esfera privada passam a fazer parte ativamente dos debates sobre desigualdade de género. Iniciada em meados dos anos 90, esta fase tem como



duas de suas principais demandas, a luta interseccional – que traz o recorte de classe, raça, etnia e outras especificidades para o movimento feminista, transformando-o em feminismos<sup>3</sup> – e a indissociação do político na esfera pública e privada. De acordo com Costa (2005), o pensamento liberal definia o conceito de público como sendo tudo que diz respeito ao Estado e às instituições, bem como à economia e tudo mais identificado como político. O privado seria a vida doméstica, familiar e sexual, tido como pessoal e alheio à política.

Nesta fase, as opressões vivenciadas de forma isolada e individualizada pelas mulheres no mundo privado, identificadas como meramente pessoais, passam a ser reconhecidas com um caráter político (Costa, 2005). Pateman (1996) declara que:

*[...] las circunstancias personales están estructuradas por factores públicos por leyes sobre la violación y el aborto, por el estatus de <<esposas, por políticas relativas al cuidado de las criaturas y por la asignación de subsidios propios del Estado del bienestar y por la división sexual del trabajo en el hogar y fuera de él. Por tanto, los problemas <<personales>> sólo se pueden resolver a través de medios y de acciones políticas. (Pateman, 1996, p.17)*

Essas novas ações trazidas para o âmbito político (público) criam novas necessidades de conduta. Foi durante os anos 90, após uma maior consolidação do processo de redemocratização brasileira, pós período ditatorial, que o movimento feminista reorganizou-se e trouxe novas modalidades de composição, que evitavam depender do poder do Estado, construindo projetos contra hegemônicos e subversivos. Como ressalta Álvarez (1994) sobre a realidade brasileira:

*Muchas de estas mujeres estaban evitando al Estado como el terreno más eficaz para la lucha feminista... en el Brasil que se está democratizando, se han multiplicado nuevas modalidades de organización feminista, nuevas formas de articulación de las estrategias feministas y nuevas ramas del feminismo. (Álvarez, 1994, p. 273-274)*

As feministas brasileiras passam a profissionalizar, institucionalizar e oficializar o movimento feminista através de coletivos, ONGs, imprensa alternativa, publicações acadêmicas feministas, núcleos de estudo, conferências e encontros anuais, dentre outras ações que contribuíram para construir um pensamento feminista autônomo centrado nos problemas da sociedade brasileira. Costa (2005, p.8) acrescenta que “o crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental para o movimento amplo de mulheres a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo”. O número crescente de mulheres

---

<sup>3</sup>Calás e Smircich (1999); Auad (2003); Diniz (2012)

participando do movimento fortalece a sua heterogeneidade. Neste momento, as múltiplas perspectivas das mulheres tomam contornos mais definidos e as diferenças passam a ter especial atenção.

Neste mesmo período, estudos articulando raça, género e classe tornam-se um campo específico do conhecimento nos Estados Unidos. Com raízes no feminismo negro, o surgimento do termo interseccionalidade tem uma relação direta com as políticas feministas negras dos anos 60 e 70 nos Estados Unidos (Collins, 2017). Fora da academia, o feminismo negro despontava como um forte movimento social do século XX. As mulheres afro-americanas envolvidas na luta política já adoptavam uma postura que viria a ser reconhecida como interseccional nas décadas seguintes. Segundo Collins (2017), essas mulheres já apresentavam ensaios provocativos sobre como as mulheres negras nunca ganhariam sua liberdade sem perceber sua raça, classe e género. Ao referir-se a um manifesto intitulado “*A Black Feminist Statement*”, publicado por um grupo de mulheres afro-americanas chamado Combahee River, Collins afirma que

esse documento inovador argumentava que uma perspectiva que considerasse somente a raça ou outra com somente o género avançariam em análises parciais e incompletas da injustiça social que caracteriza a vida de mulheres negras afro-americanas, e que raça, género, classe social e sexualidade, todas elas, moldavam a experiência de mulher negra. (Collins, 2017, p.8)

O termo interseccionalidade surge, então, nos limites entre os movimentos sociais e a academia como uma expressão que capturava melhor o crescente corpus interseccional de ideias e práticas da época (Collins, 2017). A autora reconhece a importância do tema dentro dos estudos de mulheres, mas é crítica ao afirmar que a interseccionalidade é muito mais ampla e não pode ser considerada um projeto exclusivamente feminista, ou apenas uma variante da teoria feminista.

Cunhado por Kimberlé Crenshaw, mulher negra, norte-americana e ativista dos direitos civis, a interseccionalidade demarcou o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, com o intuito de descrever a marginalização estrutural das mulheres negras. A teoria interseccional promove intervenções políticas e letramento jurídicos sobre quais condições estruturais como o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras (Akotirene, 2018). “Sensibilidade analítica - a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade - elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável,

investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações intervencionais” (Akotirene, 2018, p.50). Ademais nas palavras de Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p.177)<sup>4</sup>

A importância de aplicar a perspectiva interseccional para conceitualizar as questões é essencial para desenvolver visões mais profundas sobre os problemas. Quando a abordagem não é interseccional, ou quando o letramento interseccional está em falta nos movimentos feministas e antirracistas, Akotirene (2018) defende que ambos acabam por reforçar a opressão combatida um pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos. “As leis antirracistas, assim como as pautas do movimento negro, também ignoram o marcador de género informante da opressão, o mesmo se dá nos movimentos feministas com a insistência do marcador de género que não enxerga raça, acentuando as experiências de opressões feminizadas” (Akotirene, 2018, p.47).

No Brasil, no enalço dos movimentos sociais, as mulheres negras publicavam trabalhos que contribuíam para o aprofundamento dos debates internos dos movimentos Negro e Feminista sobre a importância de se pensar género e articular com o pertencimento racial, indicando que o racismo e sexismo deveriam ser trabalhados juntos. A ativista brasileira Luiza Bairos em “Nossos Feminismos Revisitados” manifesta uma opinião semelhante às das mulheres negras norte-americanas que cunharam e debatiam o conceito de interseccionalidade.

Raça, género, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas. (Bairros, 1995, p.461)

---

<sup>4</sup>Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao género. Revista estudos feministas, 10(1), 171-188. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_arttext). Acesso em: outubro de 2020.

Para Bairros essa formulação é importante pois não apenas ajudava a entender diferentes feminismos como o que ela possibilita pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Ela defendia que não deveria existir uma prioridade no movimento de mulheres negras uma vez que o racismo e o sexismo eram duas dimensões que não podiam ser separadas, “do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra” (Bairros, 1995, p.461).

A questão da perspectiva é central na teoria interseccional, considerada um conceito que oferece um olhar sensível sobre as diferenças. Alinhada com o feminismo pós-moderno, que abraça vários pontos de vista feministas considerados contraditórios e conflituosos, essas novas visões desafiam a ideia de que existe uma unidade na identidade e na experiência das mulheres. A crítica a uma noção universal da mulher como uma única identidade que representaria toda a categoria “mulher” surge dentro do debate sobre o sujeito político do feminismo. Mais uma análise proposta pelas mulheres que não se sentiam inteiramente contempladas pelo pensamento feminista hegemônico.

Dentro da reflexão feminista pós-moderna, autoras contemporâneas propõem pensar o feminismo como uma política de localização, onde “as perspectivas dos subjugados são preferidas porque parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo” (Haraway, 1995, p.23). Esses saberes localizados exigem que o objeto estudado seja visto com ator e agente, e não apenas um instrumento passivo do olhar de quem o analisa. Haraway (1995) irá então questionar a construção da objetividade e a legitimação do processo do conhecimento científico dentro das ciências sociais e sugere uma reestruturação da teoria feminista para utilizar o privilégio da perspectiva parcial, onde podemos estar inseridas no quadro do objeto e produzir conhecimento sobre ele dentro dessa inserção. Esses estudos feministas passam a conceber a categoria mulher como uma construção social e discursiva. E os valores da razão, da verdade e da igualdade passam a ser reavaliados pelas teóricas feministas pós-modernas.

Ao trazer a diversidade de pontos de vista, há a consequente quebra de uma visão universal, hegemônica, onde o que se pretende é romper com o discurso autorizado e único. A experiência de grupos localizados socialmente de forma hierarquizada que não podem estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação e na política institucional fundamenta o pensamento do lugar de fala (Ribeiro, 2019). Quando se afirma “dar voz” a quem não a tem,

referimo-nos ao *locus social*, a como um lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. A discussão é sobretudo estrutural. Como destaca Djamila Ribeiro:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades. (2019, p.48)

Essa ideia concorda com a teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) que defende uma ciência social feminista praticada pelo ponto de vista de diferentes mulheres ou grupos de mulheres pois esses indivíduos estão em uma posição mais adequada para entender certos aspectos do mundo. Isso não implica em trazer uma competição entre elas sobre qual(is) grupo(s) detém a verdade ou sobre qual é mais/menos oprimido. Não se trata de uma competição de opressões, como afirma Ribeiro:

O debate é sobre a posição ocupada por cada grupo, entendendo o quanto raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam gerando formas diferentes de experienciar opressões. Justamente por isso não se pode haver hierarquia de opressões, pois sendo estruturais, não existe “preferência de luta”. (2019, pp.48-49)

Esses grupos subalternizados encontram na internet uma maneira de romper com a invisibilidade imposta pelo sistema político e socioeconômico. À margem dos principais meios de comunicação de massa, eles apropriam-se da internet para criar um espaço de reunião e compartilhamento de conhecimentos e experiências. As mulheres ativistas já buscavam formas alternativas de comunicação para alcançar cada vez mais mulheres e criar novas articulações. Foi também por volta desta mesma época que a internet consolidou-se como uma nova ferramenta comunicacional, a meados do fim dos anos 90. Com o rápido avanço da tecnologia, a modernização frenética dos dispositivos e o barateamento do custo de acesso aos computadores, as tecnologias digitais invadiram o cotidiano social da classe média rapidamente. De acordo com Di Felice, as novas tecnologias:

[...] passaram a permitir a produção, a distribuição e a armazenagem online de vídeo, áudio, sons etc., assistiu-se a um incremento não somente das quantidades de informações veiculados, mas ao desenvolvimento de redes sociais digitais temáticas (*social networks*) que multiplicaram as relações sociais online e desenvolveram novas práticas de interação e de ativismo. (2012, p.29)

A difusão da internet trouxe um entusiasmo democrático por proporcionar um novo modelo de organização social, baseado nas tecnologias da informação. Esse processo de transformação social que começa no final do século XX, hoje é a forma organizacional que

vivemos no século XXI. E ele reestruturou toda a base da sociedade, impactando na maneira como relacionamo-nos, produzimos, comunicamos e lutamos.

## **2.1 O potencial democrático e participativo da internet e o ativismo feminista online: o começo de uma nova onda?**

No início, a criação e a propagação da *World Wide Web* representou um fortalecimento do regime democrático ao facilitar o compartilhamento da informação. Esse espaço “aberto” onde todos que tivessem acesso a um computador poderia aceder à rede que conectava todos os dispositivos, e consequentemente, as pessoas que os utilizavam, reformulou o conceito de democracia. O início dessa reestruturação começa com a organização da sociedade em rede, teoria concebida por Castells ainda em 1996, que, por definição, afirma que as novas tecnologias da informação transformaram toda a base da sociedade.

As redes constituem a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica substancialmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. [...] o novo paradigma da tecnologia da informação fornece as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social. (Castells, 2005, p.607)

A nova estrutura social defendida por Castells teria nas redes de comunicação digital a sua coluna vertebral e a comunicação em rede transcenderia fronteiras. As transformações trazidas por essa nova forma de organização atingem todos os campos, como salientado por Castells, mas aqui destaco dois: a mudança social e a comunicacional. Castells define a sociedade em rede como hipersocial (2005, p.23), uma vez que, mediadas pelo uso da internet, a interação entre os indivíduos aumenta. Já a comunicação é então denominada por Castells de “comunicação de massas autocomandada” (2005, p.24). Na sua própria explicação, “é comunicação de massas porque é difundida em toda a internet, podendo chegar a todo o planeta. É autocomandada porque geralmente é iniciada por indivíduos ou grupos, sem a mediação do sistema de media” (Castells, 2005, p.24).

A ausência de intermediadores entre a sociedade e o Estado aumenta a participação do cidadão comum nos processos políticos, reforçando a democracia. Para Gomes (2007, p.4), “os membros da comunidade política podem agora, na alternância entre livre emissão e livre recepção, produzir uma comunicação sobre as coisas do seu próprio interesse, a prescindir do Estado, do sistema político ou dos meios de massa”. O autor defende que a internet proporciona instrumentos de formação de opinião, além de oportunidades de participação e engajamento por



parte da sociedade civil, uma participação que pode chegar a influenciar civilmente o sistema político.

O ciberativismo - também conhecido, dentre outras expressões, como ativismo digital - surge ainda nos anos 90, de maneira que alguns autores afirmam que o ativismo na internet sempre esteve intrínseco ao longo do desenvolvimento desta (De Alcântara, 2015; Araujo e colegas 2012; Silveira, 2010). Para defender este argumento, Araujo e colegas (2012) constrói uma cronologia que enfatiza a relação entre os dois objetos. De Alcântara (2015), então, resumiu as quatro fases propostas pelos autores: surgimento > pré-web > popularização da web > Web 2.0. No espaço de elaboração da internet, o ciberativismo surge como forma de disputa tecnosocial, tencionando a internet a evoluir para uma tecnologia não proprietária. Já a pré-web representa o momento inicial da internet, quando ela resumia-se a um ambiente comunicativo baseado em troca de mensagens de texto. Com a popularização da web temos o início e expansão da primeira fase da web (Web 1.0), é neste momento que surgem os primeiros sites de apoio a causas ativistas, protestos organizados pela rede, coberturas alternativas e as primeiras ações práticas de desobediência civil eletrônica. Começam a surgir as primeiras ações de hacktivismo, porém ainda eram escassas as plataformas de ação à distância. Com a tendência do surgimento de novas ferramentas que ampliaram o caráter interativo da web, o ciberativismo se apropria de blogs e sítios de mídias sociais. Tecnologias móveis facilitam as formas de organização de movimentos através da rede. Porém, ao mesmo tempo, estas ações são imersas em mais mecanismos de controle, que podem ser suplantados por tecnologias do anonimato.

Nas palavras de Silveira (2010), um dos autores que também defendem essa perspectiva, o ciberativismo seria

[...] um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet. O ciberativismo se confunde com a própria expansão da rede mundial de computadores. Ele influenciou decisivamente grande parte da dinâmica e das definições sobre os principais protocolos de comunicação utilizados na conformação da Internet. É possível posicionar os diversos grupos e atividades do ciberativismo situados mais à esquerda ou mais à direita. (Silveira, 2010, p.31)

Já Antoun e Malini (2010) advertem que a internet sofreu uma transformação, desde a sua criação, devido à atuação social, a mobilização e o engajamento, de forma que essas três características tornaram-se um valor da rede. Os ativistas seriam os responsáveis por essa metamorfose que fez surgir várias inovações como sites de troca de arquivo, mídias sociais

colaborativas, blogs, *mashups*, jornalismo cidadão, entre outros. No que diz respeito às características dessa forma de ativismo, Di Felice (2012, como citado em Mccaughey e Ayers, 2003) define que:

[...] o que constitui característica própria do ciberativismo, ou ativismo *online*, não se resume à simples incorporação da internet aos processos comunicativos do ativismo, mas inclui a forma como essa tecnologia comunicativa transformou substancialmente o próprio ativismo e os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política, implicando em uma mudança significativa nas formas de ação social por parte dos movimentos ciberativistas. (Di Felice, 2012, p.35)

Essa mudança impacta a ação social de uma forma generalizada, criando novos sujeitos que utilizam a interação midiática digital para desenvolver novas praticas de participação e de atuação na sociedade. Após 2010, a utilização dos sites de redes sociais para o ativismo se intensifica pois, segundo Castells (2013) esses são espaços de autonomia, que estão além do controle de governos e empresas. No prefácio do livro “Redes de Indignação e Esperança - movimentos sociais na era da Internet”, Castells (2013) analisa diversos movimentos sociais que ocorreram após 2010 e que tiveram a internet como característica comum. “Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela Internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (Castells, 2013, p.28), a facilidade no compartilhamento das informações aliado a segurança fornecida pelo ciberespaço, permitiram a conexão entre as pessoas que passaram a ocupar também o espaço publico. Para o autor, essas ações ainda compartilham outro aspecto em comum: “Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na Internet e em assembleias locais para o debate coletivo e as tomadas de decisão.” (Castells, 2013, p.30). As redes sociais digitais passam, então, a serem uma ferramenta que promove autonomia e facilita a articulação entre grupo(s). Porém, o uso das novas tecnologias de comunicação já despontava como uma boa estratégia para a ação social desde o começo dos anos 2000, como indicou De Moraes (2001):

A maioria das ONGs procura usufruir das vantagens de curto, médio e longo prazos da comunicação virtual: barateamento dos custos; abrangência ilimitada; velocidade de transmissão; ruptura com as diretivas ideológicas e mercadológicas da mídia; autonomia para detonar campanhas, sejam elas de denúncia, de pressão, de conscientização ou de arrecadação de fundos; abertura de fóruns cooperativos (listas de discussão, conferências *online*, chats). (De Moraes, 2001, p.4)



Nas redes *online*, o ativismo feminista configura uma nova vertente dentro do movimento que surge sob a denominação de “ciberfeminismo”. Bañon resume a atuação desse novo modelo de luta como

*[...] centrado básicamente en explorar las posibilidades que ofrecen las tecnologías de la comunicación y la información para la deconstrucción de los géneros. Su incursión principal ha sido operar en una línea determinada de tecno-mundos: producción de CD-ROM, Web, listas y news groups, inteligencia artificial, MUD's, video-arte, net-art, video-juegos, etc. El ciberespacio y la producción artística en Internet ha sido principalmente el objetivo de la mayoría de las ciberfeministas, primando normalmente el aspecto estético sobre los aspectos críticos y políticos”. (2013, p.455)*

Para além da análise crítica de Bañon, as ciberfeministas buscam inserir-se em um espaço majoritariamente dominado por homens e construído por e para esse género, como afirma Wilding (1998) quando diz que desde o início da socialização e educação, a tecnologia e os processos tecnológicos são classificados como domínios masculinos. As ciberfeministas são, então, mulheres que levam questões da luta feminista para este novo território, conhecido como o ciberespaço. A autora defende que as mulheres deviam ter acesso a conhecimentos e ferramentas que estavam então dominadas por uma “classe virtual” (“*virtual class*”, nas palavras originais de Wilding) desprezível que se beneficiava explorando a hierarquia de género. Através desta reivindicação e da apropriação dessas ferramentas de dominação e controle, elas poderiam capacitar-se e empoderar-se. De forma que a atuação do ciberfeminismo passa a tornar-se necessária, vasta e complexa.

*A central goal of cyberfeminist education would be to prioritize hands-on technological education for women. But this education needs to be contextualized within a critical feminist analysis and discourse about women's place in Netculture and politics and in the pancapitalist labor economy. (Wilding, 1998, p.57)*

A autora ainda afirma que o ciberfeminismo chama atenção para o impacto das novas tecnologias na vida das mulheres e para a insidiosa tecnocultura de género na vida cotidiana. A manipulação dessa tecnologia por mulheres, utilizada de forma criativa e produtiva, promove a subversão dentro do ciberespaço uma vez que as mulheres ciberfeministas intervêm nesse ambiente para enfrentar a hierarquia de género e os problemas causados por ela, de modo a disputar o espaço virtual com o patriarcado. Por outro lado, em uma crítica recente, Bañon (2013) defende a ampliação do ciberfeminismo para além do ciberespaço, de forma que ele também se interesse por outras realidades.

*Parece que para entender un “ciberfeminismo diferente”, con una mirada más amplia, con un análisis más completo del mundo tecnológico, con más compromiso político, necesitamos adjetivar el ciberfeminismo, como ha hecho Monserrat Boix (2002) al llamar “ciberfeminismo social” a un ciberfeminismo con una agenda de lucha política y de transformación social. (Bañon, 2013, p.456)*

A autora argumenta que é necessário ampliar os olhares da observação e análise para promover novas maneiras de fazer e entender o género através de novas maneiras de fazer e entender a tecnologia. Essa vertente do ciberfeminismo, denominada de social por De Miguel e Boix (2002), aposta na utilização dos recursos da rede, das novas tecnologias e do espaço virtual para criar estratégias que permitam a conexão de mulheres em todo o mundo, objetivando combater o patriarcado e mudar as estruturas culturais (Reyes, 2016). O ciberfeminismo social se mostra cada vez mais uma interessante alternativa, visto que se estende com força e presença. Os caminhos, as ações, os níveis de conhecimento tecnológico variam mas são confluentes, “nós mulheres temos conseguido construir nosso próprio território na rede, não se trata de um território exclusivo mas o importante é que as políticas que se defendam tenham estratégias feministas” (De Miguel & Boix, 2002, p.75).

A utilização da tecnologia para transformação política e social instaura um novo marco na história do movimento feminista, com mulheres a aproveitar as novas formas de comunicação para expandir as suas ligações e formar novas conexões, inclusive, internacionais, como destaca Youngs (2007):

*Most would agree that there has been an explosion of women's voices, activities, and different forms of networks and activism (social, economic, political, cultural) online. Whether we are thinking of women's involvement in all kinds of organizations, blogs, online publishing and business, campaigning, or community and network building, their engagement in the virtual world is clearly extensive, multifarious, and growing. (Youngs, 2007, p.3)*

A rede *online* oferece, dentre outras possibilidades, a oportunidade de novas interações entre as mulheres, que passam a encontrar-se neste novo espaço para partilhar vivências, experiências e histórias particulares rompendo a barreira do público/privado. “*Women's online voices and activities, and their linkages to their offline lives and the social processes affecting them, contribute to disrupting the public and private gendered limitations of the historical geospatial (offline) world.*” (Youngs, 2007, p.3), a interação também permitia o cruzamento de fronteiras, não só espaciais, como destaca Bañon:

*El trabajo y la comunicación en red es una de las claves que nos conviene explotar a las feministas para cruzar las fronteras que la organización patriarcal ha ordenado entre naciones y culturas, entre público y privado, estado y mercado, civil y comercial, institucional y personal, o entre géneros. (2013, p.457)*

A conexão através da rede permitiu a construção de alianças entre as mulheres, a criação e manutenção de contactos com diferentes grupos e coletivos, bem como a elaboração de estratégias para intervir e influenciar as esferas *online* e *offline*. Youngs (2007) também acrescenta:

*The international presence of women and, equally important, their opportunities to build connections with one another within and across national boundaries, for all kinds of political, economic, cultural and social endeavours, feminist and women-oriented or otherwise, have expanded enormously thanks to the Internet. Women are more public beings than they have ever been, and it could be argued that this is a radical development. The Internet has aided women in forging public presences and identities and building on those to act in online and offline frameworks, international as well as national and local. (2007, p.3)*

A internet certamente deu um novo ânimo ao movimento feminista, proporcionando uma rápida evolução, trazendo mudanças, diversidade e ampliando a voz feminina. Como destaca Alvarez (2014, p.45), “se a internet já era importante no campo feminista latino-americano desde meados dos anos 1990, as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados”. A relevância dos meios de comunicação digitais é tão grande que autoras contemporâneas cogitam uma quarta onda do movimento feminista, desenvolvida após a consolidação da internet como um novo meio de comunicação em massa. Perez e Ricoldi (2018) publicaram um estudo onde analisaram trabalhos que relacionam o movimento feminista e o surgimento da quarta onda no Brasil, as autoras evidenciam que

A principal característica da chamada quarta onda feminista é a atuação nos meios de comunicação digitais — a importância das novas tecnologias de comunicação foi destacada por 13 trabalhos. Esses mencionavam como o mundo digital possibilitou um ativismo digital, chamado de ciberativismo — conceito estendido à mobilização feminista na internet, o ciberfeminismo. Os blogs, redes sociais, sites, vídeos, enfim, todos os meios de comunicação via internet são um espaço de criação e divulgação de causas feministas com um alcance jamais pensado antes da ampliação do uso da internet. (Perez & Ricoldi, 2018, p.12)

Outra característica observada pelas autoras sobre a quarta onda foi a diversidade do feminismo contemporâneo - que tem relação direta com a interseccionalidade – conceito já

esclarecido acima neste capítulo, uma vez que é um aspecto presente e herdado da terceira onda do movimento. Essa particularidade também é assinalada por Rampton (2015) em artigo intitulado “*Four Waves of Feminism*”.

*The emerging fourth wavers are not just reincarnations of their second wave grandmothers; they bring to the discussion important perspectives taught by third wave feminism. They speak in terms of intersectionality whereby women’s suppression can only fully be understood in a context of the marginalization of other groups and genders —feminism is part of a larger consciousness of oppression along with racism, ageism, classism, ableism, and sexual orientation. (Rampton, 2015, p.7)*

Rampton (2015) ainda afirma que o feminismo atual está movendo-se da academia para o domínio do discurso público, uma vez que questões fundamentais das primeiras fases do movimento feminista estão recebendo atenção nacional e internacional por parte da mídia tradicional e pelos políticos. Abuso sexual, estupro, violência contra a mulher, desigualdade de salário, *slut-shaming* e a pouca representação feminina na política e nos negócios são algumas das demandas citadas pela autora para embasar sua defesa. A comunicação digital tem papel fundamental nessa popularização das questões do movimento feminista, como afirma Toledo (2017, p.6): “A internet abriu espaço para todas as discussões, dentro e fora das ondas feministas mais conhecidas. Feminismo negro, feminismo gay, sexualidade, *maisnplaining*, assédio, estupro, empoderamento, sororidade, machismo cotidiano, gênero, gordofobia e tantos outros territórios ganham espaço”.

Ainda segundo estudo de Perez e Ricoldi (2018), a relação do movimento feminista com o Estado também pode ser considerada uma característica da quarta onda, uma vez que é mencionada por vários trabalhos: “essa relação acontece com a ocupação de cargos públicos por feministas, participação do movimento na formulação e políticas públicas em instituições como os Conselhos Gestores, ou ainda pelo financiamento estatal para que organizações feministas executem políticas públicas.” (Perez & Ricoldi, 2018, p.9). Outras autoras que também destacam a relação Movimento Feminista x Estado são Matos e Paradis (2014) que assinalam que dentro do contexto da quarta onda, as mulheres feministas finalmente se voltaram para dentro do Estado brasileiro, ocupando espaços e reforçando a criação de organismos, estruturas e mecanismos que pudessem - partindo de dentro do Estado – promover ações concretas despatriarcalizadoras. Porém, Perez e Ricoldi concluem, posteriormente, que essa característica ainda se encaixa na terceira onda, uma vez que “contemporaneamente o Estado

encontra-se mais fechado para as pautas dos movimentos sociais e os mesmos têm pontuado o distanciamento em relação ao Estado.” (Perez & Ricoldi, 2018, p.10).

Apontar os meios de comunicação digitais como principal característica da quarta onda não é unanimidade entre as autoras. Munro (2013), por exemplo, chega a questionar a existência desta nova fase do movimento feminista em seu artigo, contudo assinala a importância do impacto das novas tecnologias no debate sobre o feminismo.

*Whether or not we are living through a ‘fourth wave’ of feminism, it is clear that women’s understanding of their position in the world and their political struggles is changing. With more and more young feminists turning to the internet, it is imperative that academics consider the effects that new technologies are having on feminist debate and activism.* (Munro, 2013, p.25)

É justamente por causa desta nova geração de jovens mulheres feministas, nascidas na época em que os sites de redes sociais digitais desenvolviam-se, que se debate a existência de uma nova onda.

*The word (feminism) is winning the day. The generation now coming of age sees that we face serious problems because of the way society genders and is gendered, and we need a strong “in-your-face” word to combat those problems. Feminism no longer just refers to the struggles of women; it is a clarion call for gender equity.* (Rampton, 2015, p.7)

Em artigo escrito para a Revista Cult, Carla Rodrigues, professora do departamento de Filosofia da UFRJ aponta a importância da colaboração das mulheres jovens feministas nesta nova etapa, “em um momento histórico no qual todas as nossas conquistas estão sob ameaça, é fundamental que a nova geração valorize os avanços históricos e lute para que estes não se percam”.<sup>5</sup>

E essa nova geração apropria-se das redes sociais digitais, de forma natural, para dar visibilidade às pautas e lutas do movimento feminista que ainda não foram concluídas. Rocha (2017) defende que as novas feministas conectadas compõem a quarta onda, marcada pela popularização e democratização do feminismo na rede ou através dela, “as bandeiras são diversas, como vimos, e temas das outras ondas são revisitados – aliás, sua principal característica não é a temática abordada, mas a massificação do feminismo. [...] esse feminismo

---

<sup>5</sup>Rodrigues, C. (2017). Dossiê, A quarta onda do feminismo. *Revista Cult*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-do-feminismo/>. Acesso em: dez. 2019

é sem dúvida um movimento essencialmente global” (Rocha, 2017, p.76-77, como citado em Cazarré, 2016)

Não é de hoje que as minorias sociais utilizam diferentes meios e suportes para ajudar a manifestar os seus discursos. Porém, “o espaço e a forma como essas lutas são travadas foram e são ampliados pela mídia e pelos meios tecnológicos” (Lemos, 2009, p.15). De modo que as ferramentas utilizadas para popularizar o feminismo são todas as que a internet disponibiliza. Sites de redes sociais digitais, como Facebook, Twitter, Blogs, Youtube e Instagram fazem parte desta atuação, o uso de *hashtags* para desenvolver campanhas de massa ou gerar frases virais, a produção de campanhas *online*, a divulgação de relatos pessoais, a criação de vídeos, debates, entrevistas e toda uma variedade de ações praticadas no ciberespaço – que, algumas vezes, ultrapassam ele - contribuem para a propagação da política feminista. Piñero-Otelo e Martínez-Rolán (2016, como citado em Keller, 2014, p.19) destacam, em seu artigo, que uma das práticas principais das mulheres nas redes sociais digitais é *“la de educar a los nodos de su red sobre cuestiones feministas, la cual lleva implícita la generación de comunidad y la visibilidad de las desigualdades de género a partir de un posicionamiento personal.”*

Essas ações fazem parte dos novos modelos de movimentos sociais, que *“[...] se caracterizan por la ausencia de estructuras organizativas a favor de una red distribuida, que supone una ruptura con el activismo convencional”* (Piñero- otelo & Martínez-Rolán, 2016, pp.18-19). Esses canais de comunicação na web que propagam ideias e ideais feministas através da internet e suas ferramentas, muitas vezes geram impactos para além do mundo virtual. A existência desses espaços independe de partidos políticos, seus organizadores costumam desconfiar da mídia tradicional e sustentam suas ações na internet, por meio de debates coletivos e organizações horizontais (Castells, 2013). Dentro desse contexto é que se encontra o objeto de estudo desta pesquisa, a revista feminista digital AzMina.

A Revista AzMina foi criada em 2015 através de um financiamento coletivo. O site foi desenhado para abrigar as publicações da revista que pretendia ser um periódico mais inclusivo. A proposta era escrever para mulheres de A a Z (como elas definiram, na época, na seção “quem somos” do site) contemplando as particularidades e complexidades das mulheres. A ideia também rompia com algumas barreiras do jornalismo tradicional ao propor reportagens independentes “sem rabo preso com anunciantes”, além de disponibilizar o conteúdo gratuitamente no formato digital. Com uma equipa de 16 pessoas, a revista seguia os moldes hierárquicos de produção jornalística, com diretora, editora, correspondentes, repórter especial,



produtores e colonistas, porém tinha a proposta bem clara de dedicar-se para “usar o jornalismo para ajudar a melhorar o mundo, principalmente para nós, mulheres”.

Durante o andamento deste trabalho a revista completou 5 anos de existência. Hoje em dia o projeto tornou-se muito maior, com a criação do Instituto AzMina que usa informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero. Com algumas campanhas de conscientização contra o machismo como #MachismoNãoÉBrincadeira, Carnaval Sem Assédio e #VamosMudarOsNúmeros, a aplicação PenhaS e o projeto Elas no Congresso, elas expandiram sua atuação para além da proposta inicial de apenas oferecer conteúdo jornalístico independente e feminista. Atualmente, contam com alguns prêmios em reconhecimento por várias ações e possuem cinco frentes de atuação sendo elas: jornalismo, tecnologia, palestras, campanhas e consultoria. Após todo esse amadurecimento desde a proposta inicial, elas analisam sua trajetória e se orgulham de ter feito parte da ampliação do feminismo no Brasil

[...] AzMina surgiu nesse movimento [“quarta onda” do feminismo]. Fundada em 2015, a organização veio como uma resposta aos machismos que gritavam no jornalismo tradicional e ao longo desses anos expandimos nossa atuação, com o aplicativo PenhaS, campanhas de conscientização e o Elas no Congresso. E temos muito orgulho de olhar para trás e ver que fizemos parte dessa ampliação e crescimento do feminismo no Brasil e também de muita mudança que aconteceu na mídia brasileira.<sup>6</sup>

A estrutura da revista/site hoje divide-se em: política, violência, saúde, feminismos, mais - que contempla os tópicos maternidade, cultura, esporte, comportamento, dinheiro -, opinião e divã D’AzMina. A revista ainda incentiva a republicação de seus conteúdos, ao afirmar que eles são livres de direitos autorais, com a ressalva de compartilhar o nome da AzMina, da autora e do link para o texto original. Além do portal, o projeto possui contas nos principais sites de redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, que funcionam de apoio na divulgação dos conteúdos e ações.

Neste estudo, o canal no YouTube não será analisado, uma vez que não havia publicações suficientes dentro do período de tempo estipulado para a recolha dos dados. No próximo capítulo, apresentarei com mais detalhes os canais de comunicação digitais que a Revista AzMina utiliza para informar, conscientizar e empoderar mulheres através das suas postagens.

---

<sup>6</sup>Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/que-feminismo-queremos/>. Acesso em: set. 2020

### 3 Os Sites de Rede Social: Um Espaço de Articulação Para As Causas Dos Feminismos

A Revista AzMina foi criada dentro do universo digital. Desde seu início, o projeto foi pensado para funcionar na *World Wide Web* e é neste espaço que se encontra disponível para acesso o site, principal canal de comunicação da revista. Além dele, como já mencionado, as contas nos sites de redes sociais digitais Facebook, Twitter, Instagram e Youtube complementam a estratégia de comunicação da AzMina. Portanto, é importante contextualizar brevemente a história dessas ferramentas, criadas para conectar as pessoas dentro da rede mundial de computadores. A análise deste estudo se ambienta no conteúdo publicado no portal (site) e nas respectivas plataformas mencionadas acima, de forma que neste capítulo irei assinalar algumas das particularidades de cada canal de comunicação e como eles se tornaram um espaço de articulação para as causas sociais, em especial, as feministas.

O surgimento desses sites de redes sociais digitais é muito recente, mesmo dentro da história da internet. Apenas na segunda fase da web – denominada de Web 2.0<sup>7</sup> – é que essas plataformas desenvolveram-se. Caracterizada por permitir a interação entre os utilizadores, nesta fase da evolução da web, os sites passam de meras páginas estáticas, onde apenas depositava-se a informação, para espaços que permitem a participação – com troca de informação entre os utilizadores e/ou entre o utilizador e o produtor do conteúdo. Christian Fuchs (2017) em *Social Media: a critical introduction* utiliza as palavras de O'Reilly,<sup>8</sup> creditado como o fundador da expressão Web 2.0, para apresentar as principais características desse período da história da internet:

*Radical decentralization, radical trust, participation instead of publishing, users as contributors, rich user experience, the long tail, the web as platform, control of one's own data, remixing data, collective intelligence, attitudes, better software by more users, play, undetermined user behaviour.* (Fuchs, 2017, p.34).

Dentro dessa realidade, as relações humanas transformam-se e as redes que conectam as pessoas transportaram-se – de certa forma – para o ambiente virtual. Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997) propõem que uma rede social é uma rede de computadores quando conecta pessoas e organizações. Os autores constroem uma analogia onde apontam que

---

<sup>7</sup>A Web 2.0 é a segunda geração de serviços online e caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo. A Web 2.0 refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços Web, linguagem Ajax, Web syndication, etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador. (Primo, 2007)

<sup>8</sup> <https://www.oreilly.com/pub/au/27>



assim como uma rede de computadores é um grupo de máquinas conectadas por cabos e fios, uma rede social é um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras instituições sociais) conectadas por uma série de relações sociais, como amizade, relações de trabalho ou troca de informação. Os sites de redes sociais digitais evoluíram ao longo dos anos, na medida em que a tecnologia também avançava e tornaram-se cada vez mais relevantes, passando a ter muita importância na sociedade atual por ser um meio de possibilidades. Para Primo (2007, p.7), uma rede social *online* “mantém sua existência através de interações entre os envolvidos”. A medida que as plataformas foram desenvolvendo-se, as teorias acerca desses novos modelos de comunicação precisaram ser revistas, de forma que os autores Ellison e Boyd (2013) resolveram redefinir o conceito que haviam criado em 2007 para resumir os *social networks sites* (SNS):

*A social network site is a networked communication platform in which participants 1) have uniquely identifiable profiles that consist of user-supplied content, content provided by other users, and/or system-level data; 2) can publicly articulate connections that can be viewed and traversed by others; and 3) can consume, produce, and/or interact with streams of user-generated content provided by their connections on the site.* (Ellison & Boyd, 2013, p.9)

Os autores também explicam porque acreditam que o termo *social network sites* - sites de rede social, em tradução livre - é o mais adequado para referir-se a esses modelos de *websites* que surgiram durante a Web 2.0, ao invés de apenas *social networks* (termo sociológico já existente muito antes do desenvolvimento da internet para definir as relações sociais em rede). As expressões *social networking* - que implica uma prática de ativamente procurar conexões e que também acontece *offline* -, *online social networks* (que seriam as conexões *online* de uma pessoa) e *social networking sites* (que enfatiza o ato de conexão com novas pessoas) também foram descartadas pelos autores.

*The term “social network site” rightfully emphasizes that these are sites that enable individuals to articulate public lists of connections—to present a social network and to view others’ networks. This ability is what differentiates social network sites from earlier forms of online interaction spaces and the term “social network site” highlights the role of the network (as a noun) as opposed to the practice of networking (as a verb).* (Ellison & Boyd, 2013, p.9).

Esse conceito, revisitado cinco anos depois, revela a importância dessas plataformas nos dias atuais e também evidencia uma característica marcante delas que é a constante atualização. Para entender o impacto da presença dos sites de redes sociais na vida cotidiana, apresento este gráfico de um projeto que traz uma visão global do crescimento digital, produzido em parceria

pela agência *We Are Social* e a *Hootsuite*. Os dados foram recolhidos em 2019 e 2020, e traz a quantidade de utilizadores ativos por mês, contas ativas, audiências de publicidade ou visitantes mensais – em milhões – por cada site. Destaco os três abordados neste artigo.

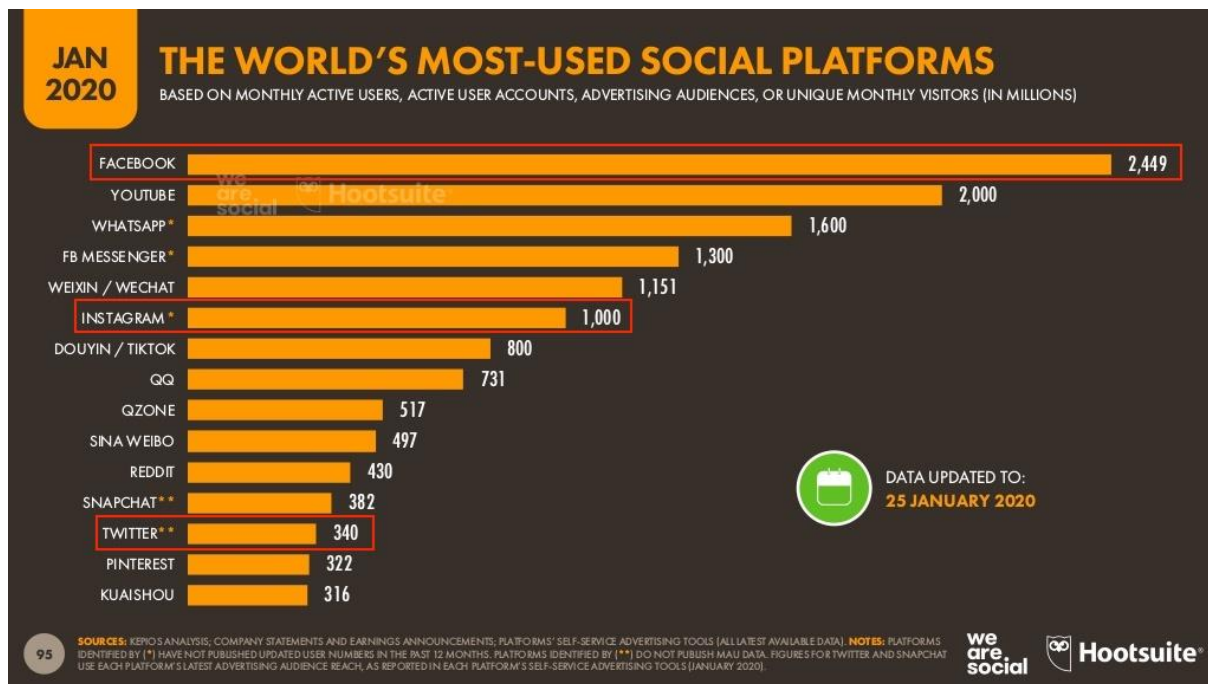


Figura 1 - Sites de rede social mais utilizados no mundo. Fonte: *We Are Social*.

No contexto brasileiro, esses sites de rede social também causam uma grande repercussão pelo seu alto uso. Assim como no resto do mundo, o país acompanhou o crescimento da utilização dessas plataformas pelo povo que foi tão grande a ponto de revolucionar a maneira como nos relacionamos enquanto sociedade. O Brasil possui uma relação forte com as redes sociais digitais desde o início do seu surgimento e já superou países como os Estados Unidos (berço da maioria dessas plataformas) em número de membros cadastrados em um determinado site de rede social em 2006.<sup>9</sup>

Por acaso esse mesmo relatório apresenta os dados referentes à cada país e no Brasil, segundo uma pesquisa feita com utilizadores de internet, 90% deles afirmam que utilizam o Facebook. Neste cenário, o Instagram ficou em quarto lugar, com 71% dos utilizadores declarando que usam a rede, seguido pelo Twitter - em sexto no ranking - com 43% de afirmações. Como está demonstrado no gráfico abaixo.

<sup>9</sup>Telles, A. (2006). Orkut.com: como você e sua empresa podem tirar proveito do maior site de relacionamento do Brasil. São Paulo: Landscape.

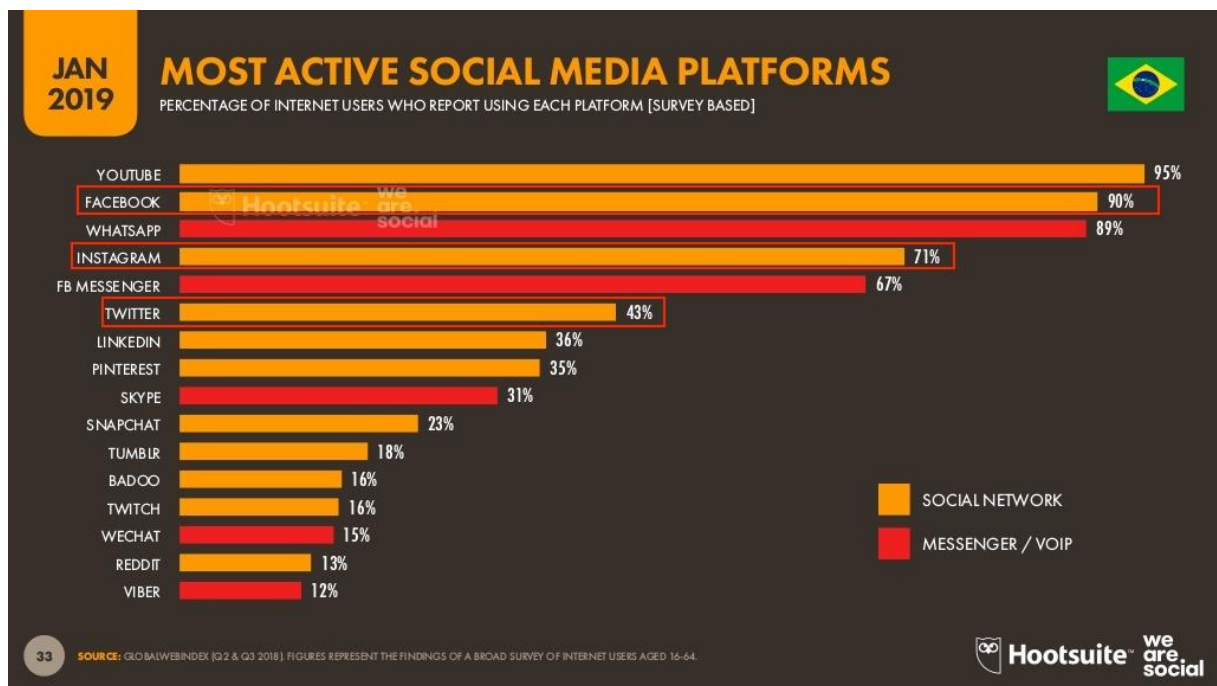


Figura 2 - Sites de rede social mais ativos no Brasil. Fonte: We Are Social.

Outro fator determinante que comprova o efeito da chegada - e permanência – dos sites de redes sociais no dia a dia da vida contemporânea brasileira é o tempo dedicado ao uso dessas plataformas, que, inclusive, teve um grande aumento durante 2020<sup>10</sup> por conta da pandemia do Covid-19 e o respectivo confinamento do país. Conforme a matéria também aponta, a pesquisa realizada em parceria pela Nielsen Brasil e a Toluna revelou que 77,24% dos entrevistados responderam que utilizaram a internet para interagir nas redes sociais digitais em junho de 2020 (mês de realização da pesquisa). Essa informação vai ao encontro do que indica o gráfico abaixo sobre o tempo médio diário dedicado ao uso dessas redes, onde pode-se observar que o Brasil encontra-se em terceiro lugar no ranking, com 210 minutos diários dedicados pelos internautas à navegar nestas plataformas. Um tempo bem acima da média mundial que soma 144 minutos.

<sup>10</sup>Internet durante a pandemia: 97% dos entrevistados a usam todos os dias, diz pesquisa. Referência: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/brasileiros-acessam-a-internet-todos-os-dias/>

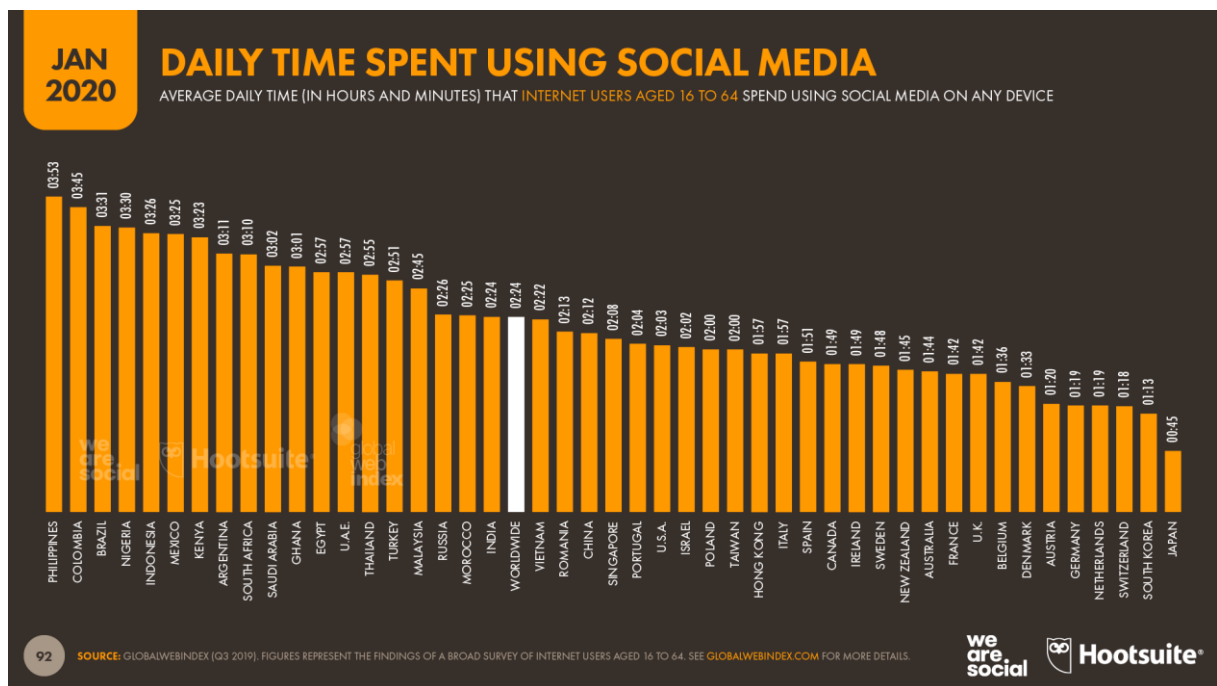


Figura 3 - Tempo de uso diário nos sites de rede social por país. Fonte: We Are Social.

Pavimentando os caminhos para o desenvolvimento dos sites de redes sociais estiveram os *weblogs* que até tornaram-se verbo (*to blog*) e também adjetivo (*blogger*) para identificar os seus utilizadores. Na transição para o novo milênio, os blogs pessoais explodiram na internet como forma do utilizador criar e apresentar seu próprio conteúdo *online*. Pela facilidade do manuseio, tornou-se um serviço muito popular a ponto de ser chamado de diário virtual por, na maioria das vezes, conter relatos pessoais dos seus proprietários. Porém, blogs profissionais e com caráter colaborativo, organizado e gerenciado por mais de uma pessoa também tornaram-se comuns à medida que esse meio se difundia. Segundo Recuero (2004, p.19), os primeiros blogs – definidos pela autora como websites pessoais ou temáticos constantemente atualizados - surgiram no início de 1999 e caracterizam-se “pela forma, baseada em microconteúdo, na organização cronológica e em frequente atualização (pequenas quantidades de textos publicadas periodicamente e atualizadas em função do tempo – o mais recente no início da página”. Para a autora, a popularização dos blogs deu-se pela facilidade de publicação na internet, que dispensava o conhecimento de HTML ou outras ferramentas mais avançadas de programação. Quem mantém um blog passou a ser denominado ‘blogueiro’ e os assuntos que lhes apetece escrever sobre produzem o conteúdo divulgado nesse espaço. Dessa forma, os blogs segmentam-se cada vez mais, dedicando sua existência à um tema específico. Esse importante espaço de conversação (Primo & Smaniotto, 2006) permite que pequenas redes de

amigos ou de grupos de interessados em nichos muito específicos possam interagir, possibilitando que a interconexão entre esses grupos gere significativos efeitos em rede (Primo, 2007). Recuero (2004, p.19) ainda acrescenta que “muitos blogs contam com uma ferramenta que permite aos leitores manifestarem-se através de comentários ....qualquer leitor poderia discutir ou argumentar sobre o texto”. De forma a favorecer a interação entre quem produz o conteúdo e quem consome, criando uma conexão entre ambos (e também entre quem apenas acessa para acompanhar todas essas informações e interações).

Na continuidade da evolução pela qual passaram as plataformas digitais na segunda geração da Web, outros espaços que permitiam a interação entre os seus utilizadores, com formatos distintos e específicos também surgiram. Similar aos blogs, despontaram os microblogs – sendo o Twitter, criado em 2006, o maior de seus representantes. Para Fuchs (2017):

*A microblog is a further development of the blog concept: one shares shorts message with the public and each user has a contact list of persons who are following these messages. Microblogging is like sending SMS online to a large number of people. (Fuchs, 2017, p.217)*

O Twitter foi classificado como uma tecnologia de microblog por restringir as suas publicações a apenas 140 caracteres ou menos (Murthy, 2012), apesar deste número ter sofrido uma recente atualização para o máximo de 280 caracteres em cada mensagem (chamadas nesta plataforma de ‘tweet’). Outra característica importante ressaltada por Murthy (2012) sobre os microblogs é que eles são

*an Internet-based service in which: (1) users have a public profile where they broadcast short public messages or updates whether they are directed to specific user(s) or not (2) messages become publicly aggregated together across users; and (3) users can decide whose messages they wish to receive, but not necessarily who can receive their messages. (Murthy, 2012, p.1061)*

O Twitter funciona através de uma *timeline*, onde o *feed* é atualizado em tempo real com os *tweets* (mensagens) do utilizador e das pessoas que ele segue (*follow*<sup>11</sup>), da mesma forma que os utilizadores que lhe seguem receberão os *tweets* que você posta, na *timeline*

---

<sup>11</sup>Na definição de Murthy (2012): *to ‘follow’ on Twitter is akin to subscribing to another user’s tweets.*

deles<sup>12</sup>. Ainda de acordo com o artigo de Murthy (2012), o autor traça uma distinção entre sites de redes sociais e mídias sociais, classificando o Twitter como mídia social pois

*social media are mainly conceived of as a medium wherein ‘ordinary’ people in ordinary social networks (as opposed to professional journalists) can create user-generated ‘news’ (in a broadly defined sense). The ‘social’ part of social media refers to its distinction from ‘traditional’ media. This new medium is designed to facilitate social interaction, the sharing of digital media, and collaboration. (Murthy, 2012, p.1061)*

Em contrapartida, os sites de redes sociais seriam “*web services which facilitate users maintaining a ‘public or semi-public profile within a bounded system’ and through which they can articulate a list of other users with whom they share a connection*” (Murthy, 2012, p.1061). De acordo com o autor, a essa categoria pertencem, então, o Facebook e o LinkedIn, além de outros sites.

A conta da AzMina no Twitter está ativa desde abril de 2015. Elas definem o seu perfil como “tecnologia e informação contra o machismo”. Com 23,2 mil seguidores e cerca de 5 mil *tweets*, declaram também que “combatem os diversos tipos de violência que atingem as mulheres com o app PenhaS e o @elasnocongresso”, ao destacarem dois de seus projetos. Possui um *tweet* fixado no início da *timeline* que apresenta o MonitorA, uma ferramenta de monitoramento de violência política de género, projeto desenvolvido pela AzMina em parceria com o InternetLab e o Instituto Update. Este post fixo apresenta ainda um *link* que redireciona para a matéria completa sobre essa ferramenta no portal da AzMina. Com uma média de 5 *tweets* por dia<sup>13</sup>, o perfil da Revista AzMina no Twitter compartilha as matérias, reportagens e informações publicadas no site, de uma forma responsiva (replica o mesmo conteúdo). Além disso, a conta faz *retweet* de conteúdos relacionados aos direitos da mulher, feminismo e violência de género publicados por outros perfis.

O uso de *hashtags*<sup>14</sup> também se faz presente como forma de organizar e classificar o conteúdo. Nas palavras de Giannoulakis e Tsapatsoulis (2016), as *hashtags* são *tags* ou palavras anexadas com o símbolo “#” usadas para indicar o conteúdo do *tweet*, permitindo que os

---

<sup>12</sup>Murthy (2012) acrescenta: *they will also receive any retweets (tweets a user has forwarded to them) in their timeline.*

<sup>13</sup>Santos, L. D. F. Á., & Miguel, K. G. Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da Revista AzMina.

<sup>14</sup><https://blog.hubspot.com/marketing/history-of-hashtags>



utilizadores procurem por *tweets* semelhantes e aumentem a visibilidade daquela informação. Ainda de acordo com os autores, as *hashtags* já existiam desde o IRC (*Internet Relay Chat*) - um protocolo de bate-papo muito utilizado nos anos 90 -, e serviam para categorizar itens dentro de grupos. De forma que o papel central das *hashtags* é organizar o conteúdo para facilitar o acesso e permitir a recuperação de informações (Giannoulakis e Tsapatsoulis, 2016). No Twitter, a *hashtag* também serve para rotular (*label*) ou comentar o *tweet* anterior, de forma que os utilizadores possam seguir conversas de seu interesse procurando por uma lista de *tweets* rotulados (Turner, 2012). Uma das *hashtags* mais presentes nos posts da conta da Revista AzMina é a #ApoieAzMina que faz referência ao financiamento coletivo que ajuda financeiramente o projeto e traz o *link* para quem quiser contribuir.

A revista também está presente no site de rede social mais famoso mundialmente: o Facebook. Essa rede tornou-se a maior em números de utilizadores, tendo atingido a marca de 1 bilhão em 2012<sup>15</sup>. Para Fuchs (2017):

*Facebook is the most popular social networking site (SNS). SNSs are web-based platforms that integrate different media, information and communication technologies that allow at least the generation of profiles that display information describing the users, the display of connections (connection list), the establishment of connections between users displayed on their connection lists, and communication between users.* (Fuchs, 2017, p.183)

O Facebook permite não só a criação de perfis pessoais como a criação de páginas - chamadas de *fanpages* - que passaram eventualmente a representar os perfis institucionais de marcas, empresas, organizações de caráter público ou privado e todo grupo que quiser utilizar essa plataforma para comunicar-se com o seu público-alvo, criando conexões. Essa é a forma utilizada pela Revista AzMina, que criou a sua *fanpage* em abril de 2015, para estimular suas ligações com as utilizadoras dessa rede. No Facebook, AzMina apresenta-se como "um instituto sem fins lucrativos que combate os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras" e classifica-se como "Empresa de mídia/notícias", "Organização sem fins lucrativos" e "Empresa de tecnologia da informação". Com mais de 130 mil curtidas e 133 mil pessoas seguindo a página, a revista também deixa claro que usa a tecnologia e a informação para combater o machismo (em conformidade com seu perfil do Twitter). O conteúdo publicado é diversificado, contempla vídeos, imagens, GIFs, fotos e álbum de fotos, mas em sua maioria

---

<sup>15</sup>Referência: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/facebook-completa-10-anos-conheca-a-historia-da-rede-social,c862b236f78f3410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>

estão os links das reportagens e textos publicados no site. A interação dos seguidores da *fanpage* nas publicações não parece ser expressivas à primeira observação, apesar da frequência de atualização ser quase diária. Ainda no Facebook, existe o grupo fechado “Conselho de Apoiadores da Revista AzMina”, com 300 membros, em referência ao formato de Conselho Editorial participativo. Esse grupo é uma das maneiras da revista de exercer a transparência e manter a informação a serviço das leitoras, um dos seus principais objetivos.

Além das duas ferramentas citadas acima, a revista possui um perfil no Instagram. No Brasil, o Instagram é uma das redes que mais cresce em termos de uso diário<sup>16</sup>. O país figura entre os três primeiros no número de utilizadores, de acordo com o gráfico abaixo da Statista, demonstrando um uso expressivo por 95 milhões de brasileiros.

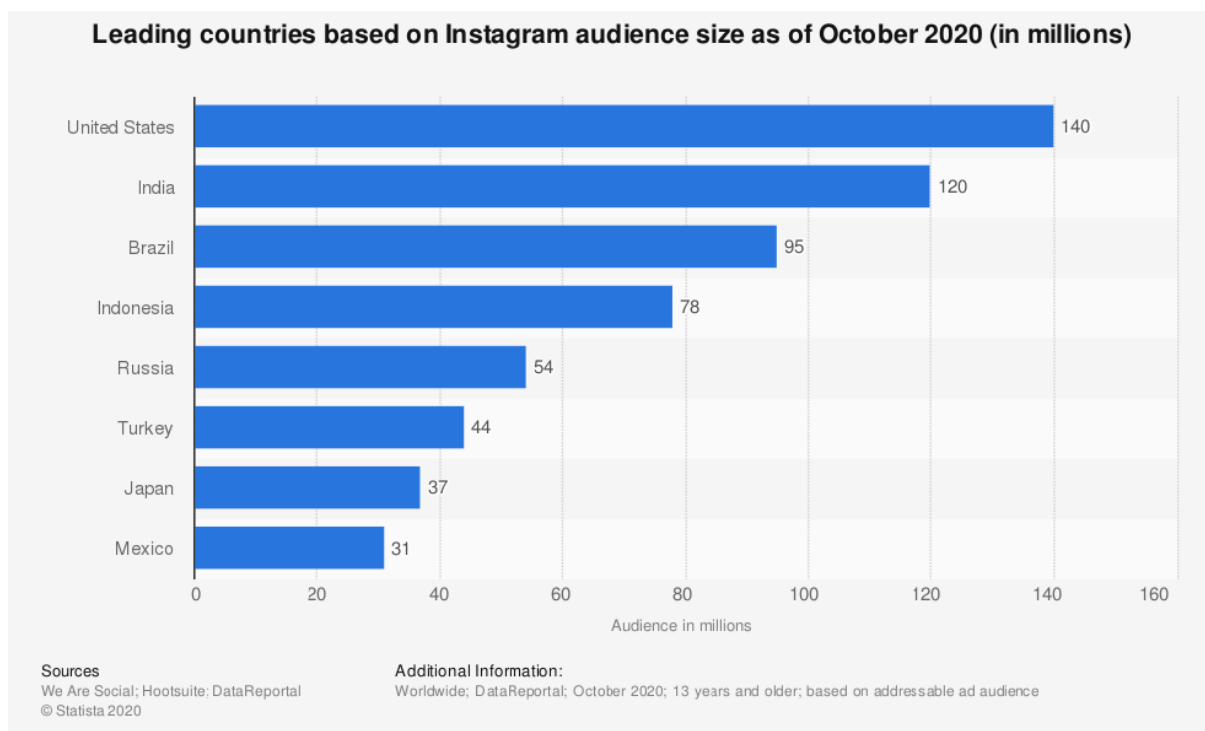


Figura 4 - Tamanho da audiência do Instagram, em milhões, nos países pioneiros, em outubro de 2020. Fonte: Statista.

O perfil da revista AzMina nessa plataforma também apresenta-se da mesma maneira utilizada nas redes já identificadas mais acima, com a mesma frase e o link para o portal da revista. Com quase 90 mil seguidores, o perfil aproveita o potencial deste espaço explorando imagens, vídeos, ilustrações e infográficos, apesar da maior parte do conteúdo ser o mesmo

<sup>16</sup>De acordo com pesquisa feita pela Deloitte em 2018:

<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/technology-media-telecommunications/Global-Mobile-Consumer-Survey-2018-Deloitte-Brasil.pdf>



publicado no site. As 1.221 publicações demonstram que o perfil é bastante ativo, com atualizações quase diárias e também com curtidas e comentários em quase todas as suas postagens.

No Instagram, as *hashtags* também são muito utilizadas. Como já apresentado neste capítulo, o símbolo da *hashtag* (#) tornou-se sinónimo dos atos de classificar, localizar, rotular e clicar (Daer, Hoffman & Goodman, 2014). Hoje em dia, é uma linguagem consolidada no ambiente dos sites de redes sociais e na internet de uma forma geral, de modo que passou de mera função para facilitar a busca e transformou-se no metacomentário. Esse é o conceito defendido por Daer, Hoffman e Goodman (2014) em artigo que analisa o uso retórico da *hashtag*. Os autores, então, criaram cinco definições para agrupar as *hashtags*: *emphasizing*, *critiquing*, *identifying*, *iterating* e *rallying*. De acordo com eles:

*Emphasizing* - used to add emphasis or call attention. *Critiquing* – express judgment or verdict. *Identifying* – refer to the author of the post. *Iterating* - used to express humor. *Rallying* - to bring awareness or support to a cause; also could be used in marketing campaigns to gain publicity. (Daer, Hoffman & Goodman, 2014, p.11)

Estudiosos também defendem que as *hashtags* carregam valores e informação emocional (Giannoulakis & Tsapatsoulis; Turner). Ou seja, a função inicial de agrupar o conteúdo já não é mais a única característica a se levar em consideração ao explicar a dimensão que o símbolo “#” significa na web.

Além da presença nas redes sociais digitais, a Revista AzMina possui um *website* próprio, principal canal de comunicação onde as notícias são publicadas, divulgadas e armazenadas. A digitalização da informação traz um novo formato de veiculação para as notícias, inaugurando o jornalismo *online*. Agora na web, o conteúdo jornalístico adquire novos elementos e características próprias como destacam Jo Bardoel e Marc Deuze (1999) que definem quatro características-chaves: a convergência, a interatividade, a customização do conteúdo e a hipertextualidade. A Revista AzMina foi criada dentro desse universo, o site foi pensado para ser um portal de informação feminista e independente, com a intenção de levar conteúdo diversificado para todas as mulheres. Seguindo o modelo de outros portais jornalísticos, o site conta com reportagens (divididas em editorias jornalísticas), especiais (reportagens investigativas) e opinião (artigos/columnas). Além de apresentar quem está por trás da produção dos conteúdos, destacar a assinatura para uma *newsletter* e reforçar o pedido de apoio por meio de doações, principal forma de financiamento da revista. O portal conta com a

estrutura de barra de rolagem com notícias em destaque e espaços reservados para as matérias de opinião e as últimas (matérias mais recentes).

Como salientado no início deste capítulo, essas plataformas digitais já estão completamente consolidadas dentro do modelo de sociedade atual. Cidadãos comuns, personalidades famosas, instituições, governos, empresas, todos utilizam de alguma forma um (ou mais) desses sites de redes sociais. Essa utilização massiva traz não só impactos, como também mudanças em diversas áreas como a social, a histórica, a econômica e também a política.

A expansão da internet protagonizou um entusiasmo democrático, como apontado no capítulo anterior, e parte dessa euforia deu-se por conta da rápida popularização dos sites de rede social. Aliado a conceitos como cultura da convergência (Jenkins, 2008), cultura da participação (Jenkins, 2015), *prosumption* (Toffler, 1980), jornalismo colaborativo<sup>17</sup>, wikis<sup>18</sup>, user-generated content (UGC)<sup>19</sup> entre outros, as redes sociais digitais contribuíram para uma renovação no entendimento sobre a democracia. Por tornarem-se cada vez mais acessíveis e atrativas como recurso para buscar informação e viabilizar a comunicação, essas plataformas “configuram-se como ferramentas capazes de repercutir de maneira vigorosa e imprevisível os fatos e conteúdos nelas veiculados” (Oliveira, 2018, p.236), além de permitirem a interação entre os utilizadores, de forma a produzir desdobramentos inesperados sobre a formação da opinião pública. Em adição, as redes sociais digitais dão voz àqueles que estão normalmente excluídos das discussões políticas nos meios de comunicação de massa tradicionais (Tucker et. al, 2017). Tucker e colegas defendem que “*with social media, people can find like-minded compatriots, organize protests and movements, and support political candidates and parties. In short, social media solve collective action problems that have long bedeviled those traditionally shut out of mainstream politics.*” (Tucker et. al, 2017, p.47).

---

<sup>17</sup>Collaborative citizen journalism (CCJ), a concept made possible by the Internet and the advent of blogging, is the pooling of research and reporting by volunteers to develop journalistic news stories or to critically examine existing ones, especially stories from the mainstream media. Participants in collaborative journalism usually see themselves as complementing and supplementing the regular media and, in some cases, holding mainstream media up for scrutiny. De acordo com: <https://whatis.techtarget.com/definition/collaborative-citizen-journalism-CCJ>

<sup>18</sup>A wiki is a server program that allows users to collaborate in forming the content of a Web site. A wiki Web site operates on a principle of collaborative trust. The simplest wiki programs allow users to create and edit content. De acordo com: <https://whatis.techtarget.com/definition/wiki>

<sup>19</sup>User-generated content (UGC) is published information that an unpaid contributor has provided to a website. The information might be a photo, video, blog or discussion forum post, poll response or comment made through a social media website. De acordo com: <https://searchcio.techtarget.com/definition/user-generated-content-UGC>

Ainda no começo século XXI, De Moraes (2001) já atestava que as organizações não-governamentais (ONG'S) e entidades civis estavam a utilizar a internet como meio de divulgação de suas reivindicações, “as vozes que se somam no ciberespaço representam grupos identificados com causas e comprometimentos comuns, a partir da diversidade de campos de interesse, de metodologias de atuação, de horizontes estratégicos e de raios de abrangência” (De Moraes, 2001, p.1). Para o autor, a internet contribuía com uma maior dinamização dos esforços dos movimentos sociais de intervir na cena pública, por oferecer novas ferramentas de intervenção. Além de destacar a vantagem comunicacional proporcionada pela web que “a cada nó, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações, em condições de serem consumidas a todo instante” (De Moraes, 2001, p.3).

Iara Rosa (2013) em sua tese de mestrado “Os Movimentos Sociais Conectados”, destaca que na sociedade em rede, os movimentos sociais mudam a sua representação, passando do micro para o macro, relacionando questões universais para dar mais visibilidade aos movimentos. Outro fator mencionado pela autora é a criação de redes com identidades coletivas em defesa de carências comuns à sociedade, nesse contexto, podemos incluir o movimento feminista. “Essas redes são possíveis porque na internet é mais simples relacionar interesses comuns. Logo, os indivíduos com interesses similares pertencentes a várias áreas se encontram mais facilmente e podem assim trocar informações através de mensagens *online* ou *offline*” (Rosa, 2013, p.71).

A tecnologia das redes sociais digitais contribui tanto para comunicação entre as mulheres participantes do grupo, como para divulgação de suas pautas e troca de informação com a sociedade. Como ressaltado por Dieminger e Oliveira (2015, p.12), “ativistas feministas ampliam sua rede de amigos com facilidade e de maneira exponencial no Facebook, rearticulando laços e provocando novas conexões em uma proporção muito maior do que na esfera *offline*”. Dessa forma, o número de novos membros aumenta, proporcionando mais visibilidade às ideias feministas, uma vez que “indivíduos, adeptos ou curiosos buscam e emitem informações, permitindo um salto quantitativo e também qualitativo ao discurso” (Rodrigues, Gadenz & de La Rue, 2014, p.16).

As novas formas de comunicar-se também repercutem em ações do movimento feminista que existiam antes do advento da internet, renovando suas estratégias e possibilitando mais aderência e expansão. São inúmeros os exemplos de ações promovidas por grupos

feministas que atuam *online*, podendo ser classificadas a nível regional, nacional e internacional. Essas mobilizações tanto são sobre algo ocorrido no mundo físico e que acaba repercutindo no ciberespaço ou pode ser uma demanda idealizada no universo digital e que toma o espaço físico, sendo um dos maiores exemplos a organizações de marchas e atos públicos nas ruas. Muitas dessas atividades foram idealizadas, organizadas e promovidas através dos perfis nos sites de redes sociais do objeto de estudo deste trabalho, a Revista AzMina. Como é o caso da campanha #SejaALíderQueTeRepresenta, promovida em março de 2018 - no Dia Internacional da Mulher e em ano de eleições - , que convidava as mulheres a refletir sobre a participação e ocupação política no Brasil. Além de utilizarem o Facebook para relembrem frases machistas ditas por políticos homens, a campanha também encorajou mulheres a filiarem-se a um partido político para poder candidatar-se nas eleições ainda naquele ano. Adicionando uma ação que tem repercussão prática e possibilita uma mudança em uma das áreas que é chave na pauta do movimento feminista: aumentar a representatividade feminina na política e nos cargos de liderança.

Como ressaltado por Rodrigues, Gadenz e de La Rue (2014, p.25): “o uso da internet aumenta o alcance dos conteúdos de conscientização abordados por cada movimento, proporcionando ainda o estreitamento dos laços de solidariedade entre os diversos grupos ativistas no Brasil e no mundo”. Dessa aproximação entre grupos surgem parcerias, como foi o caso da campanha “Carnaval Sem Assédio”, promovida em 2016 pela Revista AzMina em parceria com o site Catraca Livre e coletivos feministas e que chegou a impactar mais de três milhões de pessoas com o conteúdo produzido pela revista<sup>20</sup>.

Os métodos utilizados *online* são diversificados e adaptam-se à medida que os próprios sites atualizam-se e aprimoram suas ferramentas de interação. O Twitter representa um dos grandes aliados, sendo utilizado para promover o que se chama de “tuitaços”<sup>21</sup>, como foi o caso da *hashtag* #askhermore lançada pela organização *The Representation Project* como uma crítica às perguntas feitas pelos jornalistas às mulheres no tapete vermelho, que focam mais no vestido e em questões estéticas do que no trabalho feito por elas. Muitas mulheres famosas aderiram a essa *hashtag*, na época.

---

<sup>20</sup>Segundo Nana Queiroz, fundadora da revista AzMina, em entrevista para o Portal Imprensa: [http://www.portalimprensa.com.br/mulheresqueinspiram/materia\\_26.asp](http://www.portalimprensa.com.br/mulheresqueinspiram/materia_26.asp)

<sup>21</sup>De acordo com o dicionário Priberam é uma manifestação feita na Internet através da publicação intensa de tuítes, geralmente de forma concertada e com uma *hashtag* comum. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tuita%C3%A7o>

Esses são alguns exemplos de campanhas promovidas na web por grupos de mulheres que representam ou fazem parte diretamente do movimento feminista. Ações que podem ser caracterizadas como ciberativistas, revelando como os sites de redes sociais contribuem para a existência do ativismo feminista *online*. As inovações tecnológicas não são utilizadas apenas como forma de divulgação, mas também de ação, para que o impacto ultrapasse o virtual e promova transformações sociais. O potencial participativo existente na configuração atual da sociedade em rede, que utiliza a internet - e as demais ferramentas disponíveis - para criar uma teia de conexões, foi claramente apropriado pelos movimentos sociais, incluindo o feminista, e traz conquistas concretas para a luta da mulheres.

### **3.1 O conceito de interseccionalidade como pauta no ambiente digital**

A abertura ampla ao debate que a conexão *online* permite trouxe uma maior participação de mulheres com diferentes trajetórias e experiências, diversificando o feminismo, que se desdobrou em feminismos, articulando múltiplas posições indenitárias feministas dentro do movimento. A abordagem interseccional, desenvolvida por Crenshaw (1989), tornou-se indispensável para as expressões dos novos ativismos das mulheres (de Hollanda, 2018), especialmente quando tratada na esfera digital.

Crenshaw (1990, p.1242) já afirmava que para os grupos marginalizados na sociedade, as políticas indenitárias são uma fonte de força, espírito de comunidade e desenvolvimento intelectual. Reviso então, a teoria proposta por Crenshaw (1990), onde ela evidencia que a opressão e a violência acontecem em níveis estruturais, políticos e representativos. A interseccionalidade estrutural descreve como fatores e sistemas intangíveis moldam a experiência do indivíduo ou grupo quando eles precisam de alguma ajuda/intervenção. E também as formas como grupos diferentes irão precisar de intervenções específicas, adequadas com base nas suas intersecções de identidades e particularidades. A interseccionalidade política traz a identidade como fator impulsionador para o trabalho de defesa dos direitos, e as mulheres negras experimentam adversidades essenciais na mudança das políticas uma vez que estão localizadas dentro de dois grupos subordinados diferentes - raça e género - que frequentemente seguem agendas políticas conflituosas que terminam falhando com as mulheres negras. Por fim, a interseccionalidade representativa questiona como a construção cultural da mulher negra, através de imagens, texto e mídia, as situa dentro da sociedade. Além de interrogar como essa

construção subjuga grupos, ao promover mensagens que discriminam pessoas com identidades que se cruzam, e preserva a marginalização delas ao disseminar informações inadequadas. Raça e género são dois marcadores sociais que são muito utilizados como exemplo para explicar a intersecção de subordinações, justamente pelo conceito ter nascido de estudos produzidos por mulheres negras. Porém a interseccionalidade serve para explicar a articulação entre vários marcadores sociais que colocam as mulheres em posições específicas dentro da sociedade.

Alguns trabalhos mais recentes já cruzam as ideias de Crenshaw (1990) com o universo digital. Como é o caso de Brown e colegas (2017) que resolveram examinar o ativismo interseccional presente nas redes sociais digitais, definido como mobilização interseccional por Terriquez (2015), através do desenvolvimento de consciência promovido pelos sites de redes sociais. Elas analisaram a campanha *#SayHerName*, no Twitter, contra a violência praticada contra mulheres negras. Para as autoras, a ação torna a mobilização interseccional parte de sua agenda quando afirma compromissos com questões que atingem membros de vários subgrupos dentro da identidade negra como mulheres, LGBTQ+, pessoas com deficiência e grupos trans. Os resultados da análise revelaram que os utilizadores usavam a hashtag *#SayHerName* como estratégia de micromobilização interseccional e consciência interseccional na hora de comentar incidentes de violência contra as mulheres negras. Os utilizadores destacavam os nomes das vítimas, links para artigos relacionados, imagens e chamavam para ação. Além do mais, eles ampliavam o alcance das mensagens de injustiça contra mulheres negras através do uso da própria *hashtag* da campanha e do *retweet*. Essa ação é mais um exemplo da utilização dos sites de rede social para mobilizar as pessoas a favor das causas feministas, dessa vez, trazendo um recorte interseccional para o debate.

O clima sociopolítico atual exige, simultaneamente e igualmente, transparência e reflexão. Entretanto, os sites de rede social, sozinhos, não conferem maior visibilidade e transparência sobre as ações e mensagens das organizações ativistas, como salientado por Vardeman e Sebesta (2020). As autoras, ao estudarem a tentativa da Marcha das Mulheres de Washington de utilizar as redes sociais digitais para convocar e unir todas as mulheres, argumentam que, após críticas externas, o pensamento interseccional tornou-se estrutura fundamental na gestão da organização da marcha, e também uma de suas principais estratégias de comunicação. Como resultado do estudo, elas propuseram uma teoria de comunicação digital interseccional para orientar futuras pesquisas e trabalhos de defesa de direitos. Em seu artigo, Vardeman e Sebesta (2020) afirmam que:



*Social justice activism exponentially heightens the requirement for reflexivity, and because of the availability of the nonstop, always-on, globally-available nature of social media, the burden for organizations to engage with publics using intersectional-based guidelines is higher. (2020, p.18)*

Um dos argumentos das autoras é justamente o quanto as redes sociais digitais complicam e problematizam a possibilidade de uma organização ativista de conectar-se com públicos distintos. Para elas, a reflexão dos produtores do movimento sobre suas próprias identidades está relacionada com o objetivo de alcançar metas de justiça social, principalmente quando se está em um espaço de rede social. Por isso, a teoria de uma comunicação digital interseccional proposta visa aconselhar os grupos que desejam organizar-se politicamente nos sites de redes sociais a levarem em consideração a liderança autorreflexiva. A teoria das autoras explica que a relação entre as práticas integradas do ativismo de justiça social nas redes sociais e a interseccionalidade estão entrelaçadas. Além disso, prevê que essas campanhas baseadas em políticas de identidade requerem cada vez mais uma abordagem de gestão interseccional (Vardeman & Sebesta, 2020).

Apesar de concluírem que, como evento público, a Marcha das Mulheres de Washington ampliou como nós entendemos a incorporação da teoria interseccional dentro da estratégia de comunicação de massa, elas não consideraram a marcha totalmente interseccional, por falhas na agenda política do movimento. Porém, elas reconheceram o esforço em direção à construção do pensamento interseccional enquanto teoria e prática reflexiva, especialmente em campanhas de rede social. Os resultados da pesquisa revelaram que a campanha, na prática, conseguiu divulgar o termo e o conceito de interseccionalidade para a audiência mais ampla até então, através de mensagens estratégicas que entregavam ao público uma educação interseccional e promovia transparência entre as lideranças e as tomadas de decisão do movimento.

*The WMW (Women's March on Washington) largely used Twitter as a platform to conduct "ally resource sessions"/"ally education" to teach publics about multiple marginalizations. This strategy included tactics like recommending books on race, featuring activists' work in positive ways, and posting a series of consecutive tweets explaining the specific hardships that marginalized groups experience, from the perspective of a prominent writer, activist, or written piece about that identity. The sessions covered topics of male privilege, white privilege, cis privilege, and able-bodied privilege. (Vardeman & Sebesta, 2020, p.15)*

As autoras acreditam que a capacidade de uma mobilização ativista de persuadir o público a comprometer-se com a(s) causa(s) está na habilidade da organização em refletir sua

própria interseccionalidade estrutural dentro da liderança e composição organizacional. Da mesma forma que o *feedback* entregue pelo público em reação às estratégias de interseccionalidade política estabelece e mantém a interseccionalidade estrutural da organização. Segundo elas, aí também encontra-se a complicação na relação entre rede social digital, ativismo e interseccionalidade. Ambas as identidades organizacional e pública são complexas, sobrepostas e simultâneas, e todas essas identidades múltiplas estão envolvidas umas nas outras. Além disso, a tentativa de promover uma comunicação interseccional generalizada, em detrimento de uma local, privilegia algumas mensagens e agendas em prol de outras. De forma que a comunicação provavelmente combinará apelos de solidariedade/empatia e discórdia/crítica. As autoras defendem, então, que a abordagem interseccional na comunicação deve tornar explícita como as identidades da organização e do(s) público(s) afetam umas às outras, principalmente em contextos mediados pelos sites de rede social.

Os trabalhos mencionados neste tópico apresentam como a teoria da interseccionalidade está presente em ações desenvolvidas *online*. É evidente que as intersecções entre as múltiplas identidades tornou-se pauta recorrente para a maioria das mobilizações sociais, principalmente a feminista, dentro e fora do ambiente digital. Os sites de redes sociais ajudaram a popularizar teorias acadêmicas e levaram às suas utilizadoras conceitos como sistema patriarcal, lugar de fala, interseccionalidade, sororidade, entre outros. Agora, já não é preciso ler artigos acadêmicos, teses e teorias para entender mais sobre conceitos ativistas debatidos dentro do movimento feminista. Por isso, neste trabalho, busco analisar como o conteúdo publicado pela revista feminista digital AzMina, no portal, aborda os temas das suas pautas. Ao utilizar o pensamento interseccional como ferramenta analítica para avaliar os textos, busco identificar a presença (ou ausência) de marcadores sociais para além do género. Também procuro entender de que forma eles são abordados, há uma avaliação crítica sobre a intersecção de elementos representativos da identidade das mulheres? Como eles são apresentados e discutidos? É possível, através dessa perspectiva, identificar quem seriam as mulheres para as quais a revista escreve? Ou existe um sujeito único, que representaria todas elas? E, além disso, as organizadoras/escritoras demonstram refletir sobre a possível interseccionalidade presente na estrutura da revista, enquanto organização social? Foi apresentado anteriormente que a Revista AzMina pretende entregar um conteúdo para todas as mulheres, onde as particularidades de cada uma estão representadas e nenhuma mulher é discriminada, mas essa representação intersecciona as diferenças de maneira crítica?



Além disso, ao trabalhar com mais de uma plataforma de comunicação, apesar de todas estarem no plano digital, pretendo analisar se há uma estratégia de cruzamento de mídias entre o site da Revista AzMina e os seus perfis nos sites de redes sociais Facebook, Instagram e Twitter. Elas utilizam-se do *crossmedia* como uma ferramenta estratégica? É possível perceber a utilização dessa técnica na hora de divulgar os conteúdos? Há alguma tentativa consciente de entregar as suas pautas ao público-alvo?

Para isso, divido a pesquisa em duas linhas metodológicas: a primeira, baseada em Bardin (1977) e na análise de conteúdo para avaliar criticamente os textos. Na segunda, reviso o conceito de estratégia *crossmedia* e utilizo suas principais características, apontadas pelos autores mencionados na revisão teórica, como orientação para identificar a presença (ou ausência) dessa técnica na divulgação do conteúdo da revista. Portanto, aproveito este capítulo ainda para apresentar, no próximo tópico, a conceptualização da estratégia *crossmedia* e como podemos identificar essa estratégia na maneira de comunicar-se com o público.

### **3.2 A estratégia *crossmedia* no contexto digital**

O surgimento da mídia cruzada, tradução literal para *crossmedia*, esteve vinculado ao processo da convergência midiática apresentada por Jenkins (2008) em seu livro *Cultura da Convergência*, já mencionado acima. Para o autor, a convergência significou muito mais do que um processo tecnológico, representando uma mudança cultural - no comportamento do consumidor - tão profunda que afetou as relações sociais (Jenkins, 2008). Essa transformação fez com que o consumidor passasse a buscar informações nos vários meios de comunicação disponíveis, utilizando os diversos dispositivos a que tinha acesso e interagindo com eles e com os outros consumidores.

Dentro desse contexto, o *crossmedia* desenvolveu-se como uma estratégia mercadológica, ainda nos anos 90, ligada ao marketing e à publicidade (Finger, 2012), possibilitando que uma mesma campanha pudesse utilizar diferentes tipos de mídia: impressa, TV, rádio e internet (Lusvarghi, 2007). Esse é o resumo do conceito *crossmedia* relacionado à publicidade, que visava o uso de múltiplas mídias para tornar o conteúdo mais acessível (Boumans, 2004). No jornalismo, o conceito adota a nomenclatura “*crossmedia communication*” e refere-se ao encaminhamento do espectador de um meio para outro (Martins e Soares, 2011), já na internet é o termo utilizado para a produção que busca atingir eficiência

em mais de uma plataforma técnica, ou que torna o processo escalável para grandes quantidades de pessoas (Boumans, 2004). Por ser uma concepção complexa de definir-se e que ganha novas explicações ao ser aplicada em áreas diversas, decidi elencar os quatro critérios definidos por Boumans (2004) em um relatório publicado pela ACTeN (*Anticipating Content Technology Needs*), para descrever o termo *crossmedia*:

- I. *Cross-media involves **more than one medium**, ranging from analogue and digital media or digital media only, which all support each other with their specific strengths;*
- II. *Cross-media aims at an **integrated production**;*
- III. *Cross-media content is delivered/accessible on a **range of devices** such as PCs, mobiles, TV set or set-top boxes;*
- IV. *The use of more than one medium needs to support **one theme/story/one purpose/one goal/one message**, depending on the type of project;* (Boumans, 2004, p.4)

Os critérios elencados pelo o autor vão ao encontro de algumas características da *crossmedia* apontadas por outros estudiosos. Finger (2012, p.124) afirma que “na *crossmedia* há um processo de difusão de conteúdo em diversos meios. O material não necessariamente deve ser idêntico, muitas vezes, o que é divulgado em uma mídia completa o que está presente em outra”. Segundo a autora, o objetivo é criar uma interação do público com o conteúdo. Já Martins e Soares (2011, p.60) defendem que a narrativa crossmídia tem por finalidade promover o conteúdo e não expandi-lo, pois “o diálogo principal não é com o assunto, com a temática ou com o contexto, mas com a mídia”. O envolvimento de mais de uma plataforma de mídia para transmitir conteúdos relacionados (Erdal, 2007) parece ser uma das principais características da estratégia *crossmedia*, porém ela “não existe apenas pela justaposição de diferentes dispositivos e plataformas, mas faz-se relevante quando o objetivo comum da mensagem/história é espalhada em diferentes plataformas e quando a interação de apoio acontece nestas diferentes plataformas” (Boumans, 2004, p.4). Para finalizar, a pesquisadora Haas define que a “comunicação crossmídia é a comunicação onde a narrativa direciona o receptor de um meio para o próximo” (como citado em Martins e Soares, 2011, p.60; como citado em Correia e Filgueiras, 2008, p.4).

Cabe ressaltar que a mera replicação do conteúdo em mídias distintas não pode ser considerada (e nem confundida) com a mídia cruzada. Essa prática é conhecida no mercado publicitário como campanha multimeios, onde as empresas e agências de publicidade

desenvolviam um conceito de comunicação central e ele era replicado para todos os meios, quanto mais meios eram utilizados maiores eram as chances de eficiência. Na comunicação multimeios, o conceito criativo é articulado através dos vários tipos de linguagem, utilizando uma estratégia enunciativa única que é expressa por diferentes elementos da expressão (verbal, musical, sonora, imagética, gestual, audiovisual, etc) (Ciacco, 2008).

É importante diferenciar também um outro conceito – chamado de *transmedia* – que muitas vezes é confundido com o *crossmedia*. O termo *transmídia* foi denominado por Jenkins (2008) para tratar da expansão do produto (tema). Em seu livro, ele explica que o conteúdo divulgado na era da cultura da convergência pode ser alterado, complementado e expandido por outros conteúdos, aperfeiçoado, inclusive, com a participação dos utilizadores (Finger, 2012). Por definição, “uma história *transmídia* desenrola-se através de múltiplas plataformas de mídia, com cada novo texto contribuindo de maneira distinta e valiosa para o todo” (Jenkins, 2008, p.141). A narrativa *transmídia*, então, amplia a temática, a fim de que o interesse pelo o conteúdo seja cada vez maior. Cada meio traz um complemento para o produto de outra mídia, ao mesmo tempo que funciona de forma independente, como destaca Jenkins (2008, p.142), “cada acesso à franquia deve ser autônomo, para que não seja necessário ver o filme para gostar do *game*, e vice-versa”. Dessa forma, o consumidor pode aproveitar todos os produtos - acompanhando o desenrolar da temática em diversas mídias - ou apenas um. Para existir uma narrativa *transmídia*, é necessário que o tema/produto seja ampliado, ou seja, o foco está no conteúdo e como ele pode ser expandido para meios diferentes, de forma a atrair nichos de mercados diferentes. Já a estratégia *crossmedia*, foca na mídia, no canal, de forma que o conteúdo seja promovido (Martins & Soares, 2011), o importante é a forma como os meios estão interligados, como se cruzam, uma história pode ser interpretada de forma independente em diferentes mídias, para reforçar a compreensão do receptor (Finger, 2012).

Como a Revista AzMina é um projeto cem por cento *online* e não utiliza os meios de comunicação *offline*, a única mídia em que estão presentes é a internet. Porém, cada site de rede social é considerado um canal diferente e a presença da revista neles, através dos perfis no Facebook, Instagram e Twitter, será analisada como o meio onde a estratégia *crossmídia* pode ser aplicada. No próximo capítulo, entro na parte metodológica do trabalho para explicar como os dados foram recolhidos e armazenados. Bem como serão utilizados para ambas as análises que esta dissertação visa elaborar.

#### 4 Abordagem Metodológica

Este trabalho divide-se em duas análises para responder às seguintes perguntas de investigação: 1). Há um sujeito feminista único representado pelos conteúdos da Revista AzMina? 2). A revista utiliza a estratégia *crossmedia* na divulgação dos conteúdos para alcançar esse sujeito (ou demais sujeitos)?

Esta análise qualitativa visa primeiramente identificar como (e se) há uma utilização da perspectiva interseccional na hora de abordar o conteúdo apresentado nos textos publicados pela revista. Mesmo que a teoria não seja citada diretamente, busco reconhecer se há realmente uma preocupação em desenvolver uma comunicação interseccional, respeitando às particularidades indenitárias das mulheres e contribuindo para a construção de uma consciência crítica nas pessoas que consomem seu conteúdo. Para isso, busco identificar a presença (ou ausência) da menção a marcadores sociais – além do género -, que são os elementos representativos das identidades femininas que colocam as mulheres em posições específicas de subordinação. Assim sendo, utilizei o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica para avaliar os textos, mapeando os marcadores sociais que aparecem e procurando observar se há uma articulação entre eles de forma crítica ou consciente. Sempre objetivando reconhecer quem seria(m) a(s) mulher(es) feminista(s) (sujeito) ao qual aquele texto refere-se.

Utilizo também este capítulo para apresentar o método da análise de conteúdo, concebido por Laurence Bardin (1977). Bem como desenvolvo os critérios escolhidos para separar as publicações analisadas, apresento todas elas brevemente, explico o processo de observação que formulei para classificar os textos e os procedimentos que foram criados para categorizar e melhor investigar as publicações escolhidas.

A segunda linha de avaliação pretende analisar a estratégia de comunicação da revista AzMina no portal e nos seus perfis dos sites de redes sociais, Facebook, Instagram e Twitter. Especificamente, ao buscar observar se há uma estratégia de *crossmedia*, utilizando-se das características de cada mídia para melhor divulgar o conteúdo. Aqui, considero cada site de rede social um canal diferente, uma vez que cada um possui particularidades e aspectos próprios como já apresentado no terceiro capítulo. O método utilizado é o da observação, que se inicia desde o momento da recolha dos dados e desdobra-se na análise reflexiva dos mesmos.

A recolha dos dados foi feita durante os meses de abril e maio de 2020 e armazenei-os em uma planilha do Excel. Algumas ferramentas foram utilizadas para agilizar esse processo:

(i) a extensão para o GoogleSheets, Instagreader, que coletou os dados do Instagram, e (ii) um *webscrapper*, extensão utilizada no navegador do Google Chrome que “raspou” os dados do período escolhido do Twitter e do site da revista. Já a recolha do Facebook precisou ser feita manualmente, uma vez que a plataforma dificultou o acesso de terceiros aos seus dados. Após a coleta dos conteúdos, montei uma planilha com ajuda do Excel para poder visualizar e organizar melhor todo esse material.

Foram escolhidos os três meses anteriores ao mês que iniciei a recolha dos dados, abril, o que definiu a amostra entre os meses de janeiro a março de 2020. Nesta época o site da Revista AzMina dividia-se em categorias semelhantes às editorias de um canal jornalístico, com matérias, reportagens, reportagem especial e colunas. Durante esse período foram publicados 57 textos, nem todas as editorias tinham textos publicados dentro do período escolhido para a recolha e algumas publicações encontravam-se em mais de uma editoria ou coluna, classificadas através do uso de *tags*. Organizei-os em uma planilha do Excel com todas as informações que considerei relevante para o trabalho como: data da publicação, editoria, título, resumo do texto, link e autora. Das 57 publicações, 27 são reportagens, 2 são reportagens especiais e 28 são publicações de opinião (coluna).

Ao seguir para a página do Facebook, foram recolhidos 104 posts referentes a esses três meses. Também criei uma tabela para eles com as seguintes colunas: data, tipo de publicação (se vídeo, imagem, link para matéria do site...), assunto, engajamento (aqui considerado separadamente entre: comentários, partilhamentos, curtidas positivas, curtidas neutras e curtidas negativas) e o link da publicação. Já o Instagram contabilizou 86 postagens e seguiu a mesma lógica aplicada aos demais canais: em uma planilha, coloquei em colunas separadas a data, o tema/assunto, comentários, curtidas (engajamento) e o link para o post. Por fim, o Twitter trouxe 117 *tweets*, contabilizados juntamente com as seguintes informações: data, tema, *retweets*<sup>22</sup>, *reply* (resposta)<sup>23</sup> e curtidas, bem como o link para o tuíte. Não contabilizei os

---

<sup>22</sup>“Retweet é a republicação de um *Tweet*. Com a função *Retweet* do Twitter, você e outras pessoas podem compartilhar esse *Tweet* rapidamente com todos os seus seguidores. Você pode *retweetar* seus próprios *Tweets* ou os de outras pessoas.” Fonte: <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/retweet-faqs>.

<sup>23</sup>“A resposta é dada a um *Tweet* de outra pessoa. Você pode participar de conversas no Twitter respondendo a outras pessoas e mencionando-as em seus próprios *Tweets*.” Fonte: <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/mentions-and-replies>.

*retweets* que o perfil da Revista AzMina deu em outras contas do Twitter, mas contabilizei todas as respostas aos tuítes publicados pela revista, inclusive, as respostas do próprio perfil da AzMina. Muitas *replies* geraram uma *thread* (sequência)<sup>24</sup> entre os *tweets*, ou seja, não são respostas de outro(a) utilizador(a), mas sim sequências de *tweets* publicados pela arroba (utilizador) da revista, nomeadamente a @revistaazmina.

Isso posto, parto para apresentar e explicar a categorização dos textos antes de entrar na análise de facto.

#### **4.1 Análise de conteúdo como método de pesquisa**

Nascida inicialmente dentro das necessidades do campo da psicologia e da sociologia, a análise de conteúdo é uma técnica aplicada às ciências humanas há várias décadas. No início, nos Estados Unidos, foi um instrumento de análise das comunicações que utilizava a medida como rigor científico e o material analisado era essencialmente jornalístico (Bardin, 1977). A técnica aperfeiçoa-se com surgimento do interesse pela simbólica política, a expansão das aplicações a outras disciplinas e novas problemáticas no campo metodológico. Bardin defende que a análise de conteúdo tem que ser reinventada a cada momento, uma vez que ela existe enquanto método empírico, com o intuito de trazer o desvendar crítico. A sutileza dos métodos de análise de conteúdo referem-se aos objetivos de ultrapassar a incerteza e de enriquecer a leitura. O rigor das técnicas aplicadas alinha-se com a necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências (Bardin, 1977).

No plano metodológico, a técnica de análise de conteúdo pode trazer uma abordagem quantitativa ou qualitativa. Na investigação quantitativa, a frequência com que surgem certas características do conteúdo é o que se observa. Já na análise qualitativa é a presença ou ausência de uma característica na mensagem que é levada em consideração. Ao longo dos anos, a objetividade tornou-se menos rígida, possibilitando a combinação entre presença e frequência. A análise de conteúdo deixa, então, de ser apenas descritiva e utiliza a inferência como forma de esclarecer as causas ou as consequências da mensagem. Quanto à sua função, ela divide-se em duas: heurística e o que Bardin define como "administração da prova". Na primeira, a análise de conteúdo enriquece a exploração e incentiva a descoberta. Já a segunda analisa

---

<sup>24</sup> “Uma sequência no Twitter é uma série de *Tweets* conectados de um mesmo usuário. Com uma sequência, você pode fornecer contexto adicional, uma atualização ou uma abordagem ampliada conectando vários *Tweets* juntos.” Fonte: <https://help.twitter.com/pt/using-twitter/create-a-thread>.

sistematicamente as hipóteses provisórias para verificar se podem ser confirmadas ou infirmadas.

A análise de conteúdo, por definição, seria um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que, por ser um campo de vasta aplicação, não se resume a apenas um instrumento mas combina um grupo de ferramentas adaptáveis para tratar as informações contidas na mensagem. Caminhando lado a lado com a linguística, por compartilhar o mesmo objeto - a linguagem -, enquanto a análise de conteúdo enfatiza a mensagem, o que está por trás das palavras, a linguística foca, por sua vez, na língua. Bardin (1977), então, estabelece a análise de conteúdo como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p.42)

Para trabalhar com o material principal da análise de conteúdo - os significados - é preciso método. Entender as nuances da palavra, o jogo complexo do discurso não é simples. É necessária uma estratégia minuciosa que desenvolva o olhar crítico, mas de forma organizada, de modo a extrair conhecimentos que não estão tão visíveis à primeira vista. O analista deve tirar partido do tratamento da mensagem para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio. Para isso, faz-se necessário evidenciar os indicadores que permitem inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1977). A análise de conteúdo segue um raciocínio para chegar às conclusões de forma determinante: descrição > inferência > interpretação. Dentre as vastas possibilidades, escolho a análise categorial-temática para analisar os textos publicados no portal da Revista AzMina. Esse método cria categorias (temas) pré-determinados que agrupa o material de forma mais estruturada, iniciando o processo de análise do conteúdo já neste momento. Cronologicamente Bardin define três fases presentes na análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira etapa consiste na escolha dos documentos e na leitura flutuante, primeira leitura para iniciar o contacto com os textos, permitindo invadir-se por impressões e orientações. Após esse momento, o material explorado é codificado segundo regras previamente definidas para então trazer o tratamento dos resultados obtidos ou a interpretação do conteúdo/dados.



Para Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) o processo de análise temática inicia-se quando o analista começa a notar e a procurar padrões de significado e questões potenciais de interesse nos dados, podendo ser ainda na coleta de dados, e termina na apresentação do significado desses padrões. Para elas, a escrita é parte integrante da análise, atravessando todas as suas fases. Por fim, a análise temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a "realidade", quanto para desvendar a superfície da "realidade" (Braun e Clarke, 2006, p.9).

No próximo tópico, apresento o material recolhido, organizo-o e explico como cheguei à definição de quais textos analisar e por quê. Também explico o processo de codificação do conteúdo para, enfim, definir as categorias-temáticas de análise e as interpretar.

#### **4.2 Procedimentos e definições**

Na época da recolha dos dados, entre abril e maio de 2020, o site da Revista AzMina dividia-se em categorias semelhantes às editoriais de um canal jornalístico, com matérias, reportagens e colunas, estas últimas escritas por mulheres colaboradoras da revista de forma anônima ou assinada. Durante os meses de janeiro a março de 2020, período da amostra recolhida, foram publicados 57 textos. Nem todas as editoriais tinham textos publicados dentro do período escolhido para a recolha e algumas publicações encontravam-se em mais de uma editoria ou coluna, classificadas através do uso de *tags* que, por meio de palavras-chave, descreve os principais tópicos dos textos e os agrupa dentro do site.

Devido à complexidade da amostra para fazer a análise pretendida, selecionei alguns critérios de exclusão para estreitá-la. Primeiro, havia duas reportagens especiais publicadas dentro desse período que, por serem reportagens mais elaboradas, traziam elementos não-textuais para enriquecer e contribuir com o desenvolvimento do tema, logo decidi não avaliá-las. Segundo, percebi que as colunas eram o espaço onde mais mulheres podiam trazer seus textos, com 14 autoras diferentes tendo contribuído para as diversas colunas com sua escrita no período recolhido. Logo, optei por analisar o conteúdo só dos textos publicados nas colunas, excluindo assim, as reportagens das editoriais da Revista AzMina, escritas pelas mulheres que compõem a redação e direção da revista. Me restaram, então, 28 publicações as quais apresento na tabela abaixo.



Nesta primeira introdução, exponho tudo o que foi publicado no período de janeiro a março de 2020 na parte das colunas, separando por coluna, identificando o título, a autora, e a data de publicação.

	<b>Título / Editoria</b>	<b>Autora / Data</b>
<b>1</b>	<b>“Onde encontro uma garota para sexo?”: o assédio sexual nas nossas histórias de viagens</b> Mulheres pelo Mundo	Flaviana Alves 06/02/2020
<b>2</b>	<b>5 dicas para uma quarentena feminista</b> Vulva a Arte	Luísa Toller 23/03/2020
<b>3</b>	<b>Sexo antes do casamento era pecado, agora seu combate é política pública</b> #falapreta	Cristiane Gueterres 29/01/2020
<b>4</b>	<b>A hipermasculinidade estrutural no esporte e o caso Pétrix</b> Mana a Mana	Amanda Célio 10/02/2020
<b>5</b>	<b>O feminismo é para todo mundo, ainda bem!</b> Mulheres Insubmissas	Júlia de Miranda 22/01/2020
<b>6</b>	<b>Por que não pensar em um SPC para homens agressores?</b> Mulheres Insubmissas	Júlia de Miranda 03/02/2020
<b>7</b>	<b>O carnaval e a criminalização da cultura negra</b> Mulheres Insubmissas	Júlia de Miranda 17/02/2020
<b>8</b>	<b>A raiva das mulheres negras: a energia que move nosso ativismo</b> Mulheres Insubmissas	Júlia de Miranda 23/03/2020

9	<b>Carta da filha que fui para a mãe que quero ser</b> Meu nome não é mãe	Tayná Leite 10/02/2020
10	<b>Quem cuida de quem cuida em tempos de coronavírus?</b> Meu nome não é mãe	Tayná Leite 18/03/2020
11	<b>8 dicas para quem está trabalhando de casa com filhos</b> Meu nome não é mãe	Tayná Leite 25/03/2020
12	<b>Coronavírus mostra que trabalhar de casa com filhos não é um sonho</b> Meu nome não é mãe	Tayná Leite 26/03/2020
13	<b>Quando o assediador é o presidente da República</b> Opinião D’AzMina	Equipe AzMina 18/02/2020
14	<b>Violência contra mulher: mais uma epidemia que Bolsonaro minimiza</b> Opinião D’AzMina	Marília Taufic 31/03/2020
15	<b>“Aprendi a me masturbar aos 40 anos, mas ainda preciso de penetração”</b> Divã D’AzMina	Anônim@ 09/01/2020
16	<b>“Me agarrei à profissão para sobreviver ao divórcio”</b> Divã D’AzMina	Anônim@ 16/01/2020
17	<b>“Aprendi a me masturbar e agora é só festa no meu quarto”</b> Divã D’AzMina	Anônim@ 23/01/2020

18	<b>“Peguei coronavírus depois de ordem para trabalhar sem máscara no hospital”</b> Divã D’AzMina	Letícia Ferreira 30/03/2020
19	<b>As novas gerações do Planeta Fome: zika e desigualdade</b> Vozes	Nara Menezes 05/02/2020
20	<b>Quem tem medo de evidências?</b> Vozes	Júlia Rocha e Joara Marchezini, da Artigo 19 16/03/2020
21	<b>Em tempos de pandemia, quem cuida das crianças?</b> Vozes	Nara Menezes 20/03/2020
22	<b>O Carnaval só é inclusivo quando não é capacitista</b> Mulheres com Deficiência	Leandra Migotto Certeza 18/02/2020
23	<b>Ser mulher com deficiência é lutar para manter direitos</b> Mulheres com Deficiência	Leandra Migotto Certeza 12/03/2020
24	<b>A moda como metáfora de liberdade e opressão</b> Moda sem Molde	Melody von Erlea 08/01/2020
25	<b>Remendos visíveis: um resgate a valores esquecidos e uma ferramenta política</b> Moda sem Molde	Melody von Erlea 03/03/2020
26	<b>A minha lista para 2020 tem esperança e revolução</b> Tradição e Feminismo	Rebecca Souza 15/01/2020
27	<b>Sexo, de novo, sendo colocado debaixo do tapete</b> Tradição e Feminismo	Rebecca Souza 12/02/2020
28	<b>Em vez de compartilhar notícias sobre abstinência sexual, indique Sex Education</b> Sobre sexo e outras coisas	Helena Bertho 27/01/2020

Figura 5 - Publicações das colunas do site da Revista AzMina de janeiro a março de 2020.

Essa amostra ainda é considerada muito extensa para uma análise de conteúdo, devido à imersão nos textos que essa técnica exige. Como o período recolhido coincidiu justamente com o início da pandemia do Covid-19, em março de 2020, levando o mundo - e o Brasil - a isolar-se em quarentena, vários textos publicados fazem alusão diretamente a esse acontecimento. Então, como critério de exclusão para afunilar ainda mais a pesquisa e direcioná-la para o meu objetivo, que será investigar quem é o sujeito para o qual a revista feminista AzMina escreve, decidi escolher conteúdos mais atemporais e que poderiam estar mais voltados a alcançar diferentes perfis de mulheres. Portanto, os títulos que, através de algumas palavras, continham referências diretas a certo(s) acontecimento(s) da época, no Brasil e no mundo, foram desconsiderados. O critério foi assim definido pois, ao analisar um conteúdo mais atemporal, que traz informações que não estão diretamente relacionadas com um acontecimento externo, possivelmente desenvolve mais de uma ideia, sem partir e construir-se em torno de uma única ocorrência, permitindo uma maior pluralidade de temas e tópicos. Então, excluí da primeira leitura, e conseqüentemente da análise, os textos: 2, 10, 11, 12, 14, 18, 21, por conter palavras como "quarentena", "pandemia/epidemia", "coronavírus" e "casa" no título.

Seguindo a mesma lógica, havia textos diretamente relacionados ao carnaval, outro grande acontecimento da época no Brasil e que também foi responsável pela publicação de um conteúdo mais relacionado com os eventos externos ocorridos durante aqueles meses. São elas as publicações de número 22 e 7 que têm a palavra "carnaval" no título. Há ainda uma publicação específica sobre o caso Pétrix<sup>25</sup> (número 4), um participante do Big Brother Brasil - programa televisivo de *reality show* que vai ao ar entre os meses de janeiro a abril todos os anos no Brasil - acusado de assédio sexual por parte do público que assistia ao programa. Por último, o texto 13 fala sobre o xingamento feito pelo presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, a uma repórter da Folha de S.Paulo, ocorrido em fevereiro de 2020. Portanto, ao desconsiderar esses 11 textos segundo o critério acima, restam-me 17 que irão compor o material desta análise. No próximo tópico faço uma apresentação mais detalhada de cada um deles, onde, por meio da leitura flutuante, inicio o meu contacto com a amostra. Aproveito para resumi-los e escolher o trecho que me chama mais atenção para citar diretamente.

---

<sup>25</sup>Sobre o caso: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/o-que-petrix-fez-no-bbb-e-considerado-assedio-sexual-0220>

### 4.3 Apresentação dos textos escolhidos

Nesta parte apresento as publicações que irão compor a análise. Todas elas foram publicadas nas colunas da Revista AzMina, portanto cada texto encerra com uma breve apresentação da autora, como uma espécie de perfil, e a informação de que as opiniões expressas são da autora e não refletem as da Revista AzMina, “nosso objetivo é estimular o debate sobre as diversas tendências do pensamento contemporâneo”.

O primeiro texto - número 1 - começa ao narrar um acontecimento pessoal que a autora, Flaviana Alves, utiliza para fazer uma reflexão sobre o assédio sexual que as mulheres sofrem quando viajam, principalmente sozinhas, na coluna "Mulheres Pelo Mundo". Ela então apresenta outros lugares onde as mulheres também sofrem assédios como ônibus, baladas (discotecas/festas) e *hostels*, exemplificando cada sítio com suas histórias pessoais. Recorto um trecho da publicação para adicionar ao meu resumo:

**Texto n.1** - Este relato é o segundo de uma série de colunas em que conto várias frases absurdas que já ouvi e que, infelizmente, demonstram o quanto o preconceito de gênero ainda é uma constante na vida de mulheres viajantes, nômades e migrantes. No primeiro texto da série falo sobre o estereótipo da brasileira mundo afora. Neste segundo falo mais especificamente sobre a objetificação sexual de corpos femininos viajantes, especialmente quando fogem do eixo dos Estados Unidos e Europa Ocidental.

No texto de número 2, Cristiane Guterres, outra colunista da revista, também traz um relato pessoal para escrever sobre as políticas públicas de prevenção à gravidez na adolescência, o sexo e o papel da Igreja Católica na coluna “#falapreta”. Ela também contextualiza os assuntos com os tópicos: infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), o papel da família e das instituições na educação sexual de crianças e adolescentes, a vulnerabilidade social e a política de abstinência sexual promovida pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Brasil, Damare Alves.

**Texto n.2** - A maternidade precoce é mais comum em grupos de maior vulnerabilidade social. Analisando os indicadores de renda, raça/cor e escolaridade, as adolescentes pobres, negras ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais que as outras. Para estas jovens, os impactos sociais e econômicos de uma maternidade precoce são ainda mais graves.

O texto 3 foi escrito por Júlia de Miranda, da coluna "Mulheres Insubmissas", para falar da ativista feminista negra, bell hooks, do seu trabalho e da sua influência na formação enquanto mulher feminista da autora. Ela menciona alguns livros da escritora e traz várias citações diretas

para apresentar e reforçar suas ideias. Finaliza, então, sugerindo às leitoras que leiam as obras de bell hooks.

**Texto n.3** - Lembrando também da importância do pensamento interseccional, pauta forte no feminismo negro, como um “sistema de opressão interligado” e que precisa ser considerado dentro da nossa prática diária. Aproveito a ótima oportunidade para citar e reverenciar Sueli Carneiro, uma das maiores intelectuais brasileiras. “Ao enegrecer o feminismo, as mulheres negras disseram que o feminismo brasileiro será mais legítimo se ele for capaz de representar o conjunto de todas as mulheres, sabendo que mulheres negras são maioria, portanto a agenda das mulheres negras é fundamental. É a base do feminismo brasileiro.” Vráu!

O texto de número 4 também foi escrito por Júlia de Miranda que parte de algumas fontes sobre o feminicídio no Brasil para discorrer sobre a violência contra a mulher e apresentar todas as suas formas, das mais leves - menos perceptíveis - às mais graves. Ela sugere uma estratégia para tentar combater muitas dessas violências: um “SPC”<sup>26</sup>, ou seja, um banco de dados onde, por meio do CPF (identificação fiscal do Brasil), seria possível acessar os boletins de ocorrência de violência contra mulheres dos homens que tivessem acusações do tipo.

**Texto n.4** - Sabendo que muitas, muitas mulheres não denunciam os agressores por medo, vergonha, baixa autoestima, falta de informação e abrigo, teríamos mais um sistema que não garante 100% da realidade, mas poderia ser uma alternativa de novas estratégias para auxiliar na nossa proteção contra agressores. [...] Sintonizem com a intuição e busquem ajuda, qualquer tipo de ajuda. Falem, contem o que está rolando para alguém de confiança, se algo aparenta estar errado, possivelmente você está certa. Sejam rede de apoio, acolhimento e informação umas com as outras, sempre!

No texto 5, Júlia de Miranda fala sobre o racismo estrutural na sociedade e relaciona com a raiva das mulheres negras, que traz energia ao ativismo negro. Partindo de uma declaração racista feita por uma roteirista, ela faz críticas ao feminismo branco e traz questões sobre gênero e raça. Ela também menciona a escritora Audre Lorde e seu trabalho relacionando a raiva feminina e o racismo.

**Texto n.5** - Seria de bom tom da parte do feminismo branco dar oportunidade para pessoas negras assumirem posições que o racismo por muitas vezes inviabiliza. “Uma vez que as primeiras pessoas no planeta Terra não eram brancas, é improvável que as brancas tenham sido as primeiras mulheres a se rebelarem contra a dominação

---

<sup>26</sup>No Brasil, é o Serviço de Proteção ao Crédito, um banco de dados privado de informações de crédito, de caráter público, de acordo com a definição do Código de Defesa do Consumidor. Fonte: <https://www.sosconsumidor.com.br/perguntas-e-respostas-detallhes-que-e-spc-204>

masculina”, escreveu bell hooks em “O feminismo é para todo mundo”. bell observa que mulheres brancas com privilégios de classe rapidamente se declaram “proprietárias” do movimento, colocando as mulheres brancas de classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras.

O texto 6 traz um relato pessoal da autora Tayná Leite, na coluna "Meu nome não é mãe", que escreve sobre um acontecimento do seu dia a dia como mãe e traça um paralelo com o papel dela enquanto filha. Ela, então, discorre sobre a maternidade e traz algumas reflexões pertinentes sobre o tema.

**Texto n.6** - Eu não sou (ao menos ainda) uma mãe solo, jamais serei uma mãe preta em uma sociedade racista e, ao que tudo indica, também não serei uma mãe lésbica em uma sociedade lesbofóbica. Hoje porém, enquanto espio o celular de 5 em 5 minutos para ver se por acaso me ligaram da escola e eu não vi me ocorreu que muito da minha experiência como mãe é moldada da minha experiência como filha e eu achei importante, mais uma vez, contar um pouquinho de mim, para refletir sobre a estrutura em que me insiro.

O texto 7 faz parte da coluna Divã D’AzMina, apresentado no site como um "espaço para as leitoras sentarem e desabafarem", e foi escrito anonimamente. Em tom de confissão, a escritora fala sobre sua vida sexual e relata alguns acontecimentos que considera importantes, de uma maneira autorreflexiva.

**Texto n.7** - Nesta saga aconteceu algo que chamou a atenção. Do sexo que tive com vários homens, o mais prazeroso e inesquecível foi com um homem desprovido de beleza e de cultura, que considero feio. Com ele eu tive um sexo magnífico, que eu jamais tive com outra pessoa, nem com o amor da minha vida. Parei e me analisei: será que eu me sinto poderosa perto desses homens e minha libido aumenta? Que é porque me sinto linda e maravilhosa para aquele homem?

No texto 8, também escrito de forma anônima e publicado no Divã D’AzMina, a autora confessa como fez para superar seu divórcio e o quanto esse processo a ajudou a alcançar a plenitude de si.

**Texto n. 8** - O que levaria ao divórcio este casamento idealizado? A princípio, a traição do marido – mas isso era algo que aconteceu durante todo este processo e que eu sempre fiz não ver. Afinal, isto afetaria os filhos, e eles eram o sentido da vida. E também porque todos os familiares achavam isso natural. Numa das tentativas de separação, ele disse: “isto não é traição!” Ele estava repetindo o que o pai fez, pois homens podem trair...

O texto 9 também faz parte da mesma coluna e foi escrito anonimamente. Nele, quem escreveu conta como e quando aprendeu a se masturbar para, então, declarar como isso expandiu seus horizontes, tornando-a mais independente.



**Texto n.9** - Uma vez li em algum lugar que nós não voltamos os mesmos depois de uma viagem, e eu voltei diferente. Um novo ano estava prestes a começar e após ter conseguido gozar com masturbação, naquele quarto, longe de casa, eu me sentia mais minha, mais bonita, mais livre e contente. Não poderia ter sido em um momento melhor e mais perfeito do que esse.

Nara Menezes é a autora do texto 10, que está na coluna "Vozes". Nele, ela discorre sobre como a população mais vulnerável socialmente está mais exposta à síndrome congênita do zika, e como a combinação das vulnerabilidades citadas (região, classe, gênero e raça) contribuem para explicar por que mais da metade dos casos da síndrome são registrados no Nordeste do Brasil.

**Texto n.10** - Diante de um cenário em que os acessos a direitos são desiguais, o que está em jogo não é só o genocídio que se materializa em assassinatos. A gestão dos corpos é racial, regional, de gênero e classe. Determina quem tem o direito de nascer, quem pode planejar uma família e sob quais condições pode viver.

O texto 11 também está na coluna "Vozes" mas foi escrito por Júlia Rocha e Joara Marchezini que fazem parte da Artigo19, uma organização não-governamental que promove o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação. Nele, elas criticam algumas políticas públicas para mulheres promovidas pelo governo Bolsonaro que não trazem evidências (dados), nem transparência (falta informação) e ainda atrapalham o que vem sendo feito para combater a violência contra a mulher no país.

**Texto n.11** - A combinação entre uma política focada no comportamento, na moralização e no recuo de investimentos não só impede a manutenção de programas que têm funcionado, ainda que alguém do necessário, para o enfrentamento à violência contra as mulheres, como também deixa vítimas mais vulneráveis sem possibilidade de acolhimento em serviços públicos. A violência contra as mulheres tem base estrutural e deve ser combatida materialmente, não pode ser reduzida a uma questão moral ou de costumes.

No texto 12 da coluna "Mulheres com Deficiência", Leandra Migotto Certeza escreve sobre as dificuldades das mulheres com deficiência de preservarem direitos já conquistados. Em meio ao desmonte de políticas públicas sociais voltadas para as pessoas com deficiência, ela traz três políticas que estão sendo reavaliadas e explica o real impacto dessas mudanças na vida das pessoas com deficiência. Por fim, a autora traz oito links para ler mais matérias sobre mulheres com deficiência.

**Texto n.12** - É por isso que hoje as mulheres com deficiência ainda são duplamente vulneráveis e discriminadas, pois, além de possuírem deficiência que as tornam alvos do capacitismo, também são mulheres, o que as fazem vítimas do machismo. Ao mesmo

tempo, existem muitos casos de mulheres com deficiência que são também negras e vivenciam, concomitantemente, o racismo. Assim como, existem as mulheres com deficiência que são trans, lésbicas, bixessuais, queer e/ou com outras identidades de gêneros, e passam por sobreposições múltipla e agravada de discriminação e preconceitos.

Melody Von Erlea, que escreveu o texto 13 presente na coluna “Moda sem Molde”, fala sobre o filme argelino *Papicha* e traça um paralelo entre a moda, a liberdade e a opressão sofrida pelas mulheres. Na publicação, ela resume os principais pontos do filme e finaliza com algumas questões que a obra levanta e que, no entanto, ficam sem resposta.

**Texto n.13** – A roupa, durante o filme, é ao mesmo tempo símbolo de opressão e liberdade – as roupas da sociedade ocidental são completamente esvaziadas de sentido e relevância, prendendo as mulheres a um ciclo de consumo e vaidade que as controla e aprisiona. A solução para esse problema é a imposição do hijab e da burka, que por sua vez representam a ausência do poder de escolha feminino, e ao invés de libertarem as mulheres da vaidade fútil as aprisionam na moralidade do corpo e cabelo escondidos e privados do olhar alheio.

O texto 14 também foi escrito por Melody Von Erlea e faz parte da mesma coluna. Nele, ela apresenta a técnica de remendos visíveis, uma maneira de consertar roupas usadas que não mascara o reparo e nem deixa a roupa como se fosse nova. Para ela, o método é uma ferramenta política que desafia o consumismo da moda. A autora ainda cita alguns brasileiros que trabalham com essa técnica.

**Texto n.14** - Aqui no Brasil ainda é forte a cultura da roupa nova: ela denota poder aquisitivo, acesso a bens materiais, mas mais importante, capricho, limpeza e cuidado. Isso não se reserva às roupas – temos o costume de jogar fora o que está quebrado, imperfeito, danificado, ainda que siga cumprindo sua função.

O texto 15 está na coluna “Tradição e Feminismo” e foi escrito por Rebecca Souza que traz as suas resoluções para o ano que se inicia, 2020. Ela pontua que é ano de eleição e, por causa disso, é preciso estar atenta à perda dos direitos que vem acontecendo e preparar-se para fazer micro e macro revoltas. Em tom esperançoso, ela também expõe uma visão otimista para encarar mais um ano.

**Texto n.15** - No decorrer desse ano virão responsabilidades, e tudo bem se elas forem pesadas, nem sempre temos que ser alicerces. Sentemos na árvore caída e lembremos do resto da floresta e da nossa capacidade de plantar novas árvores. Muitas vezes alimentamos uma energia de que está tudo parado, estagnado, mas a gente venceu mais um ano! Vencemos nossos medos, incertezas, vencemos aquela situação na qual dissemos “agora eu não vou conseguir mais”.

O texto 16, também da mesma coluna e redigido por Rebecca Souza, traz reflexões sobre a ideia de promover abstinência sexual como estratégia para combater a gravidez precoce e as ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Traçando um paralelo entre a mitologia e a religião cristã, ela discorre sobre sexo, gravidez na adolescência, casamento infantil e sobre o receio de falar acerca desses tópicos abertamente.

**Texto n.16** -Comecei contando essa história porque para mim sexo nunca foi tabu. Faço parte de uma família que ainda trabalha com Naahmah e assuntos como menstruação, sexo e as várias orientação sexuais eram tão comuns como falar sobre o seu prato predileto. Contudo, uma hora mordemos a maçã e saímos do paraíso (outra metáfora também para o sexo na religião), e fui para o Ensino Médio. E lá descobri que existiam as meninas para “comer ” e para “namorar”.

Por fim, o último texto - número 17 - faz parte da coluna "Sobre sexo e outras coisas" escrita por Helena Bertho. Nesta publicação, ela incentiva as leitoras a compartilharem o link da série norte-americana *Sex Education* ao invés de republicarem notícias sobre a política de abstinência sexual promovida pelo atual governo brasileiro. Ela aproveita para falar um pouco sobre o seriado e pontuar algumas passagens que considerou importantes.

**Texto n.17** - No meio dos dramas de romances e amigadas adolescentes, a série insere uma infinidade de debates essenciais sobre sexualidade, que os adolescentes (e não só eles) precisam acessar de alguma forma. Infecções sexualmente transmissíveis, consentimento, orientação sexual, masturbação, anatomia, fetiches... Tudo isso aparece ali no meio, naturalmente, enquanto fulaninho sofre de amor, ou ciclaninho tem dramas com a escola.

Essa primeira leitura dos textos iniciou o meu contacto com os mesmos. Através desse processo, denominado por Bardin (1977) de leitura flutuante, pude perceber palavras e tópicos que apareciam em mais de um texto. Nesse momento já fui despertando para certos aspectos das publicações que me orientaram na segunda leitura, onde busquei sublinhar as frases, palavras e temas que estavam relacionadas à perspectiva interseccional. Essas impressões serviram de base para eu montar a codificação e separar os textos em categorias. O que explico mais detalhadamente no próximo tópico.

#### **4.4 Método de codificação e categorias-temáticas**

O tratamento dos resultados inicia-se com o processo de codificação, para depois partir para a inferência. Bardin (1977) afirma que tratar o material é codificá-lo, onde a codificação é a transformação, feita através de regras precisas, dos dados brutos do texto. Essa transformação

elaborada através do recorte, agregação e numeração permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, de forma a esclarecer ao analista acerca das características do texto e também servir de índice. Como unidade de registo usei as palavras e frases que relacionam-se com a minha investigação, sempre buscando sublinhar os marcadores sociais que aparecem nas publicações.

Durante o processo da primeira leitura dos textos, grifei os termos que tinham a ver com a minha pesquisa, ou seja, tudo que versava sobre feminismos, género, interseccionalidade, raça, classe, orientação sexual, entre outros elementos que ajudaram a guiar meu olhar durante a leitura flutuante. Além disso, também marquei alguns parágrafos que me chamaram atenção e frases, na procura por assuntos que se repetissem ou fossem semelhantes. Os tópicos que surgiram foram bastante variados e cada texto tinha uma maneira mais própria de abordar o mesmo tema, pois, como pontuado na apresentação dos conteúdos, a autoria das publicações é também bastante diversificada. Com ajuda de marca-textos coloridos, pude separar as palavras e os tópicos para começar o processo de montar as categorias-temáticas.

O último passo da codificação é classificar e agrupar os assuntos para formar categorias mais gerais. Logo de início, ficou evidente que vários textos traziam assuntos relacionados às questões sexuais, desde abstinência sexual, por conta da proposta da ministra Damares Alves<sup>27</sup>, a masturbação, onde dois relatos pessoais do Divã D’AzMina abordavam o assunto. Portanto, essa passou a ser a primeira categoria que montei, onde eu reuni os elementos relacionados às questões sexuais e assim nomeei o grupo. Na sequência, as formas de violência as quais as mulheres estão sujeitas também apareciam de maneira frequente nos conteúdos, mesmo nos textos onde o tema principal não era esse. De forma que agrupei esses temas na categoria “violência de género”.

Encontrar um denominador comum para os tópicos que faltavam foi mais difícil, os conteúdos abordavam assuntos diferentes, mas por meio da repetição de palavras e ideias pude fechar uma terceira categoria, chamada de "raça e classe", onde tópicos sobre a condição financeira social e as questões raciais foram agrupadas dentro desta última categoria-temática. Na figura abaixo apresento as categorias analíticas e os tópicos que as compõem.

---

<sup>27</sup>Sobre a proposta: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/01/30/proposta-de-damare-de-abstinencia-sexual-de-jovens-vira-como-complementar-mas-especialistas-veem-riscos.htm>

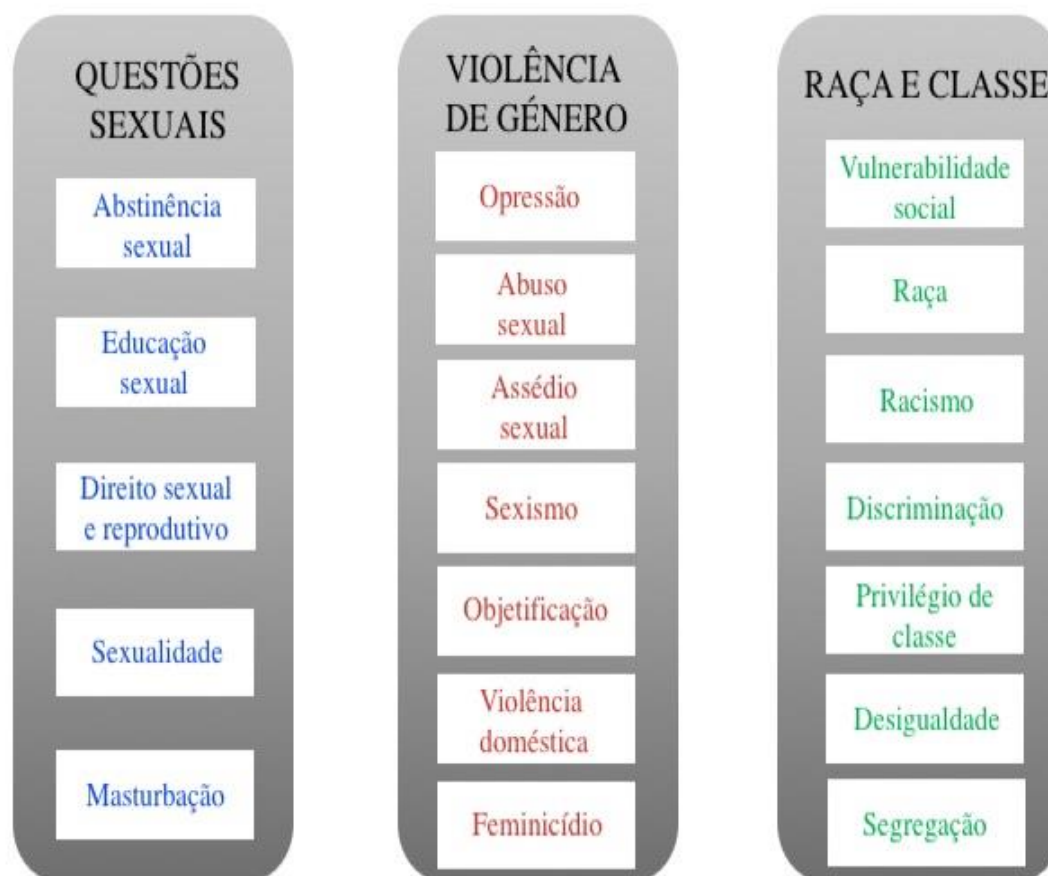


Figura 6 - Composição das categorias-temáticas de análise.

A partir dessas categorias-temáticas analisarei o conteúdo recolhido no site da Revista AzMina, buscando pontuar a referência (ou não) a marcadores sociais além do género. O objetivo é entender quem são as mulheres feministas para as quais a revista escreve, se há um sujeito representativo único que simboliza todas as mulheres, ou se há uma preocupação em pontuar as diferentes características da identidade das mulheres, com um foco (ou não) na intersecção entre essas particularidades.

## **5 A Produção Digital Feminista: O Conteúdo e A Divulgação Da Revista *Online AzMina***

Os textos selecionados foram agrupados por temas, de maneira a criar uma sistemática para a análise do conteúdo. Com isso surgiram três categorias analíticas que compõem este capítulo. Aproveito para falar brevemente sobre alguns dos textos que não se encaixaram em nenhuma categoria-temática. Houve publicações que trouxeram a referência a alguns elementos representativos, mas que não foram analisadas pois discorriam sobre tópicos alheios aos agrupados nas categorias-temáticas. É o caso do texto 6 que fala sobre maternidade e menciona os marcadores sociais de raça, orientação sexual e classe. Essa publicação também é interessante pois a autora faz apontamentos sobre a questão do saber localizado, defendida por Haraway, a teoria do ponto de vista e o lugar de fala, assuntos revisados no segundo capítulo desta pesquisa.

Também pontuo aqui um tópico que foi muito recorrente e quase tornou-se uma categoria analítica: a religião. A crença foi um fator que apareceu em pelo menos quatro publicações da amostra e chamou-me a atenção as diferentes religiões citadas. Em um país majoritariamente católico e evangélico como o Brasil, a referência a outras crenças minoritárias enriquece o conteúdo e aprimora o debate, além de fortalecer a diversidade.

A primeira categoria que surgiu após a leitura flutuante foi intitulada de “questões sexuais” pois versavam sobre assuntos que relacionavam-se com sexo, sexualidade, orientação sexual e tópicos afins. Já no menu superior do site da Revista AzMina, é possível acessar a editoria “saúde” que leva para publicações relacionadas à saúde e sexo. Logo, é possível perceber que a temática é uma das principais pautas da revista.

A segunda categoria-analítica versa sobre violência de gênero e todas as formas em que ela se apresenta. Esse grupo surgiu de forma esperada, uma vez que a revista tem como objetivo combater todas as formas de violência e opressão sofridas pelas mulheres, logo, eu já acreditava encontrar várias publicações sobre o tema. Tópicos como assédio e abuso sexual, violência doméstica, sexismo, objetificação da mulher, opressão e feminicídio compõem essa categoria.

Por fim, a terceira categoria-temática eu intitulei de “raça e classe” pois foram as palavras-chave que encontrei para agrupar as publicações que abordavam os seguintes assuntos: racismo, discriminação, segregação vulnerabilidade social, desigualdade, privilégio de classe. Esses tópicos também são pautas recorrentes da revista, como pude observar rapidamente ao pesquisar no site os conteúdos relacionados a esses temas e encontrar vários resultados.

Ainda neste capítulo eu incluo a análise da segunda linha de investigação que busca entender se há a utilização da estratégia *crossmedia* para divulgar o conteúdo da Revista AzMina através das plataformas *online*. Após investigar de modo geral as publicações feitas no site da revista, na página do Facebook e nas contas de Instagram e Twitter durante os três meses da amostra, adiciono à minha observação trechos dos autores que utilizei no referencial teórico para embasar a minha avaliação.

### 5.1 As questões sexuais

No período das publicações dos textos analisados no site da revista AzMina, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, havia divulgado seu planejamento para propor abstinência sexual como política de educação sexual, planejamento familiar e prevenção de doenças para meninas e mulheres. Como consequência, 4 textos publicados por colunistas da revista mencionavam diretamente a proposta da ministra. Apesar de apresentarem objetivos diversos e terem um modo de escrita particular (pois cada texto pertence a uma autora diferente), esse assunto conectou as publicações entre si, que foram agrupadas dentro desta primeira categoria.

Outro tema que apareceu em mais de um texto, surpreendentemente, foi a masturbação feminina. Esses textos foram publicados na coluna Divã d’AzMina, de forma anônima, porém também trazem questões relacionadas a sexo e a sexualidade. Em forma de relato pessoal, as publicações falam sobre a descoberta da masturbação, do processo de aprendizado e do efeito que isso causou na vida das autoras.

Como pontuado anteriormente, escolhi os textos das colunas em detrimento dos textos de reportagem pois havia uma diversidade maior entre as autoras. Desse modo, procuro buscar em interpretações distintas acerca de temas afins a menção – direta ou indireta - aos diferentes marcadores sociais que compõem a identidade das mulheres, tendo em vista que a mensagem exprime e representa o emissor (Bardin, 1979).

Um dos textos<sup>28</sup> da categoria “questões sexuais” traça um paralelo entre a notícia da proposta de abstinência sexual por parte de um dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro

---

<sup>28</sup>Em vez de compartilhar notícias sobre abstinência sexual, indique Sex Education - <https://azmina.com.br/colunas/em-vez-de-compartilhar-noticias-sobre-abstinencia-sexual-indique-sex-education/>



com o seriado norte-americano *Sex Education*. A autora faz um apelo para que as leitoras indiquem a série ao invés de compartilharem notícias sobre abstinência sexual.

O conteúdo versa sobre sexualidade, partindo de uma confissão da autora de que não teve aulas de educação sexual na escola e como isso afetou seu entendimento sobre o assunto. Ela pontua algumas questões que a o seriado traz como “debates essenciais sobre sexualidade (...), infecções sexualmente transmissíveis, consentimento, orientação sexual, masturbação, anatomia, fetiches...” (Texto 17), sem entrar em muitos detalhes. Mais adiante, a autora toca novamente na questão da sexualidade para dizer que a série mostra “o quanto a sexualidade é uma coisa ampla, complexa e cheia de nuances” (Texto 17). Ela também escreve que é “ótimo ver na tela vários personagens se entendendo bissexuais e tudo bem” (Texto 17), essa é a única parte do texto que traz explicitamente a menção a uma orientação sexual específica, que, por sinal, é uma das mais invisibilizadas (Friedman, 2014; Alberto, 2018) inclusive dentro dos movimentos sociais, como o feminista (Lahni, 2018).

É interessante a autora ter escolhido mencionar a bissexualidade no lugar das outras orientações sexuais minoritárias, que também estão presentes em *Sex Education*. À primeira leitura, parece trazer visibilidade a um grupo de pessoas que sofre preconceito e estigma em uma espécie de “dupla-discriminação” - denominada de bifobia - tanto por parte da comunidade gay e lésbica, quanto pela heterossexual (Friedman, 2014; Alberto, 2018). Porém, ela articula sua referência com a expressão “e tudo bem” (Texto 17), de forma que parece que o entendimento enquanto bissexual é algo que não é encarado de maneira confortável pela nossa sociedade, mas, na sociedade do seriado, sim. Como se o programa habitasse uma espécie de universo paralelo, em uma realidade muito distante e diferente da que vivemos atualmente. De certa forma, mesmo que indiretamente, a construção da frase contribui para a invisibilidade da bissexualidade enquanto orientação sexual possível e praticada.

Nesse mesmo parágrafo, a autora dirige-se diretamente às mulheres, ao escrever “que mulher, assistindo, não se identificou e não se emocionou com a trajetória de Aimee?” (Texto 17). Aimee é uma personagem adolescente, mulher cisgénero, branca e heterossexual que sofre um assédio sexual no ônibus, ficando traumatizada com o ocorrido. Ao dirigir-se às mulheres, da forma como foi colocado no texto, a autora dirige-se a: (i) mulheres que já passaram por uma situação de assédio sexual e/ou (ii) mulheres brancas, cis, hetero que já sofreram/sofrem assédio sexual. Nessa colocação, a categoria mulher está identificada pelas características da

personagem Aimee, trazendo uma questão de impasse ainda hoje dentro dos feminismos que é a noção do(s) sujeito(s) político(s) do feminismo.

Na década de 70/80, autoras de diferentes áreas tecem uma leitura crítica ao conceito de género, ao mesmo tempo em que surgem reivindicações internas dentro do movimento feminista por mais visibilidade às mulheres negras, de outras etnias e lésbicas. Por décadas a identidade da mulher pautou-se em características biológicas (sexo) e culturais (género) para construir um conceito de mulher universal que atravessava o tempo e as sociedades (Piscitelli, 2011). Essa representação trazia outras características particulares - raça/etnia, classe e orientação sexual - mas restringia a condição de mulher a uma característica biológica (Silveira, 2018) e esse sujeito único representava todas as mulheres. A luta das mulheres negras para partilhar suas experiências enquanto mulheres não-brancas dentro do movimento feminista denuncia essa representação da mulher e dos problemas das mulheres baseados em um sujeito unificador que limita ao fator género as diversas subordinações que uma mulher pode vivenciar.

A publicação foca nas questões sexuais, com um recorte maior para sexualidade, para falar da importância da educação sexual na vida dos jovens. No entanto, não articula esse ponto com outros marcadores sociais, mesmo ao utilizar como exemplo uma série que aborda vários deles e que, muitas vezes, traz o cruzamento entre esses elementos representativos na narrativa dos personagens.

Apesar da autora considerar que o seriado é um retrato realista do mundo porque “tem gente de tudo quanto é etnia, de tudo quanto é orientação sexual, de tudo quanto é estilo” (Texto 17), para ela é interessante como a série mostra essa diversidade “naturalmente” entre todos os personagens, dando a entender que outros programas de entretenimento não trazem o mesmo tipo de abordagem ou, se o fazem, fazem de forma “não-natural”. Aproveito para pontuar o uso da palavra “natural”, que é utilizada duas vezes pela autora, para destacar que esse conceito do que é “natural” foi culturalmente construído.

Embora a autora traga vários elementos da série *Sex Education*, o texto opinativo não traz uma leitura mais aprofundada, nem aproveita a oportunidade de trabalhar conceitos e questões do próprio feminismo(s), articulando-os com um programa televisivo de considerada popularidade. A intenção da publicação é apenas divulgar o seriado e usá-lo como contraste para o discurso retrógado da ministra Damares Alves sobre abstinência sexual.

Em contrapartida, o Texto 11<sup>29</sup> traz dados e fatos para criticar a proposta de abstinência sexual como forma de adiar a iniciação sexual e combater a gravidez precoce promovida pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A publicação foi escrita por duas mulheres de uma organização não-governamental e divulgada no site da Revista AzMina, na coluna “Vozes”. Com uma redação que se assemelha mais ao estilo jornalístico do que opinativo, o texto discorre sobre as políticas públicas para mulheres e meninas de promoção da igualdade de género, combate à violência sexual e direito à saúde sexual e reprodutiva.

Com base em diversas fontes fiáveis, as autoras criticam as medidas anunciadas pelo governo federal, expondo as falhas e lacunas da campanha. O texto é genérico ao dialogar sobre as mulheres, trazendo os termos “mulheres” e “meninas” apenas para fazer a diferenciação da faixa etária. No parágrafo onde elas trazem as soluções que consideram eficazes para promover o direito à saúde sexual e reprodutiva e o combate à violência sexual e de género, elas não levam em consideração os diferentes marcadores sociais que compõem a identidade de cada mulher. De maneira que “as mulheres” retratadas no texto são todas e qualquer mulher que se identifique como tal.

Quais seriam soluções eficazes para facilitar o acesso de mulheres e meninas ao direito à saúde sexual e reprodutiva e a uma vida livre de violência? Além da construção de políticas públicas consistentes e baseadas em evidências, é necessário que haja a produção de informações úteis amplamente divulgadas, incluindo aquelas que orientam sobre quais são os direitos das mulheres e onde buscar sua efetivação. (Texto 11)

Há que pontuar, contudo, que em um dos parágrafos, as autoras consideram que a implementação de campanhas como a de abstinência sexual, além de restringir a participação da sociedade na construção das políticas públicas para mulheres, ainda desconsidera “as diferentes realidades vividas pelas mulheres no Brasil” (Texto 11). Com essa frase elas encerram o parágrafo sem entrar em mais detalhes sobre essas realidades, mas deixando a entender que não há uma homogeneidade nas vivências das mulheres brasileiras e que elas precisam ser levadas em consideração na hora de traçar políticas públicas voltadas para as mulheres.

---

<sup>29</sup>Quem tem medo de evidências? - <https://azmina.com.br/colunas/quem-tem-medo-de-evidencias/>

As publicações 2<sup>30</sup> e 16<sup>31</sup> também abordam o mesmo assunto, porém articulam com a questão da religião, criticando a maneira como o sexo ainda é tratado como tabu, como assunto que não deve ser debatido. Apesar do Texto 2 trazer a perspectiva católica pois inicia ao apresentar uma situação que aconteceu dentro de uma Igreja Católica, o Texto 16 começa ao narrar sobre as práticas religiosas na Idade Antiga, do culto aos Deuses e Deusas da Antiguidade. Colocadas lado a lado, as experiências pessoais das autoras em relação ao tópico sexo e religião são opostas, apesar da autora do Texto 2 declarar o rompimento com o pensamento católico sobre sexo.

Os textos ainda coincidem ao trazerem dados sobre gravidez na adolescência e abordam a maternidade precoce e ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). No sexto parágrafo, a autora do Texto 2 analisa um relatório da Organização Mundial da Saúde sobre gravidez na adolescência e aponta:

A maternidade precoce é mais comum em grupos de maior vulnerabilidade social. Analisando os indicadores de renda, raça/cor e escolaridade, as adolescentes pobres, negras ou indígenas e com menor escolaridade tendem a engravidar mais que as outras. Para estas jovens, os impactos sociais e econômicos de uma maternidade precoce são ainda mais graves. (Texto 2)

Reservar um espaço no texto para trazer explicitamente essas questões mostra que há uma certa preocupação da autora em evidenciar que há fatores além do gênero que influenciam na experiência de meninas gestantes e mães precoces. Apesar de não articular diretamente os três fatores apontados – raça/etnia, classe, escolaridade – entre si, nem discorrer mais a fundo sobre eles, pois essa não era a intenção da publicação, ela aponta claramente que esses marcadores sociais contribuem negativamente para a experiência dessas meninas/mulheres.

Porém, no geral, o texto faz a distinção apenas entre “mulheres” e “meninas”, assim como na publicação 11, para diferenciar a faixa etária e focar melhor na argumentação em torno da maternidade na adolescência. O sujeito “mulher” é todo aquele que se identifique como tal e o sujeito “menina” é todo aquele que se identifique como tal e pertença a uma certa idade que, no texto, é definida como abaixo dos 19 anos. Como exemplificado no trecho: “Estudos

---

<sup>30</sup>Sexo antes do casamento era pecado, agora seu combate é política pública - <https://azmina.com.br/colunas/sexo-antes-do-casamento-era-pecado-agora-seu-combate-e-politica-publica/>

<sup>31</sup>Sexo, de novo, sendo colocado debaixo do tapete - <https://azmina.com.br/colunas/sexo-de-novo-sendo-colocado-debaixo-do-tapete/>

demonstram que o risco de mortalidade materna entre adolescente de 15 a 19 anos é maior do que em mulheres de mais de 20 anos” (Texto 2). Novamente, o fator género é o mais abordado e praticamente o único, senão fosse pelo paragrafo destacado acima.

Da mesma forma, o Texto 16 fala muito mais em meninas do que em mulheres. Inclusive, o termo “mulheres” aparece apenas três vezes, em três páginas de texto. A autora começa ao narrar uma história sobre uma Deusa cultuada nas civilizações da Idade Antiga para localizar a sua fala ao escrever a publicação. Logo de início ela aponta que para ela “(...) sexo nunca foi tabu. Faço parte de uma família que ainda trabalha com (a Deusa) Naahmah e assuntos como menstruação, sexo e as várias orientações sexuais eram tão comuns como falar sobre seu prato predileto” (Texto 16). Esse relato na introdução demarca o lugar de fala da autora que não é o “comum” dentro do Brasil, um país instituído como laico por lei, mas que, na prática, é extremamente católico e evangélico, como aponta pesquisa da Datafolha<sup>32</sup> que afirma que 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião.

O conceito de lugar de fala também está presente dentro das discussões mais recentes dos feminismos. A ideia caminha lado a lado com a noção de sujeito dos feminismos, abordada mais acima neste tópico, e objetiva dar visibilidade a pessoas cujos pensamentos foram desconsiderados durante muito tempo, por não conseguirem ocupar os espaços de poder na sociedade. Advém do ponto de vista feminista (Harding, 2004) e é utilizado pelo feminismo negro para apontar que as diferentes realidades permanecem subentendidas no interior de uma normatização hegemônica. Djamila Ribeiro (2019) aponta que lugar de fala não é sobre indivíduos necessariamente mas sobre as condições sociais que permitem ou não que os grupos subalternos acessem lugares de cidadania. Neste caso, a autora pertence a uma religião marginalizada dentro de uma sociedade monoteísta como a brasileira, e esse pertencimento determina parte de suas experiências - como no contexto da publicação - em relação ao sexo e às questões sexuais.

Faz-se necessário fazer essa explicação pois o texto deixa claro como a experiência “incomum” da autora vai levá-la a escrever que: “(...) e fui para o Ensino Médio. E lá descobri que existiam as meninas para “comer” e para “namorar”. E interessante que as meninas “para comer” quase sempre eram negras ou pardas, e as “para namorar” eram as meninas brancas”

---

<sup>32</sup><https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

(Texto 16). Aqui ela traz a construção de um estereótipo de género e raça que é imposto desde cedo na vida das mulheres, principalmente na das mulheres negras, já na infância/adolescência. As bases dessa estereotipação remetem ao passado colonial e escravocrata do Brasil. Em seu artigo “Da cor do pecado”, Edith Piza (1995) resume, com precisão, esse estereótipo da mulher negra reforçado através dos séculos:

A mulher negra em sua forma estereotipada é um corpo, a carne, expressão do pecado que vai historicamente evoluindo para uma espécie de sexualidade patológica exacerbada, incontável, durante o século XIX. As diferenças físicas e de hierarquia social da mulher negra por oposição a mulher branca alimentam um imaginário (em grande medida masculino) de que a mulher negra possui uma superexcitação genética. (Piza, 1995, p.57)

Essa construção contribuiu para justificar o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco, uma ferida ainda aberta na construção histórico-social-cultural brasileira. Além de ter criado a relação entre sensualidade, promiscuidade e a cor da pele da mulher, “a partir disso a oposição mulher branca/mulher negra se acentua. Para a primeira, a sexualidade regulada pelas normas da aliança, para a segunda, a sexualidade livre, incontável, patológica e transgressora” (Piza, 1995, p.58).

Essas representações racialmente sexualizadas (e sexualmente racializadas)<sup>33</sup> trazem a articulação entre género, raça e sexualidade, trabalhando três marcadores sociais que evidenciam as múltiplas subordinações sociais a que as mulheres estão sujeitas. Apesar da autora não fazer uma reflexão crítica ao que ela expôs, a simples apresentação desses elementos articulados dentro do contexto da publicação constitui um pensamento com uma perspectiva interseccional.

Para encerrar esta categoria-temática, trago os textos 7<sup>34</sup> e 9<sup>35</sup>, pois ambos versam sobre o mesmo assunto: masturbação feminina. Os dois fazem parte da coluna Divã D’AzMina e são relatos pessoais publicados de forma anônima. Com um tom de empoderamento pessoal, uma das autoras fala como aprendeu a masturbar-se e o que essa descoberta lhe proporcionou. O texto não traz nenhuma questão em específico e apesar da autora não definir sua orientação sexual explicitamente - nem nenhum outro detalhe da sua identidade -, ela deixa claro que foi

<sup>33</sup>Conrado, M., & Ribeiro, A. A. M. (2017). Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 73-97.

<sup>34</sup>“Aprendi a me masturbar aos 40 anos, mas ainda preciso de penetração” - <https://azmina.com.br/colunas/aprendi-a-me-masturbar-aos-40-anos-mas-ainda-preciso-de-penetracao/>

<sup>35</sup>“Aprendi a me masturbar e agora é só festa no meu quarto” - <https://azmina.com.br/colunas/aprendi-a-me-masturbar-e-agora-e-so-festa-no-meu-quarto/>

com outra mulher que aprendeu a se masturbar. Já a escritora do texto 7 afirma que cresceu com desejos por meninas e meninos e relata que sofreu violência sexual na infância. Diferentemente da mulher do texto 9, ela não explica como (ou se com quem) aprendeu a masturbar-se. Porém, afirma que no início “fazia com homens que conhecia pela internet” (Texto 7). Sua narrativa busca trazer uma resposta a uma pergunta que a aflige mas não traz nenhum questionamento, nem sobre o seu próprio percurso sexual, de maneira que não há muito o que pontuar sobre essas publicações.

Nesta primeira categoria as mulheres que escreveram os textos possuem perfis distintos. Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa, a identidade de cada uma determina de certa forma a maneira como as publicações são escritas, desde a escolha do tópico à maneira como ele abordado. O conceito de interseccionalidade utilizado para analisar os conteúdos ajudou a entender o que estava por trás da escrita, objetivando também descobrir se havia um (ou mais de um) sujeito(s) representados no texto.

Neste tópico, concluo que nesta categoria-temática não são todas as autoras que trazem considerações para além das de género. Os demais marcadores sociais, quando aparecem, são apenas mencionados sem trazer uma articulação clara ou crítica entre eles. Porém, também não se evidencia um sujeito único que poderia representar todas as mulheres. Ou seja, apesar dos vários elementos representativos que compõem as características das mulheres, para além do género, nenhum é abordado mais ou menos que o outro.

## 5.2 A violência de género

A categoria-temática "violência de género" aparece de forma esperada, uma vez que a Revista AzMina pauta suas reportagens com o intuito de combater todas as formas de violência e opressão sofridas pelas mulheres, como explicitado na apresentação do Instituto AzMina: “usamos informação, tecnologia e educação para combater a violência de género”. A questão é central na construção da revista que nasceu após a ex-diretora executiva, Nana Queiroz, protestar no Congresso Nacional contra a violência contra a mulher<sup>36</sup>.

Ao longo dos anos de presença nos sites de rede social, a Revista AzMina criou várias campanhas de conscientização contra a violência de género que também foram divulgadas pela

---

<sup>36</sup><https://noticias.r7.com/distrito-federal/brasilense-cria-movimento-eu-nao-mereco-ser-estuprada-que-ja-tem-quase-45-mil-adesoes-31032014>



grande mídia, como a #assédionotrabalho e #carnavalsemassédio. Além de apoiar e repercutir campanhas como #meuamigosecreto, #primeiroassédio, entre outras. Mais recentemente, em 2019, criaram uma app de enfrentamento à violência contra a mulher, o PenhaS<sup>37</sup>. Para as mulheres que idealizaram o projeto, o combate à violência de gênero atravessa os seguintes passos: “começa na conscientização dos nossos direitos e da violência sofrida, passa por formar uma rede de apoio que possa ajudar quando preciso e desemboca na ação que dará um basta no relacionamento abusivo”. Por isso a app foi pensada para oferecer informação sobre os serviços públicos de atendimento às vítimas de violência de gênero em todo o Brasil. Além de possibilitar o acolhimento, ao conectar as mulheres do país inteiro para ajudar em situações de violência e desenhar um mecanismo de assistência para situações de urgência.

No menu superior do site da revista, há uma seção com o “mapa das delegacias” que conecta o utilizador de forma rápida às delegacias especializadas no atendimento à mulher. Além de “violência” ser a segunda editoria a aparecer em destaque no menu. Logo, era coerente encontrar textos nas colunas que abordavam o tema. Os tópicos desenvolvidos vão de opressão de gênero à feminicídio, passando pelos mais recorrentes que são o assédio e abuso sexual. Duas publicações que também aparecem nesta categoria, já foram analisadas no tópico anterior, são elas os textos 7 e 11.

Quanto ao texto 7, a autora começa ao revelar um episódio de abuso sexual ocorrido na sua infância para narrar o início da história da sua trajetória sexual. Logo na primeira linha, ela deixa claro o quanto esse acontecimento “conta tudo o que sou hoje” (Texto 7). A violência sexual contra meninas é uma das várias particularidades dentro do espectro da violência de gênero. Segundo o artigo de Laura Lowenkron (2010) sobre as diferentes formas de agressão sexual às crianças,

O “abuso sexual” emerge enquanto problema político, relacionado às desigualdades de gênero, por volta dos anos 1960, a partir da atuação da segunda onda do movimento feminista, que formula a crítica ao “modelo patriarcal” de família, que legitimaria a violência de homens contra mulheres e de adultos contra crianças. Na passagem da década de 1980 para a de 1990, essa crítica é incorporada pelos movimentos sociais emergentes que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, que passam a tratar o “abuso sexual infanto-juvenil” enquanto uma questão política particularizada e especialmente dramática. (Lowenkron, 2010, p. 15-16)

---

<sup>37</sup><https://azmina.com.br/projetos/penhas/>

É ao longo da década de 1990, no Brasil, que a violência sexual infanto-juvenil apresenta-se como agenda política específica. Em meados de 1985 surgem as Delegacias da Mulher que ajudaram, em parte, a evidenciar a problemática do abuso sexual infantil por meio das denúncias que recebiam regularmente (Grossi, 1994). A especificidade da questão toma forma ao deslocar o foco do género (mulheres) para a geração/idade (crianças). Lowenkron explica que:

Perceber essa mudança de enfoque que fez com que a ‘violência contra criança’ ganhasse contornos específicos parece-me um caminho interessante para fins de sistematização. No entanto, é importante destacar que não desaparece o cruzamento diferenciado de acordo com o género. Sendo assim, para uma análise mais complexa, mais interessante do que falar de uma substituição de enfoque é pensar sobre os entrecruzamentos de vulnerabilidades, o que permite compreender porque as ‘meninas’ – figura que combina elementos de género feminino e da idade infantil – retratam as vítimas privilegiadas do ‘abuso’ e da ‘exploração’ sexual. (Lowenkron, 2008, p.17)

Em um estudo mais recente, Spaziani e Vianna (2020) analisam vários trabalhos académicos da área da educação sobre violência sexual contra crianças com o intuito de examinar a categoria género dentro dessa temática. Como elas mesmas destacam, parece evidente a relação entre género e violência sexual infantil uma vez que os índices mostram que as meninas são as vítimas mais frequentes e os homens são os agentes mais habituais. Porém, a análise revela que os estudos mostram diferentes entendimentos sobre o assunto pois o género não possui um sentido homogêneo, ora sendo tratado como oposição a sexo (para discernir o fator biológico do cultural), ora como variável empírica, ora como categoria de análise (Spaziani e Vianna, 2020). Como conclusão, elas avaliam que a perspectiva de género aparece parcialmente nos estudos académicos porque embora eles mencionem a relação da violência sexual contra crianças com os aspectos do género, eles não utilizam todo o potencial analítico desse conceito.

A autora do texto 7 faz parte dessas estatísticas por ter sofrido o abuso aos quatro anos de idade e por ser do género feminino – de acordo com o conteúdo. Porém, esses são os únicos elementos representativos que é possível perceber no texto. De qualquer forma, as publicações da seção Divã D’AzMina possuem um tom mais de desabafo, de relato, não pretende chegar a um público específico, apenas utilizar a escrita – e esse espaço oferecido pela revista – para libertar-se.

Alinho o texto 11 com essas informações pois ele versa, por meio de dados atualizados, sobre violência contra as mulheres e meninas – com mais ênfase na sexual -, mencionando a

importância das políticas públicas com foco em género. Como já destacado no tópico anterior, esse texto só traz dois marcadores sociais: género e idade. Em um dos parágrafos, ao discorrer sobre violência sexual, as autoras utilizam o termo “crianças” na tentativa de incluir também as crianças do sexo masculino: “Enquanto isso, os problemas estruturais que geram índices alarmantes de violência ou a precariedade da rede de serviços que seria acionada em caso de violência sexual contra crianças e meninas, não são enfrentados com políticas públicas adequadas” (Texto 11). O termo “meninas” vem separado da palavra “crianças”, indicando que crianças, neste contexto, são só aquelas do sexo masculino. É notório que na sociedade patriarcal em que vivemos, o uso da escrita no masculino para designar ambos os sexos é a forma utilizada na comunicação para expressar ideias, conceitos, sentimentos e referências a todas as pessoas. Spaziani e Vianna (2020) pontuaram, em seu artigo, a questão da linguagem ao tratar do tema violência sexual contra crianças:

A linguagem enquanto sistema de significação é expressão da cultura e das relações sociais de um determinado momento histórico. Se, por um lado, o masculino genérico revela uma forma comum de se manifestar, por outro, seu uso – especialmente em textos que tratam de violência sexual – expressa discriminação sexista e reforça o modelo linguístico androcêntrico. Tal androcentrismo não pode (nem deve) ser aceito como inquestionável ou como mera questão de norma linguística. Isso porque o uso do masculino genérico nas premissas que discutem violência sexual contra crianças pode dar margem para ocultar as desigualdades de género. O reconhecimento dessas desigualdades é o primeiro passo para a sua supressão. (Spaziani e Vianna, 2020, p. 13)

Entendo que as autoras optaram por separar o termo “meninas” da palavra “crianças” como maneira de evidenciar a desigualdade entre os géneros. É preciso lembrar que a linguagem nunca é neutra e o reconhecimento de certas questões passa pela forma que o indivíduo escolhe ao expressar-se e comunicar-se com a sociedade.

Ainda sobre linguagem, a autora do texto 4<sup>38</sup> utiliza a expressão “todxs” em um dado momento da publicação ao tentar utilizar uma forma que foge do androcentrismo. Essa aplicação de linguagem é uma estratégia que vem sendo utilizada já há alguns anos por algumas ativistas, no Brasil, para neutralizar o género gramatical. A substituição do artigo revela uma rejeição ao uso da norma culta da Língua Portuguesa que usa normalmente o masculino como neutro generalizante. Porém, ainda no mesmo parágrafo, ela utiliza a palavra “todos” com a grafia “correta” e com o mesmo sentido, ou seja, para designar a totalidade de pessoas. A

---

<sup>38</sup> Por que não pensar em um SPC para homens agressores? - <https://azmina.com.br/colunas/por-que-nao-pensar-em-um-spc-para-homens-agressores/>

modificação da palavra com a tentativa de neutralização de género gramatical foi feita apenas com esse termo ao longo do texto inteiro, o que demonstra que ou a autora utilizou a expressão para chamar atenção à frase ou utilizou por modismo. De qualquer forma, dos Santos (2019) aponta em seu artigo as técnicas mais comuns de neutralização de género no Português Brasileiro:

Estratégias populares para neutralização de género gramatical são o '@' como marcação da binaridade e, a partir da década de 1980, com a Teoria Queer, o 'x' (remetendo à variável incógnita da matemática) para neutralizar o mesmo binarismo e representar melhor o leque de identidades de género. Além dessas, especificamente para o Português, encontra-se a proposta do uso de 'æ' para neutralizar palavras com tema em '-e', como 'eles', que seria grafada 'elæs' quando se referir a um grupo misto. Finalmente, encontra-se o uso do '-e' para marcar neutralidade em palavras em que há oposição binária, como 'alunes'. (Dos Santos, 2019, p. 161)

Em sua análise, ela defende que a escolha das palavras ou o modo como elas são organizadas para compor o discurso são estratégias de uso da língua, definidas contextualmente e atravessadas por questões sociais, históricas, culturais e ideológicas (Dos Santos, 2019). Cabe ressaltar que de todos os textos selecionados para a análise, apenas esse trouxe essa particularidade linguística.

A publicação versa sobre violências de género e onde elas começam, ao partir de dados sobre a posição do Brasil no *ranking* de feminicídio no mundo. A autora dirige-se às mulheres leitoras diversas vezes ao exemplificar as violências de género com situações do dia a dia, porém, seguindo o já apresentado nos outros textos desta observação, o uso do termo “mulheres” é genérico, utilizado mais como vocativo e os “conselhos” dados às leitoras são um tanto autoritários, como destacado neste trecho: “Mulheres, não aceitem de forma alguma menos do que vocês merecem. Não aturem nem por mais 20 minutos a companhia de um macho que não suporta saber e te ver brilhar, pois isso o incomoda” (Texto 4). Apesar de trazer informações relevantes sobre como identificar possíveis atitudes de violência de género, com exemplos práticos, a autora ignora as complexidades que permeiam as relações e as violências de género.

Ainda em 1994, Grossi pontuava em seu artigo sobre violências contra a mulher no Brasil que, qualitativamente, os estudos tentavam desnaturalizar a categoria violência ao mostrar que ela não é universal, ou seja, que ela não tem o mesmo significado para todas as mulheres que denunciavam as agressões praticadas pelos homens. No mesmo artigo, Grossi (1994) destaca a violência étnica contra mulheres não-brancas, apontando que as mulheres

negras queixavam-se de invisibilidade nos dados estatísticos, que não contemplavam a discriminação de cor. A pesquisadora ainda pontua que “a problemática da violência contra mulheres indígenas é praticamente invisível na literatura acadêmica assim como na produção militante” (Grossi, 1994, p.482).

Assim como pontuado por Grossi em seu artigo, o texto 4 não traz diferentes recortes sobre a violência de gênero, muito menos a articulação entre mais de um fator ou marcador social, ele trata a violência de gênero sob uma única perspectiva, a de que os homens agredem mulheres pois sentem-se ameaçados pelas suas características, como fica claro já no segundo parágrafo da publicação: “Primeiro recado: Homens, vocês precisam aprender a lidar com mulheres mais inteligentes, mais espertas, mais interessantes, mais articuladas, mais estudadas, mais focadas, mais atraentes e mais fodas do que vocês. Lidar sem agredir, lidar sem se irritar, lidar sem matar” (Texto 4).

Ao continuar a análise das publicações desta categoria-temática, chego ao texto 1<sup>39</sup> que é o segundo de uma série criada pela autora e trata sobre assédio sexual nas viagens. Ela inicia relatando um episódio que aconteceu com ela em um hostel e logo após assinala o recorte da publicação que foi escrita para falar como o preconceito de gênero afeta a vida das mulheres viajantes, nômades e migrantes. Em um dos parágrafos, a autora menciona também outros marcadores sociais que impactam na forma como o preconceito de gênero é vivenciado.

No primeiro texto da série falo sobre o estereótipo da brasileira mundo afora. Neste segundo falo mais especificamente sobre a objetificação sexual de corpos femininos viajantes, especialmente quando fogem do eixo dos Estados Unidos e Europa Ocidental. Fora deste eixo eu incluo, por exemplo, as mulheres latino-americanas, as do Leste Europeu, as asiáticas e as africanas. (Texto 1)

A referência à raça/etnia e também à classe social e à naturalidade/nacionalidade demonstra que a autora entende que esses elementos trazem uma perspectiva distinta à objetificação sexual do corpo feminino (viajante). Porém, o parágrafo é apenas um comentário e esses marcadores sociais não são abordados novamente em nenhum momento do texto. Piscitelli (2008), em seu artigo que associa interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras, aponta que analisar as articulações entre gênero, sexualidade, raça e etnicidade/nacionalidade ajuda na compreensão das experiências das

---

<sup>39</sup> “Onde encontro uma garota para sexo?": o assédio sexual nas nossas histórias de viagens - <https://azmina.com.br/colunas/onde-encontro-sexo-assedio-sexual/>

migrantes brasileiras. Para ela, as interseções entre as categorias dão sentido à percepção que se tem das brasileiras no cenário internacional mas também dão sentido às ações dessas mulheres que jogam com as interseções entre diferenças diante dos cenários estudados pela pesquisadora. Ela ainda assinala que:

A princípio, essas articulações situam essas migrantes em posições inferiorizadas, com efeitos concretos na inserção no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, as ambiguidades e contradições envolvendo esses processos de racialização/sexualização articulados a gênero e nacionalidade, abrem brechas para as negociações nesses contextos migratórios. (Piscitelli, 2008, p.272)

Apontar a existência desses marcadores sociais é importante para ampliar a perspectiva sobre os temas assédio sexual, objetificação sexual e preconceito de gênero. Porém, a autora do texto 1 apenas os menciona rapidamente e apresenta cenários baseados em situações que aconteceram com ela em suas viagens pelo mundo. Utilizar o ponto de vista pessoal não invalida o relato, até porque essa publicação encontra-se dentro da categoria de colunas, então é suposto esperar um tom mais pessoal. Acrescento aqui a observação das pesquisadoras Piñeiro-Otero e Martínez-Rolán (2016) sobre a apropriação da *hashtag* #ViajoSola pelas utilizadoras ao produzirem e compartilharem seu próprio conteúdo nos sites de redes sociais:

*Sin embargo, se ha podido constatar un proceso de apropiación de la etiqueta por las usuarias, al producir y compartir sus propios contenidos como una forma reivindicativa. Dicha apropiación puede considerarse un paso más en su posicionamiento activista, que implica también una redefinición del sujeto promotor: no constituye únicamente una defensa de la libertad de las mujeres para moverse solas por el mundo; también se definen e identifican con el sujeto de tal acción (“yo también viajo sola”).* (Piñeiro-Otero e Martínez-Rolán, 2016, p.31)

O relato em primeira pessoa mostra que a autora do texto 1 identifica-se como o sujeito promotor da ação. Ela discute o assédio sexual e objetificação do corpo da mulher a partir das situações de assédio sexual que aconteceram com ela - com o recorte para o tópico em questão que é mulheres e viagens -, pois ela é uma mulher que viaja. Então, para além da condenação ao assédio sexual sofrido por mulheres viajantes, ela convida as leitoras a reconhecerem-se nessas histórias pois elas também são mulheres que viajam. E a lutarem pelo fim desses assédios e pela expansão da liberdade feminina.

Por fim, temos o texto 13<sup>40</sup> para encerrar a categoria-temática “violência de género” pois fala da opressão perpetuada pela religião, que, neste contexto, é o islamismo. A autora discorre sobre um filme argeliano que traz uma mulher protagonista que acredita que poder escolher o vestuário é um ato de empoderamento feminino. Em um país dominado por uma religião que coíbe as liberdades femininas, a começar por ditar o que se deve vestir, a protagonista surge com o propósito de ressignificar o hijab para que ele encaixe-se na vida moderna das mulheres que nasceram a partir dos anos 90. Com base no filme a autora reflete sobre a opressão imposta por certas culturas e religiões, liberdade das mulheres e controle sobre o corpo feminino. É pertinente escrever um texto sobre a realidade em um país da África, muitas vezes tão distante culturalmente da realidade Ocidental que é até desconhecida e desconsiderada por muitas mulheres feministas ocidentais. Por isso, essa publicação faz-se tão importante dentro dos conteúdos apresentados até agora. Aproveito para assinalar brevemente que a abordagem à religiões não judaico-cristãs apareceu de forma tão frequente que quase tornou-se uma categoria-temática.

O texto 13 traz apenas dois marcadores sociais: género e crença/religião. Apesar de abordar os dois ao longo de toda a publicação, a única ligação entre esses elementos é feita ao referir-se ao uso do hijab pelas mulheres muçulmanas.

O hijab, na história, é a metáfora ideal para o posicionamento da mulher argeliana nos anos 90: ele carrega histórias – daquela sociedade, de dinâmicas interpessoais, da ascensão e importância da mulher – e portanto é um item que, embora não seja a escolha de muitas mulheres, carrega memória afetiva, desperta sensações, lembranças e entendimento de povo, nação. Ao mesmo tempo, ele é símbolo do opressão – principalmente quando visto sob a perspectiva religiosa masculina, de controle sobre o corpo e a mente da mulher. (Texto 13)

Porém, esses elementos representativos são articulados de forma crítica com o hijab a representar uma opressão que causa consequências graves como o assassinato de mulheres que se recusam a usá-lo. A articulação entre essas duas características também versa sobre empoderamento, como no parágrafo a seguir:

Ela (a protagonista do filme) respeita o hijab e as muitas mulheres que ele representa, mas também compreende que tantas outras mulheres não se enxergam na narrativa opressora daquele pedaço de pano. Nedjma quer que o hijab faça sentido para todas e seja, sempre, uma escolha possível e não uma imposição – assim como deveria ser com qualquer outro item de vestuário, seja ligado a tradições religiosas ou não. (Texto 13)

---

<sup>40</sup>A moda como metáfora de liberdade e opressão - <https://azmina.com.br/colunas/papicha-moda-liberdade-opressao/>



O texto 13 traz uma articulação entre marcadores sociais que eu não esperava encontrar. Para além das conexões entre género, raça/etnia e classe, existem muitas outras que evidenciam a complexidade da realidade e das experiências das mulheres ao redor do mundo. E os entrecruzamentos entre esses marcadores criam espaços que convergem para novas formas de opressão e desempoderamento das mulheres.

Esta categoria-temática segue, em parte, o que foi constatado na primeira categoria, “questões sexuais”. Nesta, as escritoras também possuem perfis diversos o que impacta na maneira de escrever e de apresentar sua(s) perspectivas(s) sobre os tópicos deste grupo. Utilizar o pensamento interseccional, baseado nas leituras que fiz no referencial teórico da pesquisa, serve para instruir o meu olhar na busca por uma análise crítica do conteúdo. A categoria-temática “violência de género”, então, traz alguns marcadores sociais para além do género, como idade, raça, classe social, naturalidade e crença. Apesar de não avaliarem o entrecruzamento entre esses elementos e apenas mencionarem, a aparição deles ao longo dos textos revela que há uma preocupação, ou, ao menos, uma noção de que o género não é o único fator que deve ser levado em consideração quando tratamos das violências de género. Novamente, nesta categoria, não há a evidência de um sujeito universal que representa todas as mulheres. O que há é um empenho em dar voz a diferentes mulheres e a busca por apresentar um conteúdo variado, harmonizando com um dos valores defendidos pelo Instituto AzMina: diversidade. “Quanto mais vozes diferentes, mais longe a voz d’AzMina chegará e mais gente se sentirá parte dela. Temos o compromisso de trazer para o debate público vozes de diversas raças, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros”<sup>41</sup>.

### 5.3 Raça e classe

Por último, agrupei alguns dos textos restantes na categoria-temática “raça e classe” pois traziam questões que conversavam diretamente com esses dois marcadores sociais. Na missão do Instituto AzMina elas declaram que “pretendem promover a equidade de género por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual”. Ao analisar brevemente a página inicial do site da Revista AzMina, é possível perceber que para além da violência de género há também, em destaque, seções dedicadas a assuntos relacionados à política, feminismos e saúde, mas nada em evidência no menu sobre

---

<sup>41</sup><https://azmina.com.br/instituto-azmina/>

raça ou classe. Não obstante, ao usar o mecanismo de busca por palavra-chave, há muita publicação que revela já no título a questão racial ou a questão de classe, textos que trazem tópicos como os extraídos das publicações dessa categoria-temática: racismo, discriminação, vulnerabilidade social, desigualdade, privilégio de classe. Uma busca rápida no site da revista retorna com vários textos que abordam esses e outros temas. Apesar de não estar em destaque no menu principal do site, essas são pautas recorrentes entre os conteúdos da Revista AzMina.

O próprio uso da interseccionalidade como ferramenta analítica está diretamente conectado com as questões de raça e classe pois, antes de cunhado esse termo, os trabalhos que pesquisavam a relação entre esses tópicos eram chamados de estudos de raça, classe e género (Collins, 2017). O feminismo negro norte-americano já adotava essas perspectivas em seus debates e as dificuldades das mulheres negras em ter as suas pautas atendidas pelo movimento feminista, negro ou de trabalhadores abriram espaço para uma concepção que abarcasse a complexidade das discriminações que enfrentavam, *“because African-American women were simultaneously black and female and workers, these single-focus lenses on social inequality left little space to address the complex social problems that they face.”* (Collins e Bilge, 2016, p.3)

Já na realidade do Brasil, o movimento feminista brasileiro é reconhecido internacionalmente por suas lutas e políticas, porém, como aponta Sueli Carneiro (2003) em seu artigo Mulheres em Movimento, ele encontra-se em conformidade com outros movimentos sociais progressistas brasileiros que detêm uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. O resultado disso foi o silenciamento de vozes e a estigmatização de corpos de mulheres vítimas de outras formas de opressão para além do sexismo (Carneiro, 2003).

(...) Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de género se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (Carneiro, 2003, p.119)

Trabalho os textos 3<sup>42</sup> e 5<sup>43</sup> conjuntamente porque, além de pertencerem à mesma autora, ambos falam sobre a luta das mulheres negras dentro do movimento feminista e do feminismo negro. Quando pesquisei diretamente na busca do site da Revista AzMina pelas palavras-chave interseccionalidade, teoria interseccional e feminismo interseccional, na época da recolha dos dados, não obtive muitos retornos. Porém, as publicações 3 e 5 encontravam-se entre as que a busca me apresentou pois fazem menção direta ao conceito de interseccionalidade. No texto 3, publicação de estreia da coluna da autora, ela dedica-se a divulgar o livro de bell hooks<sup>44</sup> “O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras”, pontuando algumas questões que a obra aborda. “(...) Lembrando também da importância do pensamento interseccional, pauta forte no feminismo negro, como um “sistema de opressão interligado” e que precisa ser considerado dentro da nossa prática diária” (Texto 3). Aqui, a autora apenas menciona a perspectiva interseccional bem resumidamente, pois, como já apontado nesta pesquisa, o pensamento interseccional está diretamente relacionado à existência do feminismo negro. Ela também defende esse ponto de vista, ao afirmar que ele precisa levado em consideração na prática do dia a dia.

Já o texto 5 discorre sobre o ativismo das mulheres negras e pontua também a teoria interseccional, porém, desta vez, ela fala em “feminismo interseccional” um termo que está a ser utilizado de uma maneira identitária como mais uma vertente dentro dos feminismos. Inclusive, a Revista AzMina escreveu uma reportagem<sup>45</sup> sobre as linhas de pensamento de várias perspectivas do movimento feminista, onde apresenta o “feminismo interseccional” como uma das vertentes. Em resumo, seria um feminismo que leva em consideração outras formas de opressão para além das relacionadas ao género ao discutir as demandas do movimento feminista.

Quando discutimos questões de raça e género, fator fundamental no feminismo interseccional, evidenciamos os preconceitos por ser mulher e também de fazer parte da população negra. No meio audiovisual, como é o caso, existem sim muitas mulheres e

---

<sup>42</sup>O feminismo é para todo mundo, ainda bem! - <https://azmina.com.br/colunas/o-feminismo-e-para-todo-mundo-ainda-bem/>.

<sup>43</sup>A raiva das mulheres negras: a energia que move nosso ativismo - <https://azmina.com.br/colunas/a-raiva-das-mulheres-negras-a-energia-que-move-nosso-ativismo/>

<sup>44</sup>Gloria Jean Watkins mais conhecida pelo pseudónimo bell hooks (escrito em minúsculas), é uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense. O nome "bell hooks" foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bell\\_hooks](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bell_hooks).

<sup>45</sup>Radical, liberal, interseccional...conheça as principais vertentes do feminismo: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo/>

homens negros talentosos, que produzem bastante, porém, estão dentro de uma estrutura de que se você é uma pessoa não branca, precisa se esforçar mais para fazer acontecer. (Texto 5)

Ao falar sobre interseccionalidade, a autora ora apresenta como um conceito advindo do feminismo negro, ora identifica como um “tipo” de feminismo. Esse desalinho sobre o termo revela o quanto ele tornou-se uma ideia um tanto quanto dispersa que, ao ser adotado pelos movimentos sociais, teve o seu sentido ampliado e muitas vezes reinterpretado. Atualmente, não há um consenso sobre o termo interseccionalidade e a sua utilização, de forma que ele encontra-se em disputa<sup>46</sup>.

Nestas publicações, a autora também traz nomes conhecidos de mulheres negras feministas como bell hooks, Sueli Carneiro, Chimamanda Ngozi Adichie<sup>47</sup>, Audre Lorde<sup>48</sup> e Grada Kilomba<sup>49</sup>. Ela cita algumas falas diretas dessas escritoras ao discorrer sobre o racismo estrutural e o feminismo negro, pontuando alguns marcadores sociais. Tanto bell hooks, como Audre Lorde, e Sueli Carneiro, no Brasil, e Grada Kilomba em Portugal e na Europa focam, em seus escritos, em questões além do género. Articulado principalmente com os elementos raça e classe, no caso de bell hooks e Sueli Carneiro, as ativistas são referências contemporâneas do feminismo negro e do movimento feminista.

Além desses pontos, Audre Lorde também trazia a sexualidade como um fator recorrente em seus estudos, uma vez que fazia questão de identificar-se como lésbica, além de elencar suas outras características como forma de apresentar e construir a sua luta. Seus escritos transcendem o tempo e até hoje seus pensamentos são uma potência dentro dos feminismos. Já Grada Kilomba adiciona a perspectiva decolonial a esses elementos, criticando a construção do saber e do conhecimento através da sua arte interdisciplinar. Todas elas são mulheres que tecem críticas ao movimento feminista, expondo as lacunas que ainda não foram trabalhadas:

---

<sup>46</sup> Para entender melhor essa questão ver Crenshaw (2012), Piscitelli (2008) e Brah (2006).

<sup>47</sup> Chimamanda Ngozi Adichie é uma feminista e escritora nigeriana. Ela é reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas de sucesso, atraindo uma nova geração de leitores de literatura africana: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Chimamanda\\_Ngozi\\_Adichie](https://pt.wikipedia.org/wiki/Chimamanda_Ngozi_Adichie).

<sup>48</sup> Audrey Geraldine Lorde foi uma escritora feminista, mulherista, lésbica e ativista dos direitos civis. Norte-americana de descendência caribenha, Lorde teve entre seus esforços mais notáveis foi o trabalho militante com as mulheres afro-alemas na década de 1980. Em seus textos, abordou questões relacionadas aos direitos civis, racismo, feminismo, mulherismo e opressão. Seu trabalho se enquadra no liberalismo social, abordando a sexualidade numa perspectiva revolucionária.

<sup>49</sup> Grada Kilomba é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco, o exame da memória, trauma, género, racismo e pós-colonialismo e está traduzido em várias línguas, publicado e encenado internacionalmente.

“Sentimos raiva? Sim. “Toda mulher tem um arsenal bem guardado de raiva potencialmente útil contra aquelas opressões, pessoal e institucional, que fez com que aquela raiva existisse”, disse Audre Lorde, avassaladora escritora caribenha-americana, mulher negra e lésbica.” (Texto 5). Ainda desta publicação, destaco os trechos abaixo:

Aproveito a ótima oportunidade para citar e reverenciar Sueli Carneiro, uma das maiores intelectuais brasileiras. “Ao enegrecer o feminismo, as mulheres negras disseram que o feminismo brasileiro será mais legítimo se ele for capaz de representar o conjunto de todas as mulheres, sabendo que mulheres negras são maioria, portanto a agenda das mulheres negras é fundamental. É a base do feminismo brasileiro.” Vráu! (Texto 3)

Grada Kilomba, artista interdisciplinar e escritora, fala muito bem sobre isso. Ela defende que a branquitude possui uma codependência, a ambivalência dentro de si. “Eu não preciso da branquitude, mas ela precisa de mim para ser branca. A tarefa mais exaustiva é limpar-me dos resíduos que são projetados sobre mim, mas que não sou eu” comenta a teórica. (Texto 5)

Ao escrever sobre o feminismo negro, a autora desenvolve com mais ênfase os marcadores sociais de raça e gênero, porém aponta também o elemento classe diversas vezes, principalmente ao desenvolver as ideias de bell hooks: “bell observa que mulheres brancas com privilégios de classe rapidamente se declaram “proprietárias” do movimento (feminista), colocando as mulheres brancas de classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras.” (Texto 5). Aqui ela articula os marcadores sociais de gênero, raça e classe para trazer um ponto que é bastante discutido dentro do movimento feminista: a apropriação da luta das mulheres pelas mulheres brancas. No último parágrafo do texto 3, ela cita diretamente uma fala da teórica que toca novamente no fator classe:

“O feminismo visionário radical incentiva a todos nós a ter coragem de avaliar a vida do ponto de vista de gênero, raça e classe, para que possamos compreender precisamente nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca imperialista”, sugere bell. (Texto 3)

Nesse trecho, mais uma vez, ela traz os marcadores sociais de gênero, raça e classe de forma combinada. Apesar de citar uma ideia de uma autora feminista que defende questões que articulam esses três elementos, os textos 3 e 5 foram os que mais se aproximaram de apresentar uma articulação entre esses fatores sociais, de forma a expressar a essência do conceito de interseccionalidade.

Os outros três textos desta categoria-temática abordam questões de classe ao falar da desigualdade social no Brasil, da luta das mulheres com deficiência para manter seus direitos e

de uma técnica de remendo para resgatar roupas já gastas. O texto 14, que fala sobre os remendos visíveis, apenas utiliza o termo “mulheres” uma única vez. É uma publicação que em nada refere-se a questões de género, porém traz uma crítica à cultura capitalista do consumo sem medidas, portanto, encaixei-o nesta categoria-temática mas não há o que analisar.

O texto 10 apresenta o problema da desnutrição em mulheres grávidas que aumenta a probabilidade dos fetos em desenvolverem a síndrome congênita do zika vírus<sup>50</sup>. Ele expõe que essa suscetibilidade tem endereço: as regiões Norte e Nordeste<sup>51</sup> do Brasil são as mais afetadas por essa síndrome. Lá, o desabastecimento de água tratada e os altos níveis de insegurança alimentar contribuem para a desnutrição das mulheres grávidas que ficam mais vulneráveis a desenvolverem a síndrome. A autora também menciona que aconselham às mulheres dessas regiões a não engravidarem, porém, ela critica o conselho: como evitar a gravidez se não há divulgação sobre métodos contraceptivos nem informações sobre planeamento familiar? No último parágrafo da publicação, a autora resume a sua crítica e traz a combinação de quatro marcadores sociais: raça, região, género e classe:

Diante de um cenário em que os acessos a direitos são desiguais, o que está em jogo não é só o genocídio que se materializa em assassinatos. A gestão dos corpos é racial, regional, de género e classe. Determina quem tem o direito de nascer, quem pode planejar uma família e sob quais condições pode viver. (Texto 10)

Nesse trecho a autora aborda a questão dos direitos reprodutivos das mulheres e cita o controle do Estado sobre os corpos femininos. Essa preocupação é assunto de longos debates dentro do movimento feminista contemporâneo, especialmente das vertentes que trabalham com teorias pós-coloniais que tecem críticas ao imperialismo e ao sistema capitalista. Duas instituições de poder que originaram-se no centro do capitalismo, a Igreja e o Estado, detiveram historicamente a autoridade sobre os corpos das mulheres e sua autonomia, bem como sua reprodução, perseguindo os corpos rebeldes ou que iam de encontro às normas impostas por

---

<sup>50</sup>“O quadro se caracteriza por um conjunto de malformações e problemas de desenvolvimento – como microcefalia, deficiências do sistema nervoso central, epilepsia e dificuldades auditivas, oftalmológicas e de deglutição. Aliás, muitos desses efeitos não ficam restritos aos nativos. Os bebês infectados pelo vírus após o nascimento também podem apresentar alterações neurológicas e cognitivas, com prognóstico de extensão por longo prazo.” Fonte: <https://secad.artmed.com.br/blog/medicina/sindrome-congenita-do-virus-da-zika-exige-assistencia-a-longo-prazo/>.

<sup>51</sup>Essas são as regiões que concentram maiores índices de pobreza do Brasil, “O levantamento estatístico aponta que a região Nordeste concentra um valor proporcional a 47,9% da concentração da pobreza no Brasil. Em seguida, também com índice alto, vem a região Norte, com 26,1%”. Fonte: <https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/>.

esses poderes soberanos. Esse controle leva em consideração outros fatores além do gênero, como finaliza a pesquisadora Joice Graciele Nielsson, em seu artigo que apresenta uma conclusão semelhante à da autora do texto 10:

O controle reprodutivo, assim, a partir do dispositivo da reprodutividade, possibilita a construção, inclusive normativa, mas também discursiva, das mulheres, e de algumas mulheres mais do que outras, como um gênero de segunda classe, na interseção entre o útero e outros eixos de desigualdade social e econômica - especialmente raça e classe - que estruturam diferentes graus de violência e vulnerabilidade. (Nielsson, 2020, p.907)

A última publicação desta categoria-temática apresenta as dificuldades das mulheres com deficiência para manter seus direitos diante de um governo federal que insiste em desmontar e impossibilitar o avanço das políticas públicas de apoio a pessoas com deficiência. A autora menciona a situação de pobreza como um agravante da condição das pessoas com deficiência três vezes ao longo do texto, porém, ao trazer esse elemento social, ela fala em “pessoas” (todos os sexos/gêneros) e não em “mulheres”. O que não anula o teor da publicação que é voltada para dialogar sobre as dificuldades das mulheres com deficiência, ideia que ela já deixa explícita logo no título do texto. E reforça ao trazer os dados do Censo Demográfico de 2010 que revela que mais da metade da população com deficiência no Brasil é composta pelas mulheres, ela ainda acrescenta: “É importante frisar que este levantamento contabiliza somente mulheres com deficiência ouvidas em domicílio, desconsiderando a grande parcela que vive em situação de rua ou isoladas em instituições, que sofrem violência, verbal, física e sexual constantemente” (Texto 12).

Destaco também o seguinte parágrafo onde a autora articula vários marcadores sociais para elencar as diversas discriminações sociais as quais uma mulher com deficiência está sujeita.

É por isso que hoje as mulheres com deficiência ainda são duplamente vulneráveis e discriminadas, pois, além de possuírem deficiência que as tornam alvos do capacitismo, também são mulheres, o que as fazem vítimas do machismo. Ao mesmo tempo, existem muitos casos de mulheres com deficiência que são também negras e vivenciam, concomitantemente, o racismo. Assim como, existem as mulheres com deficiência que são trans, lésbicas, bixessuais, queer e/ou com outras identidades de gêneros, e passam por sobreposições múltipla e agravada de discriminação e preconceitos. (Texto 12)

Ao falar em “sobreposições múltiplas de discriminação e preconceito”, a autora não exhibe uma leitura interseccional sobre os marcadores sociais. Para ela existe uma “dupla



vulnerabilidade”, onde os diversos elementos representativos somam-se, aumentando o grau de desigualdade das mulheres que reúnem mais de uma dessas características.

As abordagens sobre a perspectiva interseccional não versam sobre uma superposição de opressões. Muito pelo contrário, a ideia de Crenshaw (1990) ao apresentar a teoria interseccional manifesta a noção de “interação” entre os elementos que constroem a identidade de uma mulher, não podendo eles serem analisados separadamente ou sobrepondo-se uns aos outros. A sua abordagem, considerada sistêmica, apresenta género, raça e classe como sistemas de dominação, opressão e marginalização que determinam ou estruturam identidades (Prins, 2006).

Esse questionamento traz a noção de que existem vários eixos de opressão que confluem e nesses encontros criam aspectos que desempoderam as mulheres que se encontram neste entrecruzamento. Há ainda a versão construcionista defendida por Brah (2006) que argumenta sobre as categorias de articulação, aspectos dinâmicos da identidade social. Nessa abordagem, a relação entre as categorias é considerada íntima, recíproca e contraditória, ela também traça “distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferença e desigualdade.” (Piscitelli, 2008, p.268). Ademais, essa linha leva em consideração a “agência” do sujeito, ou seja, a capacidade de agir diante das situações e os marcadores sociais, como género, raça ou classe, não são tidos apenas como limitantes mas também oferecem recursos que possibilitam a ação.

Essa última categoria-temática foi a que mais trouxe proximidade com o conceito de interseccionalidade, ferramenta de análise utilizada neste trabalho. Apesar de cada autora apresentar uma ideia diferente sobre a teoria, e trazer questões que atualmente ainda encontram-se em desentendimento, considero importante apresentar esse olhar sensível sobre os marcadores sociais. Mesmo não havendo um consenso ou um olhar mais crítico sobre esses elementos. A simples referência já demonstra como algumas autoras das publicações têm em mente essa perspectiva na hora de escrever seus textos.

Após a análise das três categorias e das respectivas publicações, não fica evidente a representação das mulheres através de um sujeito único, universal. As colaboradoras da Revista AzMina revelam que género não é o único fator colocado em pauta pela revista, apesar de, evidentemente, estar presente na grande maioria do conteúdo. Por fim, os textos condizem com o que a revista propõe-se a entregar: um espaço que respeita as mulheres em toda a sua diversidade.

#### **5.4 A divulgação do conteúdo da Revista AzMina: podemos falar em estratégia *crossmedia*?**

A segunda parte desta pesquisa pretende analisar o planeamento de comunicação da Revista AzMina para entender se há a utilização da estratégia *crossmedia* na hora de divulgar o conteúdo pelos canais de comunicação, nomeadamente, o site, a página do Facebook e os perfis no Instagram e no Twitter. No capítulo 3 apresento a contextualização sobre essa técnica de comunicação, tão presente no cotidiano contemporâneo, já na metodologia, explico sobre o método de recolha dos dados e o período de recorte da análise.

Nos três meses escolhidos para reunir os dados, foram publicados 57 textos no site da Revista AzMina, onde 27 eram reportagens, mais 2 reportagens especiais e 28 publicações de opinião. A página do Facebook contabilizou 104 posts, na conta do Instagram haviam 86 publicações e o perfil do Twitter somava 117 *tweets* durante os meses de janeiro a março de 2020.

Após esse breve contexto, pretendo aqui fazer um apanhado geral sobre essas publicações, a fim de identificar se a estratégia crossmidiática está presente entre elas, ou em alguma delas. Agruparei os conteúdos por mês para facilitar a observação do modo de divulgação do conteúdo publicado no portal da Revista AzMina e nas suas contas nos sites de redes sociais. Separo apenas as reportagens especiais dessa organização - que são duas - pois elas são mais elaboradas e pude observar que a divulgação delas rendeu mais de um post.

As plataformas digitais disponíveis abrem espaço para a ampliação da narrativa por diversos meios. Elas também oferecem recursos específicos que se atualizam rapidamente, proporcionando maiores possibilidades criativas de se trabalhar o conteúdo. Entre textos, imagens, vídeos e GIFs existe um conjunto de opções para entregar a informação aos utilizadores. Dentro dessa perspectiva, quanto mais plural for o desenvolvimento da publicação mais chances de alcançar mais pessoas dentro e fora do ambiente virtual. É fundamental pensar em como entregar o conteúdo digital uma vez que o espaço está cada vez mais disputado em um universo onde concorrem empresas, instituições, criadores de conteúdos, artistas, políticos, ativistas e todos os utilizadores que também produzem informação.

Durante a recolha dos dados, em uma análise momentânea, pareceu-me que o conteúdo publicado no site da Revista AzMina, nomeadamente as matérias e colunas, era simplesmente replicado por entre os canais de comunicação *online* que as organizadoras da revista utilizam

para divulgar suas ideias. Isso porque todos os textos publicados durante o período de recolha da amostra também foram postados nas redes sociais digitais, adaptados à linguagem – e limites de caracteres, no caso do Twitter – de cada plataforma mas sempre a fazer ligação com o conteúdo original através do link direto para o texto completo.

Essa maneira responsiva de apresentar o conteúdo já havia sido assinalada por Santos e Miguel (2019, p.9) em artigo que analisou as plataformas e estratégias da revista, “(...) o Twitter da Revista AzMina desenvolve-se, em consonância ao Facebook, como um modelo responsivo de conteúdo, compartilhando as matérias, reportagens e informações desenvolvidas e publicadas em primeira mão no portal”. Mesmo com uma visível pluralidade entre os assuntos, as autoras reconhecem que há um baixo engajamento nas publicações e também uma comunicação verticalizada. Da mesma forma, no Instagram, elas identificam que o conteúdo é trabalhado de maneira responsiva, ao reproduzir o que foi veiculado no site, porém reconhecem que essa possa ser uma estratégia para trazer mais visibilidade e acessos ao portal que hospeda a revista. Por fim, elas concluem que “todas as redes aderem a uma prática responsiva; apesar de utilizarem das ferramentas de cada plataforma para disporem de conteúdo de acordo (o uso de imagens no Instagram, os vídeos no Youtube), reproduzem os conteúdos armazenados no portal.” (Santos e Miguel, 2019, p.14). Esse argumento condiz com o apresentado por Ciaco (2008) sobre a estratégia multimeios, mencionada no capítulo 3, que visa atingir o maior número possível de consumidores, através de toda mídia disponível, ao definir uma estratégia de comunicação global e única, integrada, que flui por uma pluralidade de meios (podendo ser *off-line* e *online*).

Contudo um olhar mais atento poderá verificar que as únicas duas reportagens especiais publicadas durante o período de recolha, ambas no mês de março de 2020, também trazem recortes do conteúdo das matérias que foram adaptados para o formato de cada rede social. A primeira reportagem especial é sobre a relação das mulheres indígenas com a Lei Maria da Penha<sup>52</sup>, postada no dia 04 de março de 2020 no site da Revista AzMina. O texto conta com um vídeo (hospedado no YouTube) e algumas imagens de apoio. Nessa mesma data, elas publicaram o link para a matéria completa na sua página do Facebook, em uma publicação que apresenta dois trechos do texto, e também no perfil do Twitter, porém, nessa última plataforma,

---

<sup>52</sup>Lei n. 11.340/2006 que garante os direitos de proteção das mulheres contra a violência doméstica e familiar. <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>

elas fizeram uma sequência de *tweets* com alguns trechos e imagens da reportagem, como mostram as figuras 7 e 8. Já no Instagram, elas resumiram a matéria em alguns parágrafos e apostaram no uso de 3 imagens para o post, com a primeira apresentando somente o título da reportagem.

No mesmo dia, elas também publicaram uma imagem que consta na reportagem do site que explica como é a jornada de uma mulher indígena para fazer uma denúncia (figura 9), ela também foi postada no Facebook e no Twitter. No dia 05 de março de 2020, um dia depois, foi a vez de divulgarem o vídeo que complementa a matéria nos seus perfis das três redes sociais (figura 10). É possível perceber pelas figuras abaixo que em todas as plataformas o uso da *hashtag* acompanha as publicações. Também observo que todas essas postagens servem de suporte para divulgar o texto principal, ou seja, todas elas trazem o link direto para a matéria publicada no site da Revista AzMina, contribuindo para a visibilidade do conteúdo e trazendo mais acessos ao portal da revista. Apesar de replicarem o mesmo texto e postarem as mesmas imagens e vídeo que estão na reportagem, o conteúdo passa por alterações para adaptar-se a cada canal de comunicação.



**Revista AzMina**

4 de mar de 2020

✖ "Ele me batia porque quando bebia criava coisas na cabeça dele de que eu o estava traindo. Ele não me machucava porque eu conseguia correr. Até com arma de fogo eu fui ameaçada. Foi assim a vida toda, até ele morrer", conta Mariquinha Karajá, que vive na Ilha do Bananal, localizada no estado do Tocantins e separada do Mato Grosso pelo Rio Araguaia.

🗣 Além dos motivos que toda mulher que sofre violência enfrenta para denunciar a agressão, como o medo, vergonha e falta de acolhimento, as mulheres indígenas ainda enfrentam a desinformação sobre seus direitos, barreiras do idioma e grandes distâncias para chegar até a delegacia e pontos de atendimento mais próximos.


👉 Essa reportagem foi produzida pela repórter [Maria Fernanda Ribeiro](#), selecionada pela Bolsa de Reportagem AzMina 2019 em parceria com o [Volt Data Lab](#).

#Indígenas #MulherIndígena  
#ViolênciaDoméstica  
#ViolênciaContraAMulher #8M #DiaDaMulher  
#8Março #VoltDataLab



AZMINA.COM.BR

**Mulheres indígenas e Lei Maria da Penha: Pra gente não funciona - AzMina**

 Curtir
  Comentar
  Compartilhar

 114

Figura 7 - Publicação da matéria sobre as mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha na página da revista no Facebook.





Figura 8 - Publicação da matéria sobre as mulheres indígenas e a Lei Maria da Penha no Twitter @revistaazmina.

Esse ajuste concorda com o que Finger (2012) afirma que acontece na estratégia *crossmedia*: o processo de difusão do conteúdo por diversos meios divulga um material que não precisa de ser idêntico e muitas vezes o que é publicado em uma mídia complementa o que está presente na outra. Além de que as especificidades de cada meio é levada em consideração na hora de fazer essa adaptação, mas sem fazer a essência do conteúdo perder-se.

Outra característica da estratégia crossmídia que se faz presente nessas publicações é o uso do hiperlink para levar o utilizador para outro canal, neste caso, a narrativa direciona o receptor de uma mídia para outra (Martins e Soares, 2011), porém, esse direcionamento converge para um único espaço: o site da Revista AzMina, que abriga as matérias.



Figura 9 - Publicação da imagem sobre o processo de denúncia das mulheres indígenas presente na reportagem, no perfil da revista no Instagram.



Figura 10 - Publicação do vídeo com entrevistas de mulheres indígenas que falam sobre a Lei Maria da Penha na página da Revista AzMina no Facebook.



A segunda reportagem especial foi publicada no dia 27 de março de 2020 no site da revista e foi feita para divulgar a aplicação Maia, uma assistente virtual que orienta as mulheres que se encontram em um relacionamento abusivo. A *chatbot* foi configurada para aparecer na página principal do portal e para conversar com Maia bastava clicar no ícone do canto inferior da lateral direita da página. Dez dias antes da publicação desta reportagem, o perfil do Instagram da AzMina, a página do Facebook e na conta do Twitter, elas postaram sobre a aplicação, para apresentar essa nova funcionalidade que estava disponível no site. A figura 11 exemplifica o que foi exibido, esta publicação foi feita no Instagram no dia 17/03/2020 e conta com a sequência de 8 imagens com dicas sobre como identificar sinais de um relacionamento abusivo. No final do texto, há o redirecionamento para acessar a página principal do site da Revista AzMina através do link da bio e dos *stories*.



Figura 11 - Publicação no perfil de Instagram da AzMina com imagens para divulgar a app Maia.

Ainda no mesmo dia, na página do Facebook, elas escreveram um texto curto sobre a app e colocaram o link para a página principal do site, onde a utilizadora poderia aceder à assistente virtual. Já no perfil do Twitter, além de incluírem o link para o site, elas usaram uma

imagem no *tweet*. Essa mesma imagem foi repostada no Instagram dez dias depois para divulgar a matéria especial que havia sido publicada no site. As publicações nas demais redes seguiram a mesma lógica do que foi feito na primeira reportagem especial: um texto curto apresentando a matéria e o link para acessar o texto completo no portal, como ilustra a figura 12.

Aponto que esse encaminhamento da leitora/utilizador(a) para outra mídia (site) é uma característica da narrativa *crossmedia* no jornalismo, que adota as vantagens de cada meio de comunicação para divulgar a informação. A Revista AzMina, enquanto produção jornalística, então, utiliza-se dessa estratégia para veicular suas matérias. E, por estar inserida na web, as plataformas digitais servem de apoio para disseminar o conteúdo, tornando o processo escalável para diferentes públicos na busca por atingir grandes quantidades de pessoas (Boumas, 2004).



Figura 12 - Tweet para divulgar a matéria especial sobre o app Maia.

A estratégia de comunicação da Revista AzMina, no geral, segue o que foi identificado nas duas reportagens especiais mencionadas acima: toda matéria e coluna publicadas no site, são replicadas nas contas da revista no Facebook, Instagram e Twitter. Porém, a presença da revista nessas plataformas digitais não se resume ao conteúdo divulgado pelo site. Para além de republicarem os textos, elas utilizam os sites de redes sociais para postar sobre outras questões da pauta feminista, aproveitando os recursos visuais de cada plataforma. Principalmente no

Twitter, onde elas são bastante ativas e estão sempre atentas aos assuntos do dia, a retuitar o conteúdo de outras fontes e a interagir com as seguidoras através dos *replies*.

Entretanto, fica evidente através das tabelas montadas no Excel para organizar os dados recolhidos que há um padrão na veiculação dos conteúdos: as publicações exibidas nos perfis das redes sociais refletem os assuntos do portal da Revista AzMina, como se ele servisse de diretriz para os posts do Facebook, Instagram e Twitter. Ou como se esses canais só existissem para ampliar o alcance do que é produzido no site. De qualquer forma, esse comportamento cria uma conexão entre as mídias, outra característica da narrativa *crossmedia*.

Talvez o mais importante não seja só a adaptação para os diferentes meios, e sim a forma como estão interligados, como se cruzam. Uma história pode ser interpretada de forma independente em diferentes mídias, de modo a reforçar a compreensão por parte do receptor. (Finger, 2012, p.124)

Em janeiro de 2020, dos vinte posts publicados na página Revista AzMina, apenas três não traziam um link direto para alguma matéria do site. O mesmo aconteceu com o perfil do Instagram - @revistaazmina - que casualmente também conta com vinte publicações, onde apenas duas não fazem menção ao conteúdo do portal. Já no perfil do Twitter, somente um *tweet* dos vinte e um escritos naquele mês não divulga uma reportagem da revista. Entre os assuntos que não redirecionavam para um texto do site estão a divulgação da *newsletter*, o pedido de votos para um concurso que a revista estava a participar e pedidos de doação.

Na continuação, em fevereiro de 2020, a revista publicou mais conteúdo do que no mês anterior. Das 27 publicações no Facebook, 9 não redirecionavam para alguma matéria do site. Já no Instagram, 6 posts dos 21 exibidos não contêm um convite para clicar no link da bio. E no Twitter, apenas dois *tweets* de 32 trazem links que não levam para o portal da revista. Também nesse mês, os tópicos postados em todos os canais de comunicação foram os mesmos, em coincidência também nas datas da publicação, ou seja, o conteúdo que aparecia em um perfil, normalmente aparecia nos demais no mesmo dia.

Por fim, março de 2020 foi o mês com mais publicações. Na página do Facebook foram 56, das quais 16 não redirecionavam a utilizadora para algum conteúdo do site. Porém, na maioria desses posts havia um link para levar a leitora para o caminho desejado. Por ser o mês do dia Internacional da Mulher, a revista fez algumas postagens sobre o tema, além disso, elas estavam a divulgar o lançamento de um livro para arrecadar fundos para a Revista AzMina. Também promoveram o canal do YouTube, através de um vídeo produzido por elas, e

continuaram a forte divulgação da *newsletter*. O Instagram totalizou 45 posts no mês onde 11 não conduziam a utilizadora para o portal. Noto que o conteúdo publicado nessa conta é o mesmo que foi postado na página do Facebook, as mesmas imagens, o vídeo do YouTube, a divulgação do livro, enfim, os mesmos tópicos trabalhados no outro canal. No Twitter, plataforma onde claramente são mais ativas, elas tuitaram 64 vezes ao longo do mês de março com 19 *tweets* que não divulgam o site da Revista AzMina. Para além de replicarem o conteúdo já apresentado no Facebook e Instagram, observo que o perfil @revistaazmina do Twitter é o único que traz publicações que não estão presentes nas demais redes, como os *retweets* de uma reportagem do New York Times e de uma matéria do data\_labe<sup>53</sup>.

Chego à conclusão de que há a presença de elementos da narrativa crossmidiática em boa parte do conteúdo divulgado pela revista *online* AzMina que foi recolhido como amostra para esse trabalho. As publicações feitas nos perfis da revista nos principais sites de redes sociais da atualidade redirecionam sempre o utilizador para o portal, espaço que dá vida à revista. Essa convergência leva as leitoras a aceder numa determinada mídia reportagens divulgadas originalmente em outra. Apesar de parecer não haver o uso consciente e estratégico dessa técnica, vide o baixo engajamento das publicações em todos os perfis e também a reutilização de textos e criativo, acredito que a presença da revista no Facebook, Instagram e Twitter serve de apoio para difundir o conteúdo por diversos meios. Entretanto, a interação do público com os assuntos é pequena devido à prática responsiva de se trabalhar a comunicação. Uma ideia seria trabalhar mais estrategicamente esse conteúdo para aproveitar a força e o alcance de cada site de rede social.

Assim como não ficou identificado um sujeito universal que representasse todas as mulheres após a análise dos conteúdos publicados pela Revista AzMina, não fica claro se a divulgação das reportagens pretende alcançar sujeitos específicos. Por não apresentar um modelo de comunicação nas plataformas digitais que considero estratégico, a divulgação das publicações da revista aposta na facilidade - e gratuidade - de promover os assuntos nos sites de redes sociais, sem levar em consideração os perfis das mulheres que acessam essas plataformas.

---

<sup>53</sup>O data\_labe é um laboratório de dados e narrativas na favela da Maré - Rio de Janeiro. A equipe é composta por jovens moradores de territórios populares que produzem novas narrativas por meio de dados. Fonte: <https://datalabe.org/sobre/>.

## 6 Conclusão

Esta pesquisa buscou analisar a produção de conteúdo digital feminista, ao estudar as publicações de uma revista *online* feminista brasileira chamada AzMina. Para isso, utilizei duas abordagens metodológicas, uma para avaliar o conteúdo e outra para examinar a forma de divulgação. Ao utilizar um objeto de estudo específico, foi possível observar como está o desenvolvimento de conteúdos feministas na internet.

O acesso à informação e disseminação de conteúdo proporcionados pela internet e pelos sites de redes sociais, ajudam a promover a emancipação das mulheres. Ao mesmo tempo que desperta novas e velhas contradições, inerentes a uma sociedade que ainda não atingiu a equidade de género. Nesse sentido, esses espaços *online* tornaram-se um meio incontestável de participação nos processos de construção de conhecimento. Ao ampliar as vozes das mulheres, debates com uma perspectiva interseccional ganham território. Principalmente porque, através de traduções colaborativas nas plataformas digitais, referências teóricas de materiais em outras línguas tornaram-se mais acessíveis às mulheres brasileiras. É pertinente questionar o alcance dessas informações, que ficam limitadas ao universo digital e, consequentemente, a quem tem acesso à internet e aos dispositivos.

O movimento feminista brasileiro, assim como outros movimentos sociais progressistas brasileiros, detém uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Esse pensamento causou o silenciamento de vozes femininas que lidavam com outras formas de opressão para além da sexista. Essas mulheres encontraram nos sites de redes sociais um lugar mais democrático e acessível para manifestar suas opiniões, ao divulgar suas narrativas sobre ser e estar no mundo enquanto mulher, acompanhadas de uma interpretação interseccional.

Por considerar essencial o debate sobre as identidades políticas das mulheres e suas representações, dentro e fora do movimento feminista, e ao saber que o conteúdo da Revista *online* AzMina é produzido por mulheres e para mulheres, torna-se significativo entender quem são essas mulheres para as quais a revista escreve. Será que seria possível identificar, através da análise de conteúdo, a existência de um sujeito universal nos textos da revista?

O estudo empírico foi dividido por categoria-analítica, onde avaliei os textos agrupados em cada conjunto. Os temas que surgiram foram questões pertinentes que, até os dias atuais, permanecem em debate dentro do movimento feminista. Com uma linguagem mais acessível, a revista aborda conceitos e perspectivas complexas, dentro de uma proposta jornalística ao

trazer para as leitoras questionamentos muitas vezes desconhecidos para a maioria das mulheres. Ao utilizar a perspectiva interseccional para guiar meu olhar sobre a análise das publicações, busquei identificar a presença (ou ausência) de marcadores sociais para além do género. Enquanto quase todos os textos da amostra trouxeram questões relativas ao género feminino, nem todos abordavam outros fatores que, articulados ao género, criam espaços específicos de subordinação. Contudo, não foi incomum encontrar referências a outros elementos representativos como raça, classe, orientação sexual, religião/crença, capacidade e idade. As autoras, a partir de suas experiências pessoais ou não, constroem uma noção de interseccionalidade ao mencionar determinados marcadores sociais, mesmo que nem sempre de forma crítica ou articulada. O aparecimento desses elementos representativos nos textos demonstra que há fatores sociais – além do género - que colocam as mulheres em determinadas posições de desempoderamento.

Chego à conclusão de que, após a análise das três categorias-temáticas que surgiram, não fica evidente a representação das mulheres através de um sujeito único e universal. As mulheres que escrevem para a Revista AzMina revelam que género não é o único fator colocado em pauta pela revista. Apesar dos textos abordarem vários elementos representativos que compõem a identidade das mulheres - para além do género -, nenhum foi abordado mais ou menos que o outro. De forma que a revista se caracteriza como um espaço que busca respeitar a diversidade representativa das mulheres.

A construção dessas narrativas, através de textos opinativos, revela que o conteúdo feminista brasileiro produzido na internet procura traçar um caminho para a construção de um espaço coletivo mais inclusivo, com a tendência para o desenvolvimento de um olhar sensível sobre o entrecruzamento das diferentes experiências das mulheres. Essa perspectiva amplia o pensamento feminista que, ao abrir o diálogo para experiências diversas, desenvolve novas possibilidades de agência para os múltiplos sujeitos dos feminismos. O debate sob a óptica do pensamento interseccional torna-se mais profundo, uma vez que essa perspectiva propõe um recorte mais minucioso sobre as identidades das mulheres.

A outra parte deste estudo empírico investigou a divulgação dos textos da Revista AzMina. Compreender como a internet e as suas ferramentas são utilizadas por uma revista inteiramente digital para alcançar o seu público faz-se também necessário para perceber a quem elas querem chegar. Apropriar-se das possibilidades oferecidas pelos meios *online* tornou-se indispensável para os movimentos sociais, pelo espaço de resistência que o ambiente virtual



representa. Porém, é difícil perceber até que ponto essas informações atingem um público realmente diverso, por mais que se trate de um site aberto, acessível através de uma busca rápida. Obviamente que nem todas as mulheres têm acesso às tecnologias digitais e esse é um dos maiores desafios atuais para os feminismos. Somado a isso, a maioria da população brasileira está inserida em um contexto menos escolarizado, onde a leitura e a compreensão de texto apresentam-se como uma dificuldade ainda persistente. O acesso desproporcional e limitado às classes socioeconomicamente e culturalmente mais favorecidas despertam a velha questão do classismo, levando os feminismos a enfrentarem novamente o fator central da instalação de hierarquias injustas: os conflitos contínuos e perpétuos da luta de classes.

Por isso, busquei avaliar se a Revista AzMina utiliza a estratégia *crossmedia*, ao publicar seu conteúdo no portal e nas plataformas de redes sociais do Twitter, Facebook e Instagram, para alcançar diferentes perfis de mulheres (sujeitos). Como conclusão, identifiquei algumas características da narrativa crossmidiática em boa parte do conteúdo que serviu de amostra para este estudo. Porém, ficou também evidente que não há uma utilização estratégica dessa técnica, uma vez que a interação das utilizadoras com o conteúdo é bem baixa em todos os sites de redes sociais. Por não haver o uso consciente da estratégia *crossmedia*, entendo que não há um planejamento de comunicação para alcançar um público específico. De forma que não é possível identificar quem seriam as mulheres que fazem parte do público-alvo da revista. Novamente pontuo que a amostra reduzida pode não refletir os procedimentos de divulgação dos conteúdos da AzMina. Uma sugestão para um novo estudo seria investigar a relação entre a presença da estratégia *crossmedia* e o engajamento das publicações que apresentam elementos dessa técnica de comunicação.

Após a conclusão dessas duas análises, encerro este trabalho com a consciência de que a produção de conteúdo feminista, na internet e nos sites de redes sociais, promove a criação de um debate mais acessível ao público, em especial às mulheres. O desafio que vejo é tornar esses espaços ainda mais inclusivos e diversificados, na expectativa de que a soma das experiências das mulheres possa trazer visibilidade a questões ainda urgentes dentro dos feminismos. Nesse sentido, considero necessário que as mulheres desenvolvam um olhar interseccional ao contarem as suas histórias e delinearem seus feminismos. Bem como torna-se indispensável o planejamento perspicaz da estratégia de comunicação ao divulgarem esses conteúdos, para que ele alcance cada vez mais mulheres.



Por fim, relembro que os textos trabalhados nesta pesquisa foram as publicações opinativas da Revista AzMina. Como proposta para um novo estudo, poder-se-ia investigar as reportagens e talvez fazer uma análise comparativa entre os dois tipos de publicações, utilizando a teoria interseccional como ferramenta analítica. Aponto ainda a limitação da amostra que representa apenas três meses de conteúdo da revista em cinco anos de existência. Talvez uma pesquisa mais extensa e detalhada conseguiria fazer uma análise mais apropriada dos conteúdos.

## 7 Referências bibliográficas

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Alberto, J. A. (2018). *Bissexualidade (s): Crenças e opiniões* (Master's thesis, Universidade de Évora).
- Alvarez, S. E., Chuchryk, P., Espina, G., Feijoó, M. D. C., Jaquette, J., Lamas, M., ... & Saporta, N. (1994). *Mujeres y participación política: avances y desafíos en América Latina*. Tercer Mundo Editores.
- Antoun H., & Malini, F. (2010). Ontologia da liberdade na rede: as multi-mídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. *XIX Encontro da Compós, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, RJ*.
- Bairros, L. (1995). *Nossos feminismos revisitados*. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Bardoel, J., & Deuze, M. (2001). Network journalism': Converging competencies of old and new media professionals. *Australian journalism review*, 23(2), 91-103.
- Boumans, J. (2004). Crossmedia-e-content report 8. *Published in a series of E-Content Reports by ACTeN* (<http://www.acten.net>).
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu*, (26), 329-376.
- Brandão, M. L. R., & Bingemer, M. C. L. (1994). Mulher e relações de gênero. *Edicoes Loyola*.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Brown, M., Ray, R., Summers, E., & Fraistat, N. (2017). # SayHerName: A case study of intersectional social media activism. *Ethnic and Racial Studies*, 40(11), 1831-1846.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17(49), 117-133.
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede* (Vol. 3). São Paulo: Paz e terra.
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: do conhecimento à política. *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*, 17-30.
- Castells, M. (2013). Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet. *Zahar*.
- Cazarré, M. (2015). 2015: o ano das mulheres. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/2015-o-ano-das-mulheres>. Acesso em: dez. 2019.
- Ciaco, J. B. S. (2008). Estratégias publicitárias e produção de sentido: entre os multimeios e o cross media. *Organicom*, 5(9), 204-217.
- Collins, P. H. (2017). *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. *Parágrafo*, 5(1), 6-17.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2016). *Intersectionality*. John Wiley & Sons.
- Conrado, M., & Ribeiro, A. A. M. (2017). Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 73-97.
- Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista Gênero*, 5(2).
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *u. Chi. Legal f.*
- Crenshaw, K. (1990). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, 43, 1241.

- da Cunha Recuero, R. Webrings: as redes de sociabilidade e os weblogs. *Sessões do Imaginário*, 9(11).
- da Silveira, S. A. (2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista usp*, (86), 28-39.
- Daer, A. R., Hoffman, R., & Goodman, S. (2014, September). Rhetorical functions of hashtag forms across social media applications. In *Proceedings of the 32nd ACM International Conference on The Design of Communication CD-ROM* (pp. 1-3).
- de Alcântara, L. M. (2015). Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, 8(23), 73-97.
- de Hollanda, H. B. (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Editora Companhia das Letras.
- De Miguel, A., & Boix, M. (2002). Os gêneros da rede: os ciberfeminismos1. *feminino Internet em código*, 39.
- De Moraes, D. (2001). O ativismo digital. *Disponível em*.
- de Oliveira, R. R. (2018). Mídias sociais digitais: implicações sobre o processo democrático. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (25), 229-246.
- Di Felice, M. (2012). Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, 19(1), 27-45.
- dos Santos, A. L. P. (2019). Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua (gem) inclusiva. *Revista Ártemis*, 28(1), 160.
- dos Santos, F. M. (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin.
- Ellison, N. B., & Boyd, D. (2013). Sociality through social network sites. *The Oxford handbook of internet studies*, 151-172.
- Erdal, I. J. (2007). Researching media convergence and crossmedia news production: Mapping the field. *Nordicom Review*, 28(2), 51-61.
- Evans, E., & Chamberlain, P. (2015). Critical waves: Exploring feminist identity, discourse and praxis in western feminism. *Social Movement Studies*, 14(4), 396-409.
- Evans, J. (1995). *Feminist theory today: An introduction to second-wave feminism*. Sage.
- Finger, C. (2012). Crossmedia e Transmedia: desafios do telejornalismo na era da convergência digital. *Em Questão*, 18(2), 121-132.
- Fuchs, C. (2017). *Social media: A critical introduction*. Sage.
- Garton, L., Haythornthwaite, C., & Wellman, B. (1997). Studying online social networks. *Journal of computer-mediated communication*, 3(1), JCMC313.
- Giannoulakis, S., & Tsapatsoulis, N. (2016). Evaluating the descriptive power of Instagram hashtags. *Journal of Innovation in Digital Ecosystems*, 3(2), 114-129.
- Gomes, W. (2007). Democracia digital: que democracia. *II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política*. UFMG, Belo Horizonte, 5.
- Grossi, M. P. (1994). Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Estudos feministas*, 473-483.
- Haraway, D. (1995). *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos pagu*, (5), 7-41.
- Harding, S. G. (Ed.). (2004). *The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies*. Psychology Press.
- Humm, M. (2014). *Feminisms: a reader*. Routledge.
- Jenkins, H., & Deuze, M. (2008). Convergence culture.

- Krolokke, C., & Sorensen, A. S. (2006). Three waves of feminism: From suffragettes to grrls. *Gender communication theories & analyses: From silence to performance*, 1-25.
- Lahni, C. R., & Auad, D. (2018). Feminismos e direito à comunicação: lésbicas, bissexuais e transexuais em série. *Laplage em revista*, 4(1), 92-108.
- Landes, J. B. (1998). Feminism, the Public and the Private.
- Lowenkron, L. (2008). Sexualidade e (Menor)idade: estratégias de controle social em diferentes escalas.
- Lowenkron, L. (2010). Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas?. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (5), 9-29.
- Lusvarghi, L. (2007). O cinema na era digital: a consolidação dos conteúdos cross-media no Brasil, de Big Brother ao caso Antônia. In *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom Nacional, Santos*.
- Magarey, S. (2001). *Passions of the first wave feminists*. Unsw Press.
- Martins, A. V., & Soares, T. (2012). As narrativas cross e transmídia e as características do webjornalismo no Globo Esporte. *Conexão-Comunicação e Cultura*, 10(20).
- Munro, E. (2013). Feminism: A fourth wave?. *Political insight*, 4(2), 22-25.
- Murthy, D. (2012). Towards a sociological understanding of social media: Theorizing Twitter. *Sociology*, 46(6), 1059-1073.
- Nielsson, J. G. (2020). Corpo Reprodutivo e Biopolítica: a hystera homo sacer. *Revista Direito e Práxis*, 11(2), 880-910.
- Pasque, P. A., & Nicholson, S. E. (2011). Empowering women in higher education and student affairs. *Theory, Research, Narratives and Practice from Feminist Perspectives*.
- Pateman, C. (1996). Críticas feministas a la dicotomía público/privado. *Perspectivas feministas en teoría política*, 31-52.
- Perez, O., & Ricoldi, A. (2018). 42º Encontro Anual da ANPOCS GT8-Democracia e desigualdades.
- Phillips, R., & Cree, V. E. (2014). What does the ‘fourth wave mean for teaching feminism in twenty-first century social work?. *Social Work Education*, 33(7), 930-943.
- Piñeiro-Otero, T., & Martínez-Rolán, X. (2016). Los memes en el activismo feminista en la Red: # ViajoSola como ejemplo de movilización transnacional. *Cuadernos. info*, (39), 17-37.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade E Cultura*, 11(2).
- Piza, E. (1995). *Da cor do pecado*. Estudos Feministas, 52-64.
- Pope, B.C (1999). [Review of the book Feminism, the Public and the Private]. *Hypatia* 14(3), 179-182.
- Primo, A. (2007). O aspecto relacional das interações na Web 2.0. In *E-Compós* (Vol. 9).
- Primo, A. F. T., & Smaniotto, A. M. R. (2006). Blogs como espaços de conversação: interações conversacionais na comunidade de blogs insanus. *E-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.[Porto Alegre]*. Vol. 5 (abr. 2006),[21] p.
- Prins, B. (2006). Narrative accounts of origins: A blind spot in the intersectional approach?. *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 277-290.
- Rampton, M. (2008). The three waves of feminism. *The Magazine of Pacific University*, 41(2), 1.
- Rampton, M. (2015). Four waves of feminism. *Pacific University Oregon*, 25.

- Reverter Bañón, S. (2013). Ciberfeminismo: de virtual a político.
- Reyes, I. P. (2016). Género y tecnologías. Ciberfeminismos y construcción de la tecnocultura actual. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad-CTS*, 11(31), 171-193.
- Ribeiro, D. (2019). Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Rocha, F. D. B. M. (2017). A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital.
- Rodrigues, A. G., Gadenz, D., & de la Rue, L. A. (2014). Feminismo. com: o movimento feminista na sociedade em rede. *Derecho y Cambio Social*, 11(36), 33.
- Rodrigues, C. (2017). Dossiê, A quarta onda do feminismo. *Revista Cult*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-do-feminismo/>. Acesso em: dez. 2019
- Rosa, I. B. R. (2013). Os movimentos sociais conectados-A voz Zapatista que ecoa na Internet.
- Santos, L. D. F. Á., & Miguel, K. G. (2019). Perspectivas digitais na produção de conteúdo jornalístico feminista: plataformas e estratégias da Revista AzMina.
- Silveira, A. M. B. D. M. (2018). *Interseccionalidades no feminismo na Internet: analisando o Blog Blogueiras Feministas* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco).
- Spaziani, R. B., & Vianna, C. P. (2020). Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação. *Educação Unisinos*, 24(1), 1-19.
- Telles, A. (2006). Orkut. com: como você e sua empresa podem tirar proveito do maior site de relacionamento do Brasil. *São Paulo: Landscape*.
- Terriquez, V. (2015). Intersectional mobilization, social movement spillover, and queer youth leadership in the immigrant rights movement. *Social Problems*, 62(3), 343-362
- Toledo, A. C. B. (2016). Me empodera te empoderar.
- Tucker, J. A., Theocharis, Y., Roberts, M. E., & Barberá, P. (2017). From liberation to turmoil: Social media and democracy. *Journal of democracy*, 28(4), 46-59.
- Turner, J. (2012). #InPraiseOfTheHashtag. *The New York Times Magazine*. Disponível em: [https://www.nytimes.com/2012/11/04/magazine/in-praise-of-the-hashtag.html?pagewanted=all&\\_r=1&\\_](https://www.nytimes.com/2012/11/04/magazine/in-praise-of-the-hashtag.html?pagewanted=all&_r=1&_). Acesso em: dez 2019
- Vardeman, J., & Sebesta, A. (2020). The problem of intersectionality as an approach to digital activism: the Women's March on Washington's attempt to unite all women. *Journal of Public Relations Research*, 1-23.
- Whelehan, I. (1995). *Modern Feminist Thought: From the Second Wave to Post-Feminism*. NYU Press.
- Wilding, F., & Critical Art Ensemble. (1998). Notes on the political condition of cyberfeminism. *Art Journal*, 57(2), 47-60.
- Young, I. M. (1985). Impartiality and the civic public: Some implications of feminist critiques of moral and political theory. *Praxis International*, 5(4), 381-401.
- Youngs, G. (2007). Making the virtual real: feminist challenges in the twenty-first century. *The Scholar&Feminist Online*. Disponível em: [http://sfonline.barnard.edu/blogs/youngs\\_01.htm](http://sfonline.barnard.edu/blogs/youngs_01.htm). Acesso em: dez. 2019